

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Jóice Konrad

**AS ESTRATÉGIAS DOS PRODUTORES FAMILIARES NO CONTEXTO DE  
EXPANSÃO DA ECONOMIA LEITEIRA: o caso do município de Arabutã-SC**

Florianópolis  
2012

Jóice Konrad

**AS ESTRATÉGIAS DOS PRODUTORES FAMILIARES NO CONTEXTO DE  
EXPANSÃO DA ECONOMIA LEITEIRA: o caso do município de Arabutã-SC**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – nível de Mestrado, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Clécio Azevedo da Silva

Florianópolis  
2012

*Aos meus pais,  
que me ensinaram a  
a lutar por dias melhores.*

## AGRADECIMENTOS

À Deus, a inteligência suprema, causa primária de todas as coisas!

À Universidade Federal de Santa Catarina e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia pela oportunidade e auxílio no desenvolvimento da dissertação, bem como, de proporcionar um espaço fascinante para estudar e fazer amigos.

Ao CNPq pela bolsa de estudos durante o mestrado, a qual foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao professor Dr. Clécio Azevedo da Silva, que desde o primeiro contato se mostrou disposto e aberto ao diálogo. Agradeço, ainda, por sua paciência, sua confiança, amizade, sobretudo, seus conselhos ao longo desta caminhada.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina pelos conhecimentos compartilhados; aos professores Dr. Nazareno José dos Campos e Dr. José Messias Bastos pelo apoio e empréstimo de materiais bibliográficos e, em especial, a Dra. Walquíria Krüger Corrêa, pelas sugestões e críticas dadas no exame de qualificação, fundamentais para melhorar o projeto.

Aos professores Dr. David José Caume, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (CFCH/UFSC), Dr. Hector Ávila Sanchez, da Universidade Nacional Autônoma do México; Dr. Valmir Stropasolas (CCA/UFSC) e ao Dr. Ademir Cazella do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (CCA/UFSC), que me proporcionaram um ambiente de intensa discussão, a qual serviu de alicerce para o desenvolvimento deste trabalho.

À professora Dra. Giancarla Salamoni, da Universidade Federal de Pelotas (ICH/UFPel), por quem tenho muita admiração e carinho. Responsável por despertar meu interesse pela pesquisa e por me incentivar a prosseguir na vida acadêmica. Por tudo isso e muito mais, sou profundamente grata!

Aos meus pais Assoredo e Edi, ao meu irmão Arlan que sempre estiveram presentes mesmo distantes, apoiando minhas decisões e me dando forças para continuar.

Aos colegas do mestrado e doutorado pelo convívio acadêmico e as ricas discussões, principalmente André, Armênio, Elisa, Fabíula, Harideva, Graziela, Geovane, Israel, Keli, Pablo, Orlando, Solange e Tássia.

Aos amigos, especialmente Luana Esther Geiss, Cristiane Deuner, Janaína Enck pelo apoio técnico; às amigas criadas durante esta caminhada, com quem compartilhei angústias e alegrias. De modo especial, ao irmão acadêmico, de longa data, Roberto Antônio Finatto, que sempre esteve presente, me incentivando e me apoiando, inclusive, nos momentos de aflição! Não existem palavras que expressem minha profunda gratidão!

A boa companhia e amizade das meninas da biologia, Dávia Talgatti, Caroline Voltolini, Thaysi Ventura e Rafaella Tavares. As minhas amigas Ivana Lauffer e Laís Knob, sempre solidárias e pacientes! E, amiga e colega de apartamento, Tássia Castelli, por suportar minhas loucuras!

Ao Orlando Ferretti, pela ajuda técnica na elaboração dos mapas; ao Joel José de Souza, pelas conversas e pelo apoio no desenvolvimento do projeto; a Andréia Tecchio pela amizade e as caronas ao Velho Oeste!

A Prefeitura Municipal de Arabutã, ao pessoal da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, em especial Isolde Ruppenthal e ao Sr. Marquette, pela disposição e pelo apoio técnico prestado.

Ao Museu Histórico Hermano Zanoni de Concórdia, em especial, a professora Ivone Bedin; a administração da Prefeitura Municipal de Concórdia e a Biblioteca Pública Municipal Júlio da Costa Neves.

A Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia (Copórdia), em especial, ao gerente de fomento de leite – Flávio Durante, assim como, ao Banco do Brasil e a Crediauc/SICOOB, pelas informações fornecidas.

A todos os agricultores familiares entrevistados, por sua acolhida e pelo compartilhamento de suas vivências – cuja participação foi imprescindível para realização deste trabalho.

Enfim, a todos que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho, meu sincero agradecimento.

[...] Eu prefiro ser  
Essa metamorfose ambulante  
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo  
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo  
Sobre o que é o amor  
Sobre o que eu nem sei quem sou [...]  
(Raul Seixas)

## RESUMO:

O Oeste Catarinense se caracteriza pela tradição nas atividades agropecuárias, especialmente, do trinômio milho, suínos e aves e, pelo desenvolvimento de atividades agroindustriais. A partir de 1960, o espaço rural da região passou por profundas transformações técnicas e sociais, decorrentes da modernização da agropecuária brasileira, que foi fortemente financiada pelo Estado. Este processo contribuiu para consolidação de importantes complexos agroindustriais na região, responsáveis pela implantação do sistema de integração entre agricultura familiar e o complexo agroindustrial. Nesse mesmo período, o Oeste Catarinense tornou-se a principal bacia leiteira de Santa Catarina, causando assim, a reorganização desta atividade leiteira no estado. Até então, a produção de leite estava atrelada a subsistência da unidade produtiva. Com a expansão das indústrias de laticínio, o leite *in natura* se tornou um produto comercial. Dessa forma, a comercialização do leite tornou-se atividade “âncora” dos produtores marginalizados do sistema de integração, especialmente daqueles que praticavam a suinocultura, sobretudo por que a atividade não exigia grandes investimentos. A partir de 1990, ocorreram importantes mudanças macroeconômicas, inclusive na escala global, que interferiram na dinâmica da atividade leiteira do país. A estabilização monetária, a desregulamentação do mercado, a consolidação do MERCOSUL e as mudanças nos padrões de consumo da população, exigiram a reestruturação da cadeia produtiva no país e melhorias na competitividade. Diante desta conjuntura, empresas e cooperativas, juntamente com o Estado, passam a difundir novos sistemas produtivos, com intuito de aumentar a produtividade das unidades produtivas, garantindo a oferta. Com objetivo de tornar a produção de leite mais competitiva no mercado internacional, o Estado passou a influenciar na organização e normatização desta cadeia. Para tanto, implementou políticas e programas para melhorar a qualidade do leite, e reestruturou órgãos de pesquisa e extensão para atender as novas demandas. Dessa forma, proporcionou, inclusive aos agricultores, as condições necessárias para atender as novas exigências. Estas ações contribuíram para a crescente inserção de objetos técnicos nas unidades de produção, transformando e dinamizando o espaço rural da região oeste. Em alguns casos, provocou a especialização da atividade. Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo *analisar a dinâmica da bovinocultura de leite na agricultura familiar do município de Arabutã - SC, inserida no processo de expansão da economia leiteira no Oeste Catarinense*. Para tanto, realizou-se revisão teórica a fim de subsidiar as análises e foram aplicadas entrevistas (semi-estruturadas e abertas) aos agentes dinamizadores da bovinocultura de leite no município, entre eles produtores familiares de leite e informantes qualificados. Através das observações em campo e da análise das entrevistas foi possível identificar distintas estratégias que os produtores familiares têm adotado para responder ao processo de expansão da economia leiteira, entre elas, continuar tendo uma produção diversificada e pouco dependente, demonstrando num primeiro momento a capacidade de resistir a tendência à especialização.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; Atividade leiteira; Agentes dinamizadores; Organização espacial;

## **ABSTRACT:**

The West of the state of Santa Catarina is traditional in agricultural activities, mainly the trinomial “corn, swine and birds”, as well as the development of agro-industrial activities. Since 1960, the rural areas of the region have suffered profound technical and social transformations derived from the modernization of Brazilian agriculture, heavily financed by the State. This process contributed for the consolidation of important agro-industrial complexes in the region, responsible for the implementation of a system integrating family farms with an agro-industrial complex. In the same period of time, the West of Santa Catarina became the leading dairy production unit area of the state, thus, reorganizing the dairy activity in Santa Catarina. Until then, milk production was linked to the survival of the production unit. Along with the expansion of dairy industries, “in natura” milk became a commercial product. Thus, the milk commercialization became an “anchor” activity for producers who were kept apart from the integration system, mainly those related to the swine farming, since that type of activity did not require large investments. Since 1990, important macroeconomic changes took place, in terms of a global scale, which interfered in the dynamics of dairy activities in Brazil. The monetary stabilization, market deregulation, consolidation of MERCOSUL and modifications in the consumption patterns of the population demanded the restructuring of the production chain in the country, as well as improvements in competitiveness. According to this conjuncture, companies and cooperatives, alongside the State, start to diffuse new productive systems, in order to increase the production of the productive units, ensuring the supply. In order to make milk production more competitive in the international market, the State has begun to influence the organization and standardization of this chain, through the implementation of policies and programs to improve the milk quality, as well as restructured research and extension academic departments to attend new demands. Thus, the State has provided, also for farmers, necessary conditions to attend the new requirements. These actions have been efficient for the growth of the insertion of technical objects in the units of production, transforming and making the rural region of the West more dynamic. In some cases, they led to the specialization of the activity. In this context, this paper aims to analyze the dynamics of the dairy cattle farming in family farms of Arabutã (Santa Catarina), city inserted in the expansion process of the western milk economy. Therefore, a theoretical review was put into practice in order to assist the analysis, as well as open and semi-structured interviews for dairy production dynamic agents of Arabutã, such as family dairy producers and qualified informers. Throughout observation *in loco* and analysis of the interviews, it was possible to identify different strategies adopted by family farmers to respond to the expansion process of the milk economy. One of these strategies is the continuity of a less dependent diversified production, which demonstrates, at first, the ability to resist the specialization tendency.

**Keywords:** Family farms; dairy activity; dynamic agents; spatial organization.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Mapa do município de Concórdia/SC, com destaque para área que compreendia a Colônia Concórdia, da Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahorns & Cia.	24
Figura 02	Descida de balsa em uma das curvas do rio Uruguai.	28
Figura 03	Atuação de serraria no município de Concórdia-SC.	29
Figura 04	Atividades agropecuárias desenvolvidas no Oeste Catarinense: trigo, milho, fumo e criação de porcos.	31
Figura 05	Mapa da Origem da Produção de Leite no Estado de Santa Catarina por Mesorregião em 2006.	70
Figura 06	Mapa de localização do Município de Arabutã.	74
Figura 07	Mapa das principais linhas e comunidades de Arabutã.	75
Figura 08	Produtores familiares de leite do município de Arabutã-SC.	86
Figura 09	Produção agrícola diversificada.	89
Figura 10	Mapa de empresas que atuam no município.	99
Figura 11	Estabelecimento agropecuário que tem como sistema de produção o semi- confinamento.	106
Figura 12	Alimentação animal: a pasto e silagem.	109
Figura 13	Investimentos na produção de leite.	110

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Evolução dos financiamentos na mesorregião Oeste Catarinense, de acordo com sua principal finalidade (1970 a 1980).	47
Gráfico 02	Evolução do uso de adubos químicos e orgânicos na mesorregião Oeste Catarinense entre os 1960 a 1985.	49
Gráfico 03	Evolução dos cultivos de milho, soja, feijão e trigo na mesorregião Oeste Catarinense (1960 a 1985)	50
Gráfico 04	Produção de leite nas regiões do Vale do Itajaí e Oeste Catarinense: 1970 – 1985	58
Gráfico 05	Quantidade de vacas ordenhadas nas mesorregiões Vale do Itajaí e Oeste Catarinense: 1950 – 1985	59
Gráfico 06	Brasil: Produção, importação, exportação e consumo de leite	63
Gráfico 07	Quantidade de vacas ordenhadas e volume produzido de leite (mil litros) no Oeste Catarinense (1985 - 2006)	66
Gráfico 08	Exportação de leite no Brasil (2000-2005)	67
Gráfico 09	Produção de leite (mil litros) no município de Arabutã: 1993-2010.	77
Gráfico 10	Formas de aquisição das terras: herança e compra.	85
Gráfico 11	Quantidade de pessoas que trabalham na produção.	87
Gráfico12	Quantidade de leite produzida por dia nas unidades visitadas	91
Gráfico 13	Representatividade das empresas que atuam no município de Arabutã.	98
Gráfico 14	Área de pastagens nas unidades produtivas entrevistadas.	107
Gráfico 15	Evolução da área plantada, quantidade produzida e valor da produção de milho em Arabutã.	108

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Total de suínos em estabelecimentos com declaração no Oeste Catarinense.	36
Tabela 02	Evolução da produção de milho no Oeste Catarinense.	37
Tabela 03	Evolução do emprego da força de trabalho (animal e mecânica) no Oeste Catarinense entre os anos 1960 a 1985.	48
Tabela 04	Evolução dos principais rebanhos na mesorregião Oeste Catarinense (1970 a 1980).	51
Tabela 05	As cinco principais mesorregiões produtoras de leite no Brasil - 1990 e 2009 (mil litros).	71
Tabela 06	Faixa etária dos membros das famílias entrevistadas.	86
Tabela 07	Principais segmentos financiados pelo do Banco do Brasil, através do Crédito Rural.	95
Tabela 08	Total de contratos e valores destinados a atividade leiteira na SICOOB/CREDIAUC (2005 a 2010).	96

## LISTA DE SIGLAS

<b>ABCAR</b>	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
<b>BNDES</b>	Banco Nacional do Desenvolvimento
<b>CAIs</b>	Complexos Agroindustriais
<b>CEAG</b>	Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina
<b>CREDIAUC</b>	Cooperativa de Credito de Alto Uruguai Catarinense
<b>COPÉRDIA</b>	Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia
<b>COPERIO</b>	Cooperativa Rio do Peixe
<b>EMATER</b>	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>EMBRAER</b>	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>EMBRAPA</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>EMBRATER</b>	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>EPAGRI</b>	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ICEPA/SC</b>	Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina
<b>MAPA</b>	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<b>MERCOSUL</b>	Mercado Comum do Sul
<b>RBQL</b>	Rede Brasileira de Laboratórios Centralizados de Qualidade do Leite
<b>SICOOB</b>	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
<b>PGPM</b>	Política de Garantia de Preços Mínimos
<b>PNMQL</b>	Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite
<b>PROLEITE</b>	Incentivo à Mecanização, Resfriamento e Transporte Granelizado da Produção de Leite
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>SAIC</b>	Sociedade Anônima Indústria e Comércio Chapecó
<b>SADIA</b>	Sociedade Anônima de Concórdia.

<b>SIBRATER</b>	Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>SNCR</b>	Sistema Nacional de Crédito Rural
<b>UDESC</b>	Universidade do Estado de Santa Catarina
<b>UFPeI</b>	Universidade Federal de Pelotas
<b>UFSC</b>	Universidade Federal de Santa Catarina
<b>UHT</b>	Ultra High Temperature
<b>UnC</b>	Universidade do Contestado

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>07</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>08</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>1. DESBRAVANDO O OESTE CATARINENSE NO TEMPO E NO ESPAÇO</b>	<b>20</b>
1.1 Um território em litígio	22
1.2 Do “vazio demográfico” à colonização do Oeste Catarinense	23
1.2.1 O modo de vida colonial no Oeste Catarinense: (des)continuidade das colônias velhas do Rio Grande do Sul	25
1.2.2 O colono como força motriz da economia regional	27
1.3 O surgimento dos primeiros frigoríficos e a intensificação das relações comerciais	33
1.3.1 Novas relações mudando a vida do colono	35
<b>2. A MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA E AS TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA FAMILIAR DO OESTE CATARINENSE (1960-1980)</b>	<b>38</b>
2.1 O Estado e o novo padrão produtivo na agropecuária brasileira	40
2.2 A consolidação dos complexos agroindustriais de carne suína e aves	42
2.3 Influências do novo modelo de integração no modo de vida colonial no Oeste Catarinense	45
2.4 O advento da reestruturação agroindustrial no Oeste Catarinense	52
<b>3. (RE) ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA ATIVIDADE LEITEIRA EM SANTA CATARINA E AS TRANSFORMAÇÕES PARA DENTRO DA PORTEIRA</b>	<b>55</b>
3.1 A emergência da bacia leiteira no Oeste	57
3.2 A reestruturação e a expansão da atividade leiteira no Oeste Catarinense a partir da década de 1990	61
<b>4. AGRICULTURA FAMILIAR E A DINÂMICA PRODUTIVA DA BOVINOCULTURA DE LEITE DO MUNICÍPIO DE ARABUTÃ-SC</b>	<b>73</b>
4.1 Aspectos metodológicos da pesquisa de campo	77

4.1.1	A amostragem	81
4.2	A organização espacial da atividade leiteira no município de Arabutã-SC	83
4.2.1	A organização e dinâmica interna das unidades produtivas	84
4.3	Estado, Cooperativas e Laticínios: agentes dinamizadores da bovinocultura de leite	93
4.3.1	A ação do Estado: o “cimento” da cadeia produtiva	93
4.3.2	A influência das cooperativas e das indústrias de lácteos na dinâmica produtiva de leite no município de Arabutã/SC	97
4.3.2.1	A relação dos agricultores familiares com as cooperativas e laticínios	100
4.4	As transformações nas unidades de produção familiar de leite	104
4.5	Dificuldades e perspectivas para a produção leiteira	112
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>		<b>115</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>		<b>120</b>
<b>APÊNDICES A.....</b>		<b>129</b>

## INTRODUÇÃO

Atualmente, o estado de Santa Catarina, é o quinto maior produtor de leite do país, ficando atrás apenas dos estados Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Goiás, respectivamente. Este crescimento expressivo se deve principalmente ao aumento da produtividade nas últimas décadas do século XX (EMBRAPA GADO DE LEITE, 2010).

A atividade leiteira catarinense está organizada em seis bacias leiteiras, sendo que Oeste Catarinense é responsável por aproximadamente 73% da produção total do estado (IBGE, 2006). A emergência desta bacia leiteira teve início nos anos 1960, quando a produção de leite regional ultrapassou a produção do Vale do Itajaí, até então principal região produtora e de industrialização de leite do estado (CENSO AGRÍCOLA, 1960).

Em meados de 1965 e 1970, a modernização da agropecuária brasileira provocou mudanças na base técnica da agricultura. Estas mudanças se devem a intervenção do Estado, por meio de políticas agrícolas, tendo como principal o crédito rural. Dessa forma, o Estado “tornou-se arquiteto de um novo modelo de acumulação, que se expressa na expansão e diversificação do complexo agroindustrial e na rápida penetração das relações capitalistas de reprodução na agricultura” (GOODMANN, 1985, p.35)

Estas políticas privilegiaram determinados produtos, regiões e produtores (GONÇALVES NETO, 1997). No Oeste Catarinense, as principais atividades beneficiadas foram a suinocultura e avicultura, contribuíram para constituição de importante pólo agroindustrial de suínos e aves do país.

A medida que estreitam-se as relações entre agricultores e agroindústrias, através do sistema de integração, ocorreram mudanças substanciais na forma de produzir na agricultura, especialmente, técnicas e sociais. Mesmo assim, ainda encontramos presente na agricultura familiar resquícios do modo de vida colonial.

Nesse período, a produção de leite era sub-produto da atividade pecuária e estava voltada para o mercado interno, logo, não proporcionava a geração de divisas. Como a demanda era crescente, e a produção não acompanha este crescimento, desde 1945, o Estado controlava o preço do leite e a importar. Por



isso, o desenvolvimento deste setor foi lento e periférico ao processo de modernização.

Em Santa Catarina, a partir de finais de 1970, a mesorregião Oeste Catarinense tornou-se a principal a principal bacia leiteira do estado, quando também se tornou principal região de industrialização de leite do estado, o que causou a reorganização espacial da atividade leiteira no estado.

Esta região passou a atrair novos investimentos neste setor, conseqüentemente, expandindo a produção. O crescimento da produção de leite no Oeste se deve ao surgimento de novos grupos empresariais no Oeste e melhoria da infraestrutura regional; fechamento de empresas no litoral entre outros.

Além disso, a reestruturação agroindustrial, ocorrida nos anos 1980, causou forte concentração na suinocultura. Com isso, muitos os produtores familiares foram marginalizados da cadeia produtiva, sendo obrigados a buscar novas opções de renda.

Como economia leiteira estava em expansão, a produção de leite se tornou alternativa de fonte de renda para o agricultor familiar excluído da atividade suinícola, já que não exigia muito investimento para convertê-la em atividade comercial. Além disso, a atividade leiteira ganhou apoio do setor cooperativo e outras agroindustriais e, também pelas organizações públicas do governo do estado e das prefeituras municipais (MELLO, 1998; MIOR, 2005).

A partir da década de 1990, ocorreram importantes mudanças macroeconômicas, inclusive na escala global, que interferiram na dinâmica da atividade leiteira do país, medida que exigiram a reestruturação da cadeia produtiva no país. Este processo de reestruturação foi conduzido pela forte concorrência no setor.

Neste processo de reestruturação atuaram vários agentes, entre eles pode-se citar o Estado, os laticínios, as cooperativas e os produtores de leite. Estes agentes passaram a organizar a atividade conforme suas necessidades e interesse. Dessa forma, introduzem novas técnicas, com intuito de aumentar a produtividade, bem como, a oferta de leite de qualidade.

Destaca-se o papel do Estado que participa da organização da cadeia produtiva como o cimento, a medida que estabelece leis, normas, este cria

mecanismos, programas e instituições, isto é, dando suporte as adequações necessárias, seja elas financeiras, de pesquisa ou extensão.

No caso de Arabutã, lócus desta pesquisa, as transformações em curso da atividade leiteira estão atreladas, sobretudo, da expansão da economia leiteira no Oeste Catarinense. As ações destes agentes implicam na organização e na dinâmica da bovinocultura de leite municipal, conseqüentemente, acabam interferindo nas unidades produtivas. Dessa forma, a dinâmica da bovinocultura é resultante da relação dialética destes agentes.

A produção de leite apresenta-se como importante estratégia econômica para unidades produtivas, estando presente em 70% delas, já que proporciona uma renda mensal.

Diante desse contexto, esta dissertação tem como objetivo principal *analisar a dinâmica da bovinocultura de leite na agricultura familiar do município de Arabutã - SC, inserida no processo de expansão da economia leiteira no Oeste Catarinense. Com o intuito de contemplar este objetivo, buscou-se resgatar o processo histórico de inserção a atividade leiteira no Oeste Catarinense; analisar o processo de modernização da agropecuária no Oeste Catarinense e suas transformações na agricultura familiar; caracterizar as transformações na reorganização da atividade leiteira; analisar os principais agentes dinamizadores da bovinocultura de leite no município e caracterizar as principais transformações que ocorreram na unidade produtiva.*

A pesquisa está estruturada em quatro capítulos, além da introdução e considerações finais. O capítulo 01 resgata, brevemente, o processo de colonização do Oeste Catarinense, especialmente pelos descendentes de imigrantes europeus, vindos do Rio Grande do Sul. Apresenta ainda os elementos do modo de vida e da economia colonial, os quais ajudam a interpretar e analisar a atual dinâmica territorial do município de Arabutã.

No capítulo 02 analisou-se o processo de modernização agropecuária brasileira, dando enfoque as transformações ocorridas no espaço rural do Oeste Catarinense, especialmente no modo de vida colonial. Este processo contribuiu para a consolidação dos complexos agroindustriais e, conseqüentemente, para as transformações no modo de vida colonial.

Por conseguinte, no capítulo três analisou-se o processo de reorganização da atividade leiteira no estado de Santa Catarina, dando ênfase a emergência da bacia leiteira no Oeste Catarinense. Ainda, neste capítulo discorreu-se sobre o processo de reestruturação da cadeia produtiva, iniciado a partir de 1990. Destacou-se o papel dos laticínios e cooperativas na expansão da economia leiteira, assim como, o papel do Estado, o qual foi responsável por promover a organização e normatização da cadeia produtiva, visando a melhoria da qualidade de leite.

Por último, no capítulo quatro descreveu-se minuciosamente os procedimentos metodológicos da pesquisa de campo. Neste capítulo apresentamos os resultados da pesquisa de campo, onde foi analisado os agentes que atuam na organização da atividade leiteira no município de Arbutã, bem como, as transformações que estes agentes provocaram para dentro da porteira, dinamizando a atividade.

Para finalizar, apresentam-se as considerações finais, evidenciando a análise de toda a pesquisa e apresentando propostas de intervenção sobre o caso analisado.

## **1 DESBRAVANDO O OESTE CATARINENSE NO TEMPO E NO ESPAÇO**

Ao longo deste capítulo buscamos, a partir de vários autores que já abordaram esta temática (CABRAL, 1970; CAMPOS, 1987; RENK, 1991; WERLANG, 1992; 2006, SILVESTRO, 1995; MIOR, 1992; 2005; PLEIN, 2003; 2006), retomar historicamente os aspectos mais relevantes do processo de ocupação e colonização do Oeste Catarinense, ocorrido no início do século XX, pelos descendentes de imigrantes europeus.

Para subsidiar a pesquisa, recorreu-se a categoria de formação socioespacial. Esta categoria serve como base teórico-metodológica para explicar distintas trajetórias de desenvolvimento de uma sociedade, a qual é fruto da relação dialética entre natureza e sociedade. A formação socioespacial é responsável pela constituição de modo de vida próprios, específicos de cada lugar, mas que sofrem influências “externas”, isto é da totalidade, nas dimensões sociais, econômicas e políticas (SANTOS, 1979).

Embora, este trabalho tenha como início da análise o processo de ocupação e colonização do Oeste Catarinense, reconhece-se que a história deste território é muito anterior a este processo, visto que o mesmo foi contestado, por muito tempo, entre Brasil e a Argentina, e que seus primeiros habitantes eram grupos indígenas.

A partir da construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul, empreendida pela *Brazil Railway Company*, o governo do estado de Santa Catarina, incumbiu a missão de colonizar o Oeste Catarinense a empresas

colonizadoras (WERLANG,1992). Assim, como no Vale do Itajaí, o tipo de colonização adotado no Oeste foi responsável pela constituição de uma sociedade rural cuja base fundiária se assentou na pequena propriedade, policultora e no trabalho familiar (SEYFERTH, 1990).

Estas empresas atraíram, através de propagandas de terras boas, baratas e prósperas, imigrantes das colônias velhas do Rio Grande do Sul, os quais possuíam dificuldades econômicas e sociais para a reprodução de sua família onde moravam (SILVESTRO, 1995) ou ainda, imigrantes que arriscavam-se, buscando meios de enriquecer.

Assim, estes colonos deram continuidade ao modo de vida colonial que levavam no Rio Grande do Sul, o qual estava organizado entorno do tripé - terra, trabalho e família (TEDESCO, 1999), sendo que as atividades agropecuárias constituíram a base de sua economia.

Por causa das precárias condições das estradas, as atividades desenvolvidas estavam voltadas para a subsistência do grupo familiar. Embora, sabe-se que muitos destes já praticavam em sua região de origem uma agricultura mercantilizada.

A partir da constituição do capital comercial local, o Oeste Catarinense passou a manter relações comerciais, primeiramente, com antigas colônias gaúchas. Era comercializado o excedente colonial da região, como o queijo, a manteiga, a banha e suínos vivos; já do Rio Grande do Sul vinham produtos industrializados.

A abertura e a melhoria das estradas oestinas contribuiu para aumentar a circulação de excedentes, conseqüentemente, as trocas comerciais entre agricultores e comerciantes. Por meio destas trocas, os comerciantes puderam expandir sua atuação para centros maiores, como São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba.

A intensificação da atividade comercial permitiu que alguns comerciantes acumulassem capitais, os quais foram aplicados em outras atividades econômicas, entre elas a construção de frigoríficos, voltados para a produção de banha, e posteriormente, para a industrialização de carne.

O surgimento de frigoríficos no mercado nacional e a mercantilização da produção agropecuária tornam-se freqüentes, promovendo transformações, sobretudo, no sistema de criação dos suínos.

### 1.1 Um território em litígio

Até o século XIX, Brasil e Argentina divergiam quanto aos seus limites territoriais. Ambos possuíam interesse nas terras pouco habitadas e ricas em ervais e araucárias, conhecida por *Campos de Palmas*, e que atualmente, correspondem a região do Oeste Catarinense.

Durante o impasse, para assegurar o domínio sobre esses campos o governo brasileiro criou colônias militares (BAVARESCO, 2003). A fim de colonizar a área, autorizou a construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (PREFEITURA DE JOAÇABA, 1985) que cruzava de norte a sul (GOULARTI, 2007).

Somente em 1895 este conflito diplomático, conhecido como a Questão de Palmas ou *Cuestion de Misiones*, foi solucionado com ajuda do presidente estadunidense Grover Cleveland. Este concedeu ganho de causa ao Brasil, devido à política de *uti possidetis*<sup>1</sup> (BORDIGNON, 1968).

Após a anexação, a indefinição na jurisdição desta área acabou despertando o interesse tanto dos estados do Paraná como de Santa Catarina. Ao mesmo tempo, a empresa Brazil Development & Colonization Company (subsidiária da *Brazil Railway Company*), iniciou a desapropriação dos indígenas e caboclos<sup>2</sup> que viviam nas proximidades da via férrea e que não possuíam o título legal de propriedade da terra (CABRAL, 1987; POLI, 1995).

Os distintos interesses em disputa foram responsáveis pela eclosão da Guerra do Contestado em 1912, que veio a terminar somente em 1915. Após o

---

<sup>1</sup> Aquele que ocupasse uma região de fato seria seu dono por direito (HEINSFELD, 2007).

<sup>2</sup> Este trabalho não tem como objetivo aprofundar a questão da ocupação (de indígenas e caboclos) anterior ao processo de colonização, embora, reconheçamos a pertinência e a necessidade de realizar mais estudos sobre esta temática. Para tanto, ver mais sobre RENK (1991).

conflito, a área em litígio foi dividida, dando origem aos atuais estados do Paraná e Santa Catarina (BORDIGNON, 1968; WERLANG, 2006). A partir disso, iniciou-se o processo de colonização no Oeste Catarinense.

## 1.2 Do “vazio demográfico” à colonização do Oeste Catarinense

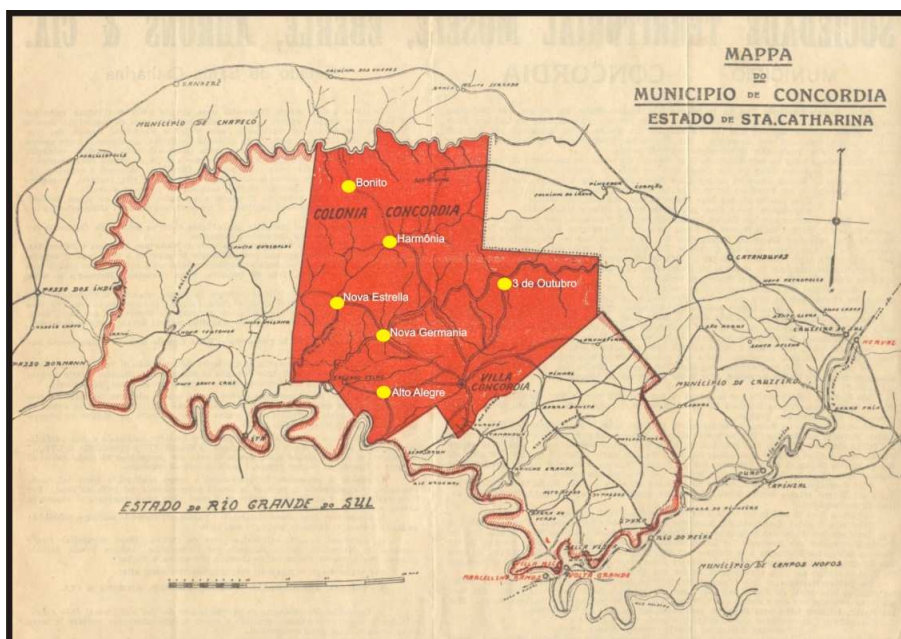
Após a conquista da jurisdição de parte do território contestado, visando garantir a posse, o governo de Santa Catarina criou os municípios de Mafra, Porto União, Cruzeiro e Chapecó e, concedeu, a particulares e a empresas colonizadoras, glebas de terras para “preencher o vazio demográfico” (RENK, 2005; WERLANG, 2006).

Cabe lembrar, que a Brazil Railway Company, responsável pela construção da Estrada de Ferro, recebeu como pagamento uma faixa de terra de quinze quilômetros de largura de cada lado da ferrovia, com a incumbência de colonizar essa área (PREFEITURA DE JOAÇABA, 1985).

Para tanto, criou a subsidiária Brazil Development & Colonization Company, a qual teve a responsabilidade de demarcar os lotes e abrir as estradas vicinais (WERLANG, 2006). No entanto, a empresa se limitou a criação de pontos de penetração em áreas próximas ao Rio do Peixe e Rio Uruguai, não conseguindo criar uma significativa corrente migratória na região (O JORNAL,???)

A colonização se efetivou, quando a obrigação de comercializar as terras foi repassada para outras empresas colonizadoras como, por exemplo, a Bertaso, Maia & Cia; Chapecó Peperly; Cia Territorial Sul Brasil e a Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahorns & Cia. Esta última adquiriu as fazendas de Rio Engano e Sertãozinho, e constituiu a Colônia Concórdia (figura 1) em 1925, no município de Cruzeiro (O JORNAL,???)

Esta colônia possuía uma sede - a Vila de Concórdia - e mais seis núcleos coloniais: Bonito, Harmonia, 3 de Outubro, Alto Alegre, Nova Estrela e Nova Germânia, sendo que destes, os dois últimos núcleos deram origem ao município de Arabutã. Em 1927, a Colônia Concórdia foi elevada a distrito de Cruzeiro e tornou-se município em 1934.



**Figura 01.** Mapa do município de Concórdia/SC, com destaque para área que compreendia a Colônia Concórdia, da Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahorns & Cia, 1933.  
**Acervo:** Museu Municipal Hermano Zanoni, Concórdia, SC.

O modelo de colonização adotado pela Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahorns & Cia como as demais empresas colonizadoras, foi inspirado na colonização do Rio Grande do Sul – de povoamento disperso – que tinha como base a pequena propriedade, de aproximadamente 25 a 30 hectares, denominada pelos imigrantes de colônia<sup>3</sup> (*colonie*). Estes lotes coloniais, geralmente, possuíam formato com testada estreita e fundo alongado, tendo como limites os divisores ou os cursos d'água, conforme anexo 01 (SILVESTRO, 1995; WERLANG, 2002).

As empresas colonizadoras utilizavam os jornais e revistas para divulgar e comercializar os lotes coloniais, sobretudo, para os agricultores das colônias velhas<sup>4</sup> do Rio Grande do Sul. Nestas colônias, o fechamento da fronteira agrícola e o crescimento populacional provocaram uma profunda fragmentação fundiária,

<sup>3</sup> [...] designa toda a região colonizada ou área colonial, ou seja, o conjunto dos lotes de uma área previamente estabelecida pelo governo, juntamente com um núcleo populacional mais denso (a vila), servindo como sede administrativa e local onde se realizam os serviços religiosos, comércio e vida recreativa. Com o mesmo termo – colônia – os imigrantes alemães e seus descendentes designavam a pequena propriedade agrícola de uma família (SEYFERTH, 1974, p.54)

<sup>4</sup> As colônias velhas se situam na região Sudeste do estado do Rio Grande do Sul, e são constituída pelas microrregiões do Vale do Sinos, Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Taquari (SCHNEIDER, 1996).



dificultando a reprodução de seu sistema produtivo colonial<sup>5</sup>, bem como, a reprodução da família (SCHNEIDER, 1996).

As ofertas de terras férteis a um preço relativamente baixo e as diferentes condições de pagamento despertaram o interesse, a partir de 1920, de parte do excedente populacional destas colônias. Para estes a terra não era exclusivamente um fator de produção, mas uma nova possibilidade de “fazer a vida”, “colocar os filhos”, ou seja, de reproduzir seu modo de vida (SILVESTRO, 1995).

Com o avanço da colonização, os grupos sociais e suas formas comunitárias que viviam ali, em particular o caboclo que, tinha como principal atividade econômica a extração da erva-mate, foram sendo “substituídos” por uma nova organização social e econômica – aquela desenvolvida pelo descendente de europeu (RENK, 1999; PLEIN e SCHNEIDER, 2003).

### **1.2.1 O modo vida colonial no Oeste Catarinense: (des)continuidade das colônias velhas do Rio Grande do Sul**

O sistema de colonização adotado permitiu o desenvolvimento de uma sociedade rural no Oeste Catarinense diferente de outras formações do país, pois esta não tinha no latifúndio sua principal forma social de produção. Pelo contrário, estava organizada social e economicamente entorno da pequena propriedade.

Na pequena propriedade, a família era quem controlava os meios de produção e executava o trabalho. Dessa forma, “a ordem social do colono<sup>6</sup> fundava-se na ligação entre a propriedade, família e trabalho [...]” (TEDESCO, 1999, p.50). Estas características não possibilitaram a constituição de uma burguesia rural na região (CAMPOS, 1987).

Ao se instalarem no Oeste Catarinense, os colonos passaram a reproduzir o modo de vida colonial que levavam no Rio Grande do Sul. Cabe aqui esclarecer que entendemos por modo de vida colonial a forma como os colonos

---

<sup>5</sup>O sistema produtivo colonial baseava-se no avanço da fronteira agrícola, na abertura de novas áreas, no cultivo intensivo de áreas desmatadas e, na diversificação de culturas e criação de animais (SCHNEIDER, 1996).

<sup>6</sup> O termo colono, “desde o século XIX, serviu como designação oficial para aqueles imigrantes que adquiriam um lote de terras em algum projeto de colonização” (SEYFERTH, 1993, p.46).

organizavam seus meios de produção e a forma como estes se socializavam, seja com a família ou com os elementos externos da unidade, tendo em vista a sua reprodução social (SCHNEIDER, 1996).

Dessa forma, estes deram continuidade a estrutura social e econômica que constituíram no Rio Grande do Sul, que de acordo com Schneider (1996), possuíam características semelhantes às *sociedades camponesas*<sup>7</sup>, definida por Mendras (1978). Além disso, já praticavam uma agricultura mercantilizada em sua região de origem (CAMPOS, 1987)

Entretanto, a cada casamento, partilha do patrimônio familiar, e/ou migração, o *ethos do colono*<sup>8</sup> foi sendo adaptado, redefinido, conforme suas necessidades (STROPASOLAS, 2006). Segundo Ploeg

Trata-se também de um fluxo coerente e estrategicamente organizado que se desdobra ao longo do tempo: o presente se constrói sobre o passado e a situação atua irá se traduzir em uma próxima, a não ser que surjam revezes de força maior (PLOEG, 2006, p.40).

Por isso, o modo de vida colonial não pode ser compreendido como uma categoria estática, visto que é um produto histórico, em constante transformação. Entretanto, as dificuldades de acesso e de comunicação permitiram a constituição de sociedades relativamente fechadas e com elevado grau de endogamia. Esta situação contribuiu para a preservação da língua, a cultura e a religião (ANDRADE, 1977), reforçando, um modo de vida autárquico (SCHNEIDER, 1996).

Esta conjuntura acabou imprimindo peculiaridades ao modo de vida colonial do Oeste Catarinense. Vejamos a seguir como se deu a consolidação deste modo de vida e quais fatores impulsionaram o desenvolvimento econômico da região.

---

<sup>7</sup> Mendras (1978) caracteriza a sociedades camponesas de acordo com cinco traços: a autonomia da coletividade camponesa frente a uma sociedade envolvente que as domina; importância do grupo doméstico na organização da vida econômica e social da coletividade; sistema econômico relativamente autárquico e que tem relações com a economia envolvente; relações internas de interconhecimento e com coletividade circunvizinhas; o papel da coletividades camponesas e das sociedades envolventes.

<sup>8</sup> Símbolos e valores herdados de seus ancestrais e que remota em parte suas regiões de origem (SEYFERTH, 1993).

### **1.2.2 O colono como força motriz da econômico regional**

Ao chegarem no oeste de Santa Catarina, os primeiros colonos, se defrontaram com inúmeras dificuldades, entre elas, a existência de uma densa floresta de mata atlântica com a ocorrência de pinhais (CABRAL e CESCO, 2008) e a falta de estradas e de canais de circulação e comercialização.

Assim, como no Vale do Itajaí, a penetração na floresta se dava a partir da abertura de picadas – linhas coloniais – que serviam de vias de comunicação, da qual eram delimitados os lotes (SEYFERTH, 1974). Em muitos casos, os próprios colonos eram incumbidos pelas empresas colonizadoras para abrir as estradas. Por este serviço recebiam uma pequena renda, que ajudava a saldar parte das dívidas contraídas com a aquisição da propriedade colonial (SEYFERTH, 1974).

Para iniciar a exploração agrícola e construir as casas, foi necessário “limpar” os lotes. O processo de limpeza exigia muito trabalho, visto que a topografia acidentada tornava o processo de extração de madeira mais árduo e moroso. Porém, proporcionou uma grande quantia de toras de excelente qualidade, as quais foram utilizadas na construção de casas e nas demais benfeitorias da unidade familiar. Outra parte da madeira era comercializada, especialmente, para a região Platina e a fronteira gaúcha (CAMPOS, 1987).

Devido a precariedade das estradas e a distância dos centros comerciais, o transporte era realizado através de balsas durante as cheias do Rio Uruguai, como pode ser visualizado na figura 2 (CAMPOS, 1987; CABRAL e CESCO, 2008). O desenvolvimento da extração de madeira contribuiu para a abertura de estradas e a construção de pontes, permitindo a constituição de novos núcleos (PIAZZA, 1978).



**Figura 02.** Descida de balsa em uma das curvas do rio Uruguai.  
**Acervo:** Museu Municipal Hermano Zanoni, Concórdia, SC.

Com a construção de igrejas, escolas, casas comerciais houve uma crescente demanda por madeira, impulsionando o surgimento de serrarias, que até então eram itinerantes (figura 03) (CAMPOS, 1987; SILVESTRO, 1995; CABRAL e CESCO, 2008). Na maior parte dos casos, as serrarias pertenciam às empresas colonizadoras que atuam na região.

As serrarias foram responsáveis pela constituição de um mercado de trabalho paralelo às atividades agrícolas existentes, permitindo a acumulação de capitais na região, os quais foram reinvestidos em outras atividades produtivas (SILVESTRO, 1995).



**Figura 03.** Atuação de serraria no município de Concórdia-SC.  
**Acervo:** Museu Municipal Hermano Zanoni, Concórdia, SC.

Assim, nos primeiros anos da colonização, a extração de madeira e da erva-mate<sup>9</sup>, foram as principais atividades econômicas desenvolvidas no Oeste Catarinense. Estas atividades se desenvolveram rapidamente e, em meados dos anos 1927, surgiram às primeiras casas comerciais na região, que mantinham relações com o Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro (CAMPOS, 1987).

Após a derrubada da floresta, os colonos implantaram um sistema de exploração de terras semelhante ao utilizado no Rio Grande do Sul<sup>10</sup>, com base na rotação de terras e na prática da policultura – associação de cultivos agrícola com pecuária (WAIBEL, 1949).

Para otimizar o uso do solo e da mão-de-obra familiar, nos primeiros anos, foram desenvolvidas diversas atividades produtivas voltadas para a subsistência. Assim, era cultivado milho, feijão, trigo, arroz, soja, batata-doce,

---

<sup>9</sup> Ver mais Campos (1987) e Renk (2006).

<sup>10</sup> Os colonos europeus quando se instalaram no Rio Grande do Sul “tiveram que se adaptar ao novo habitat e ao novo tipo de agricultura” (SEYFERTH, 1974, p.56). Assim, “adaptaram dos índios o sistema de rotação de terras, bem como as plantas cultivadas por estes (milho, feijão preto, mandioca, batata doce) e, inclusive, ferramentas indígenas, a cavadeira ou o bastão de plantar” (WAIBEL, 1949, p.54).

cana-de-açúcar, mandioca, etc., e criado galinhas, porcos e bovinos, responsáveis por abastecer as unidades familiares de carne, banha, ovos e leite (CAMPOS, 1987; SILVESTRO, 1995).

Na década de 1940, a produção de leite no Oeste Catarinense, girava em torno de 10.433.400 litros<sup>11</sup>(CENSO DEMOGRÁFICO E ECONÔMICO, 1940). Entretanto, devido à dificuldade de conservar o leite *in natura*, o excedente era transformado na própria unidade em produtos como o queijo, a manteiga e o requeijão. É importante destacar que o rebanho leiteiro também tinha a função de auxiliar no preparo da lavoura e de puxar carroças, principal meio de transporte (MELLO, 1998).

Entre os colonos, a suinocultura era a principal atividade desenvolvida, sobretudo, por estar associada à tradição alimentar de seus ancestrais, ainda quando viviam na Europa (TERHORST e SCHMITZ, 2007). Além disso, o sistema de criação utilizado exigia pouco trabalho e não requeria muita área para seu desenvolvimento.

Sobre a criação dos suínos, Seyferth (1974, p.66) descreve que “até a época em que o crescimento se completa, eram deixados em liberdade; depois passavam a ser confinados num chiqueiro e soltos ocasionalmente em pastos”. Estes eram alimentados diariamente com restos de comida e produtos colhidos no estabelecimento agropecuário como milho, mandioca, abóbora, batata-doce, etc. Assim, tornou-se comum a associação da criação de porcos com o cultivo do milho – conhecida como binômio milho-suíno.

---

<sup>11</sup>Como parâmetro comparativo, no mesmo período, a mesorregião do Vale do Itajaí - principal bacia leiteira do estado de Santa Catarina - produzia cerca de 23.873.400 litros (CENSO DEMOGRÁFICO e ECONÔMICO, 1940).



**Figura 04.** Atividades agropecuárias desenvolvidas no Oeste Catarinense: trigo, milho, fumo e criação de porcos.

**Acervo:** Museu Municipal Hermano Zanoni, Concórdia, SC.

Através da diversificação de atividades (figura 04), os colonos buscavam autossuficiência da unidade familiar, melhor aproveitamento das terras e da mão-de-obra durante todo o ano. Esta prática era uma espécie de estratégia, na medida em que reduzia os riscos de perda, caso ocorresse alguma adversidade climática.

Assim, gerou-se no interior das unidades um pequeno excedente, o qual foi destinado à venda e troca de mercadorias. Ressalta-se que a associação entre agricultura e comércio era uma prática comum nas colônias gaúchas, visto que a colonização da região sul tinha como objetivo, a produção de alimentos para o abastecimento do país (SILVESTRO, 1995).

A necessidade de comprar terras para seus descendentes, bem como, de elevar os padrões de reprodução da família estimulou a mercantilização da produção (SILVESTRO, 1995). No entanto, o agricultor manteve a relativa independência, na medida em que adquiria somente aquilo que não produzia como: sal, óleo para iluminação, tecidos e utensílios domésticos, ferramentas

agrícolas entre outros (PERTILE, 2008), permitindo assim, acumular algum dinheiro (SEYFERTH, 1974).

A existência de poucas casas comerciais, a distância dos mercados consumidores e as precárias condições de transportes, até meados de 1930, contribuíram para a forte atuação de atravessadores (BAVARESCO, 2005). Estes compravam a produção local, principalmente de produtos não-perecíveis, como a erva-mate, a madeira e o fumo, que eram revendidos aos comerciantes maiores (SILVESTRO, 1995).

A partir do crescimento da produção agropecuária surgiram moinhos, laticínios e indústrias artesanais, impulsionando as relações comerciais. Também surgiram nas comunidades e nos distritos pequenos comerciantes, muitos dos quais eram agricultores. Dessa forma, se consolidou uma malha comercial na região.

Nas proximidades da estrada de ferro, as relações mercantis eram mais freqüentes, embora as condições de acesso fossem precárias. Os comerciantes locais compravam o excedente da produção junto aos colonos, entre os quais se destacava o queijo, banha e os suínos vivos. Sendo, este excedente drenado principalmente para o estado de São Paulo (WAIBEL, 1979).

Nesta época, a banha era um produto de valor (ROCHE, 1969), inclusive para conservar alimentos nas áreas rurais e nas periferias urbanas, tendo assim, um mercado garantido (LAGO, 1978). Entretanto, com a industrialização do processo de fabricação de banha, a criação de suínos passou a ser comercializada viva para frigoríficos, especialmente, os paulistas.

De acordo com Censo Agrícola de 1940, havia nos municípios de Concórdia e Cruzeiro cerca de 70 mil suínos destinados a engorda, distribuídos em pouco mais de sete mil estabelecimentos agropecuários. Mesmo a produção de suínos sendo abundante, esta não era suficiente para atender a crescente demanda paulista. Assim, os comerciantes expandiram sua área de atuação para Caçador e Marcelino Ramos no Rio Grande do Sul (CAMPOS, 1987).

Dessa forma, a suinocultura se tornou uma atividade comercial por excelência nas unidades familiares, visto que esta não exigia maiores investimentos e já era praticada pelos agricultores. Além disso, o comércio de



suínos era altamente lucrativo aos comerciantes, o que permitiu acumular capitais que foram direcionados para a constituição dos primeiros frigoríficos.

### **1.3 O surgimento dos primeiros frigoríficos e a intensificação das relações comerciais**

A partir da associação e expansão de capitais comerciais locais foram constituídos, de 1930 a 1940, os primeiros abatedouros no Oeste Catarinense, entre eles a Perdigão, o Comércio e Indústria Saulle Pagnoncelli e a Sadia (HASS, 1993).

Neste trabalho, serão analisadas apenas as estratégias<sup>12</sup> adotadas pela Sadia, grande responsável pelas mudanças na agricultura colonial de Concórdia<sup>13</sup> e dos municípios circunvizinhos. À medida que esta empresa ampliou seu poder sobre o território, introduziu novas dinâmicas produtivas na região.

A Sociedade Anônima de Concórdia (SADIA<sup>14</sup>) foi fundada em 1944, no município de Concórdia, teve como impulso inicial as atividades do moinho, especialmente na comercialização de produtos agrícolas, como o trigo. Os lucros dessa atividade permitiram a construção do frigorífico.

Este frigorífico tinha como principal atividade a produção de banha, a qual possuía um bom preço no mercado<sup>15</sup>. Desta forma, eram valorizados os suínos com elevada espessura de toucinho. Além disso, as dificuldades de condicionamento faziam com que a carne fosse um produto secundário, utilizado apenas na fabricação de produtos mais simples, como carne salgada, salaminho e lingüiça (ESPÍNDOLA, 1996; MARCOVITCH, 2006).

A melhoria na distribuição da energia elétrica em Concórdia, na década de 1940, possibilitou ao frigorífico instalar câmeras frias. A partir disso, a Sadia iniciou a fabricação de produtos mais elaborados e de perecibilidade maior.

---

<sup>12</sup> Para aprofundar este assunto ver Mior (1992); Espíndola (1996).

<sup>13</sup> Nesse período, Arabutã, *lócus* de estudo, pertencia ao município de Concórdia.

<sup>14</sup> Ver mais em Fontana (1980).

<sup>15</sup> Sobre a tradição dos colonos com a produção de banha no Rio Grande do Sul, ver Pesavento(1983) e Terhorst e Schmitz (2007).

Entretanto, as estradas ainda eram precárias e não existiam caminhões frigoríficos, o que tornava as viagens mais longas e demoradas, dificultando o transporte de produtos perecíveis aos maiores centros consumidores do país: São Paulo e Rio de Janeiro. Com o objetivo de contornar esta dificuldade, em 1947, a Sadia criou uma distribuidora em São Paulo, de forma a se consolidar no mercado nacional (SADIA, 2009).

Uma solução encontrada pela Sadia foi transportar os produtos perecíveis e mais delicados de avião. Assim, em 1952, a empresa arrendou um avião a fim de levar seus produtos para estes centros consumidores, impulsionando suas vendas (SADIA, 2009).

Deste modo, gradativamente o frigorífico foi redirecionando seus investimentos para industrialização da carne, tornando assim, a banha um produto secundário. Para aumentar sua produtividade, a Sadia importou raças de suínos do tipo carne, como a *Duroc Jersey* e *Polland-China*, dando início a substituição das raças nacionais do tipo banha (FONTANA, 1980; ESPÍNDOLA, 2002).

Inicialmente, as experiências eram realizadas em sua própria granja, sendo mais tarde, através de acordos verbalmente firmados, difundidas entre os colonos. De acordo com Fontana (1980) a Sadia selecionava alguns colonos e lhe fornecia três matrizes, sem nenhuma despesa. Em contrapartida, os colonos deveriam comprar a ração fabricada e fornecida pela Sadia e quando os filhos destas matrizes estivessem criados e desenvolvidos, deveriam ser vendidos à Sadia para descontar o peso das mães.

A partir deste sistema pioneiro de integração entre produtores e frigorífico, conhecido como *parceria* (CAMPOS, 1987; ESPÍNDOLA, 2002), foram sendo introduzidas melhorias na produção, reduzindo assim o tempo necessário para engordar o animal (FONTANA, 1980).

A Sadia investiu no aprimoramento da matéria-prima e no desenvolvimento de novos produtos, bem como, iniciou estudo sobre a viabilidade de desenvolver a avicultura na região, com objetivo de firmar-se comercialmente no mercado nacional (FONTANA, 1980).

Ao mesmo tempo, isto impulsionou a atividade suinícola pelo Oeste Catarinense, a qual passou a se destacar em nível nacional. Cabe ressaltar que

até então, o crescimento horizontal da produção familiar conseguia atender a demanda frigorífica. Esta boa resposta às necessidades do frigorífico e ao crescimento da produção agrícola, fez com que esta região fosse considerada celeiro do Brasil (RENK, 2005).

Através do sistema de parceria, as relações comerciais entre colonos e frigoríficos tornaram-se mais freqüentes e introduziu, ainda que sutilmente, mudanças nas unidades familiares. Vejamos a seguir algumas destas mudanças ocorridas nas unidades familiares que aderiram ao sistema.

### **1.3.1 Novas relações mudando a vida do colono**

Como vimos, a suinocultura se tornou uma atividade comercial por excelência, tendo grande importância para as unidades produtivas. Esta atividade dependia principalmente da disponibilidade de terras para a produção de milho. Por isso, o produtor não era especializado, pois continuava praticando uma agricultura diversificada, sendo um policultor (MIOR, 1992; MELLO, 1998).

Mesmo com o crescimento das relações comerciais entre agricultores e frigoríficos, através do sistema de parceria<sup>16</sup>, eram poucos os agricultores que trabalhavam neste sistema. Assim, até a década de 1950, prevalecia no espaço rural oestino o sistema de produção independente<sup>17</sup>.

Até este período, o espaço rural do Oeste Catarinense caracterizava-se pela “relativa estabilidade da agricultura familiar e dos padrões de desenvolvimento rural, [...], como exemplo de um modelo de desenvolvimento socioeconômico equilibrado” (MIOR, 2005, p.81).

A capacidade produtiva dos frigoríficos era assegurada pelo desenvolvimento da produção familiar, ocorrido com o avanço da fronteira agrícola no Oeste Catarinense. Para tanto, os frigoríficos incentivaram a expansão da produção, através da criação e do aperfeiçoamento do sistema de parceria.

---

<sup>16</sup> Ressalta-se que este sistema apresenta características muito distintas do que conhecemos atual por integração, sendo menos rígido.

<sup>17</sup> Aquele que não possui vínculo contratual com nenhuma empresa/ou comerciante, dando autonomia no processo produtivo.

A influência das indústrias sobre as unidades produtivas ocorriam indiretamente e eram relativamente menores, pois as relações ainda eram determinadas pela necessidade da unidade familiar, a qual mantinha autonomia sobre o processo produtivo.

A tabela 01 a seguir apresenta o aumento expressivo, tanto do número de estabelecimentos agropecuários quanto do total de suínos criados no Oeste, sendo este aumento em cerca de 420% e 470%, entre os anos 1940 a 1960, respectivamente.

**Tabela 01.** Total de suínos em estabelecimentos com declaração no Oeste Catarinense: 1940 a 1960.

	<b>Número total de estabelecimentos</b>	<b>Estabelecimentos com declaração</b>	<b>Total de Suínos</b>
<b>1940</b>	12.088	10.998	271.233
<b>1950</b>	25.731	24.199	678.023
<b>1960</b>	50.420	46.029	1.266.638

Fonte: Censo Agrícola e Agropecuário de 1940 a 1960.  
Organização: Joice Konrad

De acordo com Mello (1998, p.46), “o nível tecnológico da atividade suinícola praticado na região até meados da década de 60 não criava para os agricultores grandes barreiras para a entrada ou saída da atividade”. Entretanto, era fundamental que a estes agricultores possuíssem área própria e de boa qualidade, já que o principal componente da alimentação - o milho - deveria ser produzido na própria unidade familiar, além disso, destaca-se a proximidade da propriedade à agroindústria.

Com o aumento do rebanho, o agricultor teve que ampliar sua produção de milho, o que implicou em alterações na paisagem rural (CAMPOS, 1987). Abaixo, na tabela 02, apresentamos a evolução da produção de milho no Oeste Catarinense entre os anos de 1940 e 1960. Como podemos ver, a produção de milho cresceu significativamente, em 1950 em torno de 225% e 213% em 1960. Em 1950 a área plantada era equivalente a 115.230 ha, já em 1960 a área aumentou para 201.171 ha plantados.

Tabela 02. Evolução da produção de milho no Oeste Catarinense: 1940 a 1960.

<b>Milho</b>	<b>Área plantada (ha)</b>	<b>Quantidade colhida (t)</b>	<b>Produtividade (t/ha)</b>
<b>1940</b>	-	81.042	-
<b>1950</b>	115.230	183.053	1,58
<b>1960</b>	201.171	391.489	1,94

Fonte: Censo Agrícola e Agropecuário de 1940 a 1960.  
Organização: Joice Konrad

A expansão da suinocultura, através da parceria, contribuiu para intensificação das relações comerciais entre colonos e frigoríficos e promoveu algumas mudanças no interior das unidades familiares, dando início ao lento processo de diferenciação social dos produtores. No entanto, estas mudanças não foram capazes de transformar profundamente o âmago do modo de vida colonial, pois como não atingiram todos os agricultores permitiram que o modo de vida colonial continuasse a se reproduzir.

A dependência da capacidade produtiva do frigorífico em relação aos agricultores perdura até meados da década de 1960, quando este modelo de produção entrou em crise, devido ao fechamento da fronteira agrícola. Nesse período, iniciou-se a modernização da agropecuária brasileira, processo que provocou profundas transformações no espaço rural.

No Oeste Catarinense, este processo foi responsável pela crescente mercantilização da produção familiar, via complexo agroindustrial, a qual deu início a ruptura do modo de vida colonial, detalhadas no próximo capítulo.

## **2 A MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA E AS TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA FAMILIAR DO OESTE CATARINENSE (1960-1980)**

Para compreender como o espaço agrário do Oeste Catarinense está organizado na contemporaneidade, foi necessário buscar na história brasileira elementos importantes que deram condições para a sua organização e evidenciar quais agentes sociais contribuíram para as transformações ocorridas naquele espaço.

Até o início dos anos 1960, predominava no país o complexo rural, entendido como “o conjunto de atividades desenvolvidas no interior das fazendas [...], assentadas na economia natural com uma divisão incipiente da divisão do trabalho” (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p.83). O complexo rural internalizava a produção de bens de consumo que ocorria de forma artesanal. O mercado interno era praticamente inexistente, assim a dinâmica econômica era determinada, na maioria das vezes, pelo mercado externo.

Diante disso, o projeto nacional de industrialização representava um consenso político. Dessa forma, o campo deveria se modernizar “de forma a evitar rupturas que possam colocar em risco a execução da macropolítica nacional” (GONÇALVES NETO, 1997, p.142).

Havia uma disputa política entre os que acreditavam que a estrutura social de produção impedia o desenvolvimento econômico do país e por isso, era

necessário fazer uma reforma agrária<sup>18</sup>; e aqueles defensores da ideia de que a baixa produtividade, eficiência e diversificação produtiva do latifúndio eram as principais causas do fraco crescimento agrícola, por isso, a simples modernização do latifúndio resolveria o problema.

Com a vitória do modelo conservador, “a ‘modernização sem reforma’ foi o caminho escolhido pelo golpe militar de 1964 que, dentre outras coisas, cortaria a efervescência do debate agrário, tentando encerrá-lo pelo ‘argumento’ da força” (DELGADO, 2001, p.161).

Este processo foi legitimado pelo primado da eficiência produtiva e econômica, através da divisão social do trabalho, inserindo um novo modelo de produção, sem mudar a estrutura fundiária, o que evidencia a contradição do processo.

Tendo em vista o projeto de industrialização e urbanização no país, o Estado criou políticas públicas que visavam o desenvolvimento agrícola, integrando assim as atividades comerciais entre campo-cidade, através da constituição dos complexos agroindustriais.

Impulsionado por um conjunto de políticas, o campo brasileiro passou por profundas transformações na base técnica bem como nas relações sociais de trabalho. Entretanto, essas ocorreram de formas distintas e com intensidades variadas.

No Oeste Catarinense, a crescente integração ao complexo agroindustrial tem como possível causa o fechamento da fronteira agrícola, tornando a integração uma importante estratégia de reprodução social dos agricultores. A atividade que mais sofreu transformação foi a suinocultura, onde o processo de diferenciação social foi intenso, provocando a exclusão de muitos produtores da cadeia produtiva. Isto acabou implicando no rearranjo de estratégias de reprodução social da agricultura familiar, inclusive na inserção de outros circuitos produtivos, como o leite.

Diante deste contexto, no presente capítulo, buscamos demonstrar os impactos sócio-econômicos e técnicos do processo de modernização da

---

<sup>18</sup> Este ideário de distribuição estava presente nas reformas de base, proposta pelo governo João Goulart, com o intuito de transformar latifúndios (atrasados tecnicamente) em pequenas propriedades de base familiar, formando um mercado consumidor, suposta condição para a industrialização nacional.

agricultura no modo de vida colonial do Oeste Catarinense. Por um lado, na crescente mercantilização, por outro, na reconversão das estratégias de reprodução das famílias.

## **2.1 O Estado e o novo padrão produtivo na agropecuária brasileira**

Até a década de 1960, o setor agropecuário brasileiro se caracterizava pela estrutura atrasada, onde o aumento da produção agrícola brasileira se devia exclusivamente a expansão horizontal, ou seja, dependia da expansão da fronteira agrícola, da divisão de propriedades e a intensificação da produção nos grandes latifúndios (SORJ, 1986).

Visando o desenvolvimento urbano-industrial do país, o Estado brasileiro promoveu a modernização da agricultura, a partir da indústria ligada ao setor agrícola<sup>19</sup>, isto é, da formação de complexos agroindustriais<sup>20</sup> (CAIs). Através deste, a agricultura passou a integrar o circuito industrial como “consumidora de insumos e maquinarias” e “como produtora de matéria-prima para a sua transformação industrial” (SORJ, 1986, p.11).

Dessa forma, a agricultura passou a desempenhar novas funções no país, entre elas, gerar divisas por meio das exportações agrícolas; gerar mercado consumidor de produtos industriais; liberar mão-de-obra excedente para o setor industrial, sem diminuir a quantidade produzida de alimentos, entre outros (DELGADO, 2001). A consolidação deste novo padrão produtivo se efetivou através do Estado, com a criação de normas e políticas agrícolas, que visavam

afetar tanto o comportamento conjuntural (de curto prazo) dos agricultores e dos mercados agropecuários, como os fatores estruturais (tecnologia, uso da terra, infra-estrutura econômica e social, carga fiscal

---

<sup>19</sup> A indústria ligada a agricultura compreende a indústria produtora de bens de capital, como máquinas, equipamentos e outros insumos agrícolas (D1) e, a indústria de bens de consumo de massa e de bens de consumo capitalista (D2 e D3, respectivamente), responsável pela transformação de matérias-agrícolas em bens de consumo final (MOREIRA, 1999).

<sup>20</sup> Em síntese, os CAIs são um “conjunto dos processos tecno-econômicos e sociais que envolvem a produção agrícola, o beneficiamento e sua transformação, a produção de bens industriais para a agricultura e os serviços financeiros e comerciais correspondentes” (MULLER, 1981, p.106). Mais sobre este assunto pode ser encontrado em Delgado (1985); Sorj (1986); Kageyama (1987); Muller (1989) e Szmrecsányi (1990) e Graziano da Silva (1998).



etc) que determinavam seu comportamento de longo prazo (DELGADO, 2001, p.23).

Assim, este padrão estava relacionado à idéia de que produtos industrializados eram melhores e mais seguros que os produtos coloniais. Dessa forma, as normas sanitárias e industriais tornaram-se mais rígidas com os produtos coloniais, os quais precisaram se adequar às exigências impostas para serem comercializados, o que contribuiu para a instituição de novos valores e hábitos.

As políticas agrícolas do período tinham como pilar de sustentação o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), implantado em 1965, que oferecia aos agricultores crédito rural com juros subsidiados. Através deste, os agricultores puderam adotar novas tecnologias, como por exemplo adubos, corretivos, máquinas, tratores, colheitadeiras, resolvendo em parte, os problemas da fertilidade do solo e do tamanho reduzido da propriedade (PLEIN, 2006).

Para o desenvolvimento de pesquisas e difusão das inovações tecnológicas pelo território brasileiro, o Estado criou respectivamente, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em 1972 e Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural<sup>21</sup> (Embraer), em 1974, atendendo assim as demandas regionais.

Além disso, as universidades também desempenharam papel importante na difusão e adoção desse novo padrão, principalmente nos cursos de ciências agrárias, que reorganizaram seus currículos para atender as demandas da agricultura industrial (EHLERS, 1996).

Este conjunto de instrumentos e ações possibilitou a transformação da base técnica dos estabelecimentos agropecuários, aumentando a sua produtividade. Entretanto, estas políticas foram seletivas, visto que privilegiaram determinadas regiões, produtos e produtores (GONÇALVES NETO, 1997), diversificando, ainda mais a estrutura social do espaço rural brasileiro. Por esta razão, a modernização da agricultura foi considerada *conservadora e dolorosa* (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

---

<sup>21</sup> A Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) foi criada em 1974 quando o governo extinguiu a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) e a substituiu pelas EMATER estaduais. Constituiu, assim, o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) (GONÇALVES NETO, 1997).

Vejam os a seguir a repercussão da modernização da agropecuária no Oeste Catarinense, a partir da consolidação do complexo agroindustrial da carne suína e de aves, responsável pelas transformações no modo de vida colonial. Cabe lembrar que, nesse período, distintamente de outras atividades, o setor lácteo não atraiu investimentos nem se modernizou de maneira significativa, pois desde 1945 o preço do leite era controlado pelo Estado, cujo objetivo era garantir os preços baixos para o mercado interno.

## **2.2 A consolidação dos complexos agroindustriais de carne suína e aves**

Como se viu no tópico anterior, o maior beneficiário das políticas públicas do Estado voltadas para a agricultura foi, sem dúvida, o setor agroindustrial (BELATO, 1995; CAMPOS, 1987; GIESE, 1991). No Oeste Catarinense, não foi muito diferente, a medida que alguns frigoríficos aproveitaram das benesses destas políticas para modernizar seus sistemas de produção e ampliar sua área de atuação.

Entretanto, para aumentar a produtividade, cada empresa desenvolveu estratégias<sup>22</sup> diferenciadas de acordo com seu interesse, dentre elas, cabe destacar a implementação de inovações como o melhoramento genético. A Sadia, por exemplo, aperfeiçoou seu sistema de integração<sup>23</sup>, criou seu próprio departamento de fomento, através do qual prestava assistência técnica e difundia novas técnicas aos seus integrados, com o intuito de reduzir os custos da produção (SILVESTRO, 1995).

Dessa forma, a relação entre agroindústria e agricultor passou a ser intermediada por contratos de compra e venda, seguindo as leis de mercado. Nestes contratos foram definidas as obrigações da agroindústria (fornecer a matéria-prima, os insumos, a assistência técnica e o transporte) e dos produtores familiares (responsáveis pela mão-de-obra, pela instalação e equipamentos, pela

---

<sup>22</sup> Ver mais Mior (1992), Silvestro (1996) e Espíndola (2002).

<sup>23</sup> De acordo com pesquisa realizada pelo CEAG (1978 *apud* MIOR, 1992, p.299), "em torno de 38% dos contratos são escritos, 37% são verbais e 23% são apenas cadastros feitos junto a agroindústria". De acordo com Campos (1987), os primeiros contratos de integração firmados pela Sadia ocorreram em 1972. Mas, é, nos anos 1990 que os contratos formais tornam-se mais comuns.

manutenção e reforma das instalações, pelo destino dos resíduos e por seguir as orientações técnicas), bem como, determinam a capacidade produtiva, a remuneração, além de buscar, a padronização dos animais. Ainda, cabe destacar que, estes contratos variam conforme a empresa, a atividade e o sistema de produção (TEDESCO, 1994; MIELE, 2006).

Este sistema oferecia aos frigoríficos maior controle técnico sobre a produção, obtendo animais com “ótimo rendimento de carcaça e baixa espessura de toucinho, os quais permitiam uma produção maior de produtos nobres e uma pequena proporção de banha” (CAMPOS, 1987, p.189). Já, para os produtores, os contratos asseguravam a comercialização do produto, o pagamento no prazo estipulado, além da assistência técnica e veterinária (PAULILO, 1990).

Como o abate e processamento de suínos não absorvia mais os capitais acumulados, em meados da década de 1960, os principais frigoríficos do Oeste Catarinense passaram a investir em outros ramos produtivos, constituindo assim, novas cadeias produtivas<sup>24</sup> - formando grandes Complexos Agroindustriais (CAIs).

A implantação da avicultura industrial<sup>25</sup> foi decorrente do processo de expansão agroindustrial no Oeste Catarinense. Por não ser uma atividade tradicionalmente comercial nas unidades familiares, a avicultura surgiu altamente oligopolizada (CAMPOS, 1987).

A seleção dos integrados seguia o princípio da racionalidade econômica e técnica, sobretudo, da logística e do potencial produtivo das unidades familiares (CAMPOS, 1987). Assim, agroindústria possuía maior controle que sobre o processo produtivo.

A atividade foi implantada semelhante aos moldes da suinocultura. Dessa forma, a empresa era responsável pelo fornecimento dos insumos (pinto com um dia de vida, a ração balanceada) e a assistência técnica, sendo que estes dois primeiros seriam descontados quando as aves eram entregues para o abate (CAMPOS, 1987). O padrão tecnológico mais homogêneo entre os produtores

---

<sup>24</sup> Farina & Zylbersztajn (1992, p. 191) definem a cadeia produtiva como “[...] um recorte dentro do sistema agroindustrial mais amplo, privilegiando as relações entre agropecuária, indústria de transformação e distribuição, em torno de um produto principal”.

<sup>25</sup> Usamos o adjetivo *industrial* com intuito de diferenciar do frango caipira.

(MIOR, 1992), impediu que estes sofressem intensa diferenciação social (CAMPOS, 1987).

Destaca-se que para ser integrado na avicultura era preciso ter terra a fim de facilitar a obtenção de crédito rural, já que esta atividade requeria elevado investimento (CAMPOS, 1987). Diferente da suinocultura, onde a terra era utilizada principalmente para cultivar milho, usado na alimentação dos animais.

A avicultura se adaptou e expandiu-se rapidamente, inserindo uma nova dinâmica produtiva no espaço rural do Oeste de Santa Catarina, à medida que proporcionava uma renda bimestral para as unidades familiares integradas. Campos retrata esta expansão ao afirmar que,

em 1970 havia 134 avicultores integrados a Sadia Concórdia, de Concórdia, produzindo 3,3 milhões de cabeças, responsáveis por quase 100% do abate inspecionado de Santa Catarina. [...] Já em 1974 quase todos os grandes frigoríficos iniciaram o fomento da avicultura. Chegamos em 1976 com 934 avicultores integrados a 9 frigoríficos e produzindo cerca de 60 milhões de aves (CAMPOS, 1987, p.279).

O pesado investimento em pesquisas na área de melhoramento genético e rações/concentrados permitiram acelerar o processo produtivo, diminuindo o tempo necessário para atingir o peso de abate. Estes investimentos aumentaram a produtividade e reduziram os custos com ração.

Por ser, relativamente, mais barata que a carne de gado, a carne de frango conquistou o mercado interno. Em pouco tempo, tornou-se um importante produto na alimentação do brasileiro (SORJ, POMPERMAYER, CORADINI, 1982).

O crescimento pujante da avicultura catarinense se deve ao desenvolvimento de pesquisas através do Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves<sup>26</sup>, que a tornaram uma atividade altamente competitiva no mercado mundial, como a suinocultura. Inclusive, algumas empresas como Sadia, Perdigão e Frigorífico Seara, em 1975, passaram a exportar para o Oriente Médio (SORJ, POMPERMAYER, CORADINI, 1982).

No final da década de 1970, a produção familiar do Oeste Catarinense já não conseguia acompanhar o ritmo de crescimento dos frígoríficos. Assim, estes expandiram sua área de atuação para outros estados como o Rio Grande do Sul

---

<sup>26</sup> Atualmente, este centro corresponde a Embrapa Suínos e Aves.

e Paraná, inclusive para áreas de fronteira agrícola no Mato Grosso (CAMPOS, 1987).

Mesmo com as suas especificidades, a avicultura não disputou territorialmente com a suinocultura, apenas justapôs as demais atividades desenvolvidas pelos agricultores, consolidando no espaço rural do Oeste de Santa Catarina, o trinômio: *milho-suínos-aves* (CAMPOS, 1987; PIZZOLATTI, 1996).

Assim, a modernização da agricultura permitiu o aumento da produtividade e a partir da integração ao complexo agroindustrial, causou transformações na organização e no sistema de produção da agricultura familiar do Oeste Catarinense.

### **2.3 Influências do novo modelo de integração no modo de vida colonial no Oeste Catarinense**

O sistema de parceria criado pelos frigoríficos passou por contínuo aperfeiçoamento durante a modernização da agricultura, o que resultou em sistema de integração mais articulado e rígido entre produtor e agroindústria, onde o primeiro vendia suas mercadorias e, comprava do segundo, os insumos para a produção.

A crescente integração do agricultor ao complexo agroindustrial, devido ao fechamento da fronteira agrícola, trouxe sérias implicações nas unidades familiares. Dessa forma, o agricultor se tornou tanto produtor como consumidor sistemático de mercadorias (CAMPOS, 1987), visto que passou a depender de fatores e produtos de “fora da porteira”.

A adoção do sistema de integração alterou o modo de vida colonial, pois os contratos de integração inseriam novas formas de relações de produção, de sociabilidade – modificando-o substancialmente. Segundo Abramovay, os produtores que se integram totalmente ao mercado,

transformam não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social: *de camponeses, tornam-se agricultores profissionais [...].* O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo

de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa (ABRAMOVAY, 2007, p.137)

Assim, o modo de vida colonial sofreu metamorfoses para se adaptar ao novo ambiente social e econômico, o que causou perdas de características constitutivas elementares, inclusive nas “bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social (ABRAMOVAY, 2007, p.142)”. Porém, naquele momento, apresentou-se como importante alternativa, estratégia de reprodução e de sobrevivência do agricultor familiar na economia capitalista (TEDESCO, 1994).

Entretanto, a integração do agricultor com a agroindústria deve ser considerada uma relação dialética, isto é, de duplo sentido: de perdas e de ganhos. Alguns autores defendem a idéia de que a integração causou perda da autonomia e a transformação do agricultor em um trabalhador assalariado, subordinado ao capital (GRAZIANO DA SILVA, 1982); outros defendem que, esta subordinação ou dependência<sup>27</sup> do agricultor ao capital agroindustrial, pode ser considerada como *relativa*, visto que continua sendo proprietário da terra e dos demais meios de produção, assegurando o domínio sobre o processo produtivo (TAVARES DOS SANTOS, 1984; PAULILO, 1990).

Para Sorj, Pompermayer, e Coradini (1982), a integração é mecanismo que a agroindústria assegura seu abastecimento monopsônico, bem como, é a forma como o produtor familiar garante sua sobrevivência, pois “se apresenta de imediato como a possibilidade de desenvolvimento da produção, através do desenvolvimento tecnológico e da melhoria das condições de realização da produção” (SORJ, POMPERMAYER e CORADINI, 1982, p.112).

Mesmo diante do contexto apresentado, ainda encontramos resquícios de elementos de continuidade do modo de vida colonial na agricultura familiar<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> Este debate se filia as posições políticas e ideológicas, especialmente, relacionadas com o desaparecimento do agricultor familiar. Ver mais sobre esse assunto em: Wanderley (1979); Sorj, Pompermayer, e Coradini (1982); Paulilo (1990); Pizzolati (1996) entre outros.

<sup>28</sup> Após a modernização da agropecuária brasileira, encontramos no espaço rural uma grande variedade de formas sociais de produção familiar. Diante dessa heterogeneidade, sentiu-se necessidade de um conceito mais genérico, mas, que representasse os distintos interesses. Assim, na década de 1990, surge nas ciências sociais, a categoria de *agricultura familiar*, substituindo os termos até então usados como, pequena propriedade, agricultura de subsistência, agricultura de baixa renda, entre outras (CAUME, 2009).

contemporânea, evidenciadas nas formas de sociabilidade, nas relações de parentesco e na dinâmica do grupo familiar (ABRAMOVAY, 2007; SCHNEIDER, 1996). Além disso, o agricultor familiar continua sendo regido pela racionalidade da manutenção da unidade familiar, onde “o consumo pode agora ser suprimido para ampliar ganhos e benefícios no futuro. [...] Pais trabalham para seus filhos” (PLOEG, 2006, p.28).

No Oeste Catarinense, o forte sistema de integração de suínos e aves permitiu que os agricultores familiares integrados tivessem acesso às políticas agrícolas do Estado, especialmente de crédito rural farto e com juros subsidiados. Pode-se perceber no gráfico 01, a evolução dos financiamentos na mesorregião Oeste Catarinense, de acordo com sua finalidade, entre os anos 1970 e 1980.

Até 1975, a maioria dos financiamentos realizados tinha como finalidade investir na modernização do estabelecimento agropecuário. Entretanto, na década de 1980, houve uma redução expressiva da quantidade de financiamentos para investimento, no entanto, houve um aumento significativo de financiamentos para custear a produção. Já os financiamentos destinados à comercialização da produção apresentaram tímido crescimento no período.

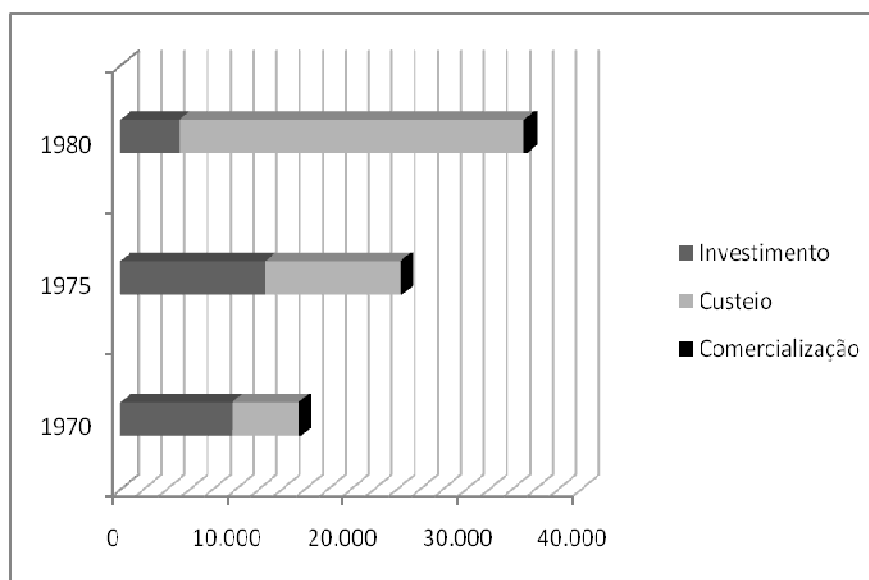


Gráfico 01. Evolução dos financiamentos na mesorregião Oeste Catarinense, de acordo com sua principal finalidade (1970 a 1980).

Fonte: Censo Agrícola de 1960 e Censo Agropecuário de 1970 a 2006.

Organizado por: Jóice Konrad, 2011.

Assim, a modernização da unidade produtiva está relacionada ao crescente uso de emprego de máquinas e equipamentos, como de tratores, semeadeiras, colheitadeiras entre outras, na produção agrícola, especialmente milho e soja.

Como pode ser observado na tabela 3, o uso de força mecânica no Oeste Catarinense apresentou um expressivo crescimento a partir de 1975. Entretanto, a tabela ainda nos revela que, apesar do aumento do uso da força mecânica na região, não houve abandono ou diminuição da força animal nas atividades. O uso de força animal continuou sendo utilizado em algumas atividades como no preparo das lavouras.

**Tabela 03. Evolução do emprego da força de trabalho (animal e mecânica) no Oeste Catarinense: 1960 a 1985.**

	Número total de estabelecimentos agropecuários	Estabelecimentos agropecuários que empregam força animal	Estabelecimentos agropecuários que empregam força mecânica
<b>1960</b>	50.420	33.144	408
<b>1970</b>	81.955	56.045	371
<b>1975</b>	83.756	75.981	7.073
<b>1980</b>	92.870	82.790	26.763

Fonte: Censo Agrícola de 1960 e Censo Agropecuário de 1970 a 1985.  
Organizado por: Joice Konrad, 2011.

O relevo acidentado e o tamanho reduzido dos estabelecimentos agropecuários inviabilizavam, por exemplo, a compra de trator ou de outros equipamentos (SANTA CATARINA, 1997). Mesmo com juros subsidiados, estes possuíam um elevado custo, o que restringia a aquisição de muitos agricultores. Por isso, “a junta de bois, o arado, e a carroça, continuam sendo algo bem típico dos agricultores da região” (PLEIN, 2006, p.44).

Para aumentar a produtividade da terra, o agricultor se utilizou cada vez mais dos pacotes tecnológicos<sup>29</sup> da modernização da agricultura, entre eles o uso de adubos químicos. O gráfico 02 ilustra o crescente aumento do uso de adubos químicos na mesorregião entre 1960 e 1980.

<sup>29</sup> Essa noção de pacote significa que o sucesso na produção depende da utilização integrada dessas novas tecnologias (PLEIN, 2006, p.43)



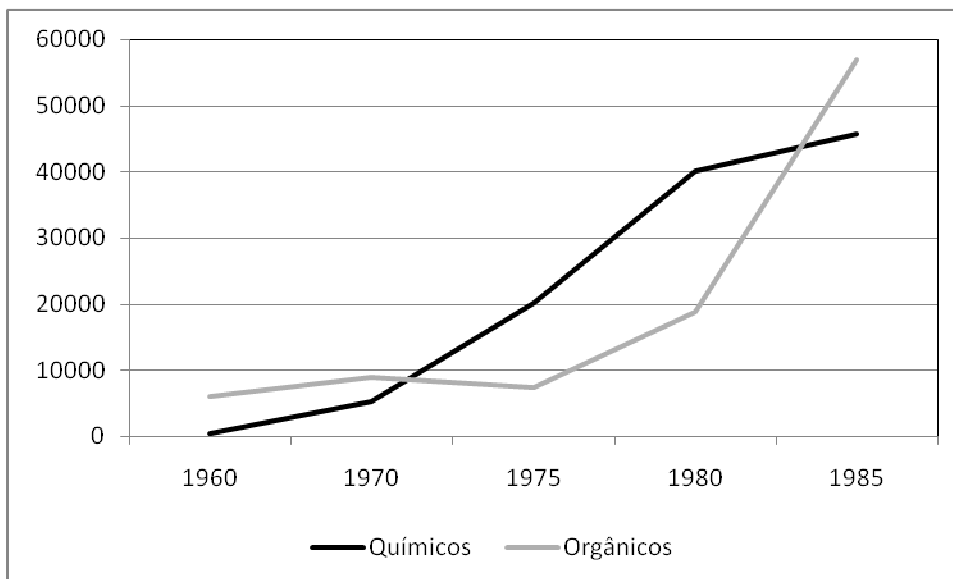


Gráfico 02. Evolução do uso de adubos químicos e orgânicos na mesorregião Oeste Catarinense: 1960 a 1985.

Fonte: Censo Agrícola de 1960 e Censo Agropecuário de 1970 a 1985.

Organizado por: Jóice Konrad, 2011.

Cabe destacar que o uso da adubação artificial não diminuiu a quantidade de adubos orgânicos utilizados. Esta afirmação pode se comprovada ao se constatar que em relação a 1980, no ano de 1985, houve um aumento de 300% na quantidade de adubo orgânico utilizado.

A intensificação do uso de insumos permitiu um aumento da produtividade das plantações. No gráfico 03 comparamos a área plantada e a quantidade produzida de milho, soja, feijão e trigo no Oeste Catarinense, nos anos de 1960 e 1985. Ressalta-se que estes cultivos são importantes para o abastecimento da unidade familiar, seja para o consumo da família, dos animais, ou ainda, para a comercialização.

Nesse período, o feijão apresentou um relativo aumento da área plantada, porém, a quantidade produzida entre 1960 e 1980 é relativamente pequena. Entretanto, nos anos 1985, a produção também aumentou, de 63.810 para 122.457 toneladas. Este aumento significativo se deve, sobretudo, ao aumento na área cultivada.

Até meados de 1980, tanto a área plantada como a quantidade produzida de soja sofreram aumento no Oeste e, ambas tiveram pequena queda em 1985.

Porém, destaca-se que a soja tem apresentado aumento constante na produtividade.

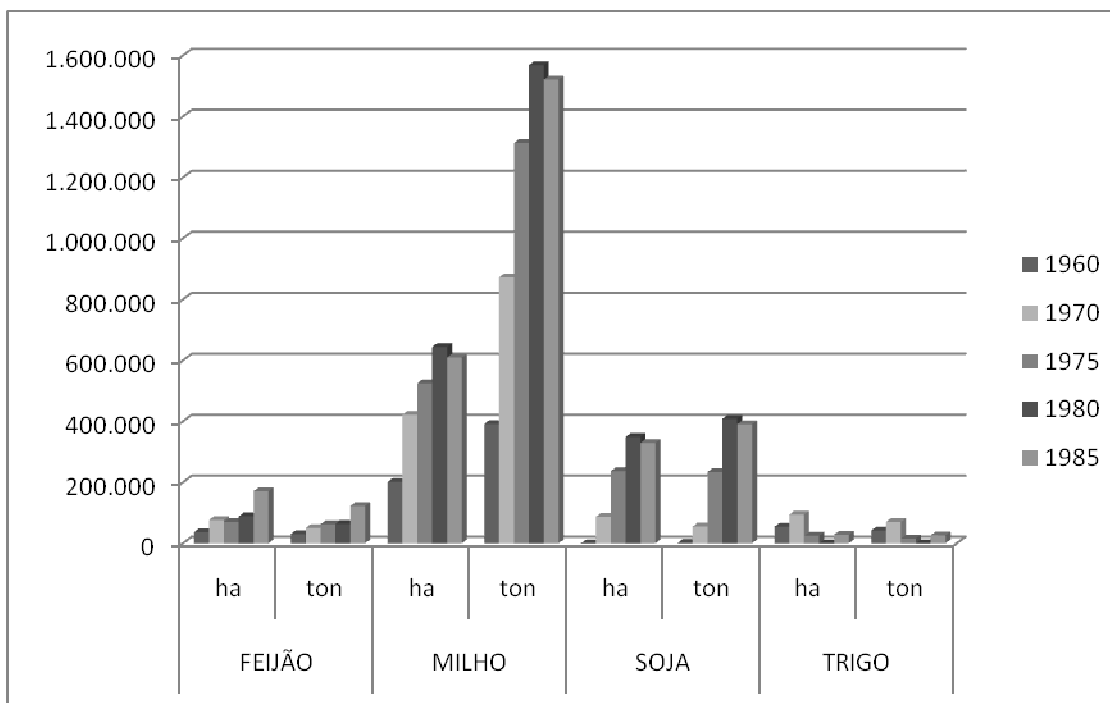


Gráfico 3 Evolução dos cultivos de milho, soja, feijão e trigo na mesorregião Oeste Catarinense: 1960 a 1985

Fonte: Censo Agrícola de 1960 e Censo Agropecuário de 1970 a 1985.

Organizado por: Joice Konrad, 2011.

Nota-se que a produção de trigo tem perdido espaço para outras culturas, mais competitivas e lucrativas. A partir 1975, este cereal apresentou declínio na área plantada, logo, na quantidade produzida. Este desencantamento se deve, principalmente, pelo elevado custo de produção, quando comparado a outras regiões e países.

Em compensação, o milho apresentou nesse período uma boa produtividade. Este cultivo tem papel primordial nas unidades produtivas oestinas, pois é componente básico na alimentação dos animais, confirmando o trinômio milho, suínos e aves. Por isso, o crescimento da área plantada de milho está associado ao aumento de sua demanda na alimentação animal. No Oeste, conforme a tabela 04 percebe-se que ocorreu aumento significativo dos rebanhos de suínos, aves, e bovinos.

**Tabela 04. Evolução dos principais rebanhos na mesorregião Oeste Catarinense (1970 a 1980).**

	<b>Bovinos</b>	<b>Suínos</b>	<b>Aves</b>
<b>1960</b>	311.917	1.266.638	2.774.258
<b>1970</b>	631.310	2.031.672	3.278.914
<b>1975</b>	760.175	2.485.284	17.043.740
<b>1980</b>	888.298	2.871.457	30.252.725

Fonte: Censo Agrícola de 1960 e Censo Agropecuário de 1970 a 1985.  
Organizado por: Jóice Konrad, 2011.

É importante destacar que entre os anos 1960 e 1970, a quantidade de suínos cresceu 60%, período que os frigoríficos regionais se consolidam no mercado nacional. A partir disso, a quantidade continuou crescendo, mas com menor expressividade, 22% em 1975 e 15% em 1980.

Ressalta-se que, na suinocultura ocorreram transformações, sobretudo, no sistema de produção. Até final dos anos 1970, predominou o sistema de produção de ciclo completo. Neste sistema, um único produtor era responsável por todo o processo de produção dos suínos, desde a criação do leitão até a terminação e, podia ainda incluir a criação de reprodutores (MIOR, 1992).

Diante de uma grande heterogeneidade de sistemas de produção, os departamentos de fomento de algumas agroindústrias passaram a selecionar as unidades que apresentavam maior potencial produtivo. Com isso, nem todos os produtores independentes<sup>30</sup> conseguiram manter o mesmo padrão de qualidade dos produtores integrados.

As empresas visando padronizar o sistema de produção passaram a viabilizar a modernização dos agricultores integrados. Assim, as instalações e os equipamentos tornaram-se cada vez mais automatizados, principalmente, os que controlam a temperatura do ambiente, os comedouros e bebedouros.

A produção de aves, entre 1960 e 1970, apresentou uma pequena variação. Ressalta-se que, atividade avícola recém estava sendo desenvolvida na região. Entretanto, a expansão desta atividade ocorre rapidamente a partir de 1975 com um crescimento de 500% em relação aos anos anteriores.

<sup>30</sup> É aquele que não tem nenhum vínculo com as agroindústrias. “Compra animais reprodutores e insumos no mercado sem fornecedor fixo [...] Em épocas de excesso de oferta de suínos para o abate, este tipo de produtor encontra certas dificuldades em colocar seus animais no mercado e é forçado a reter os suínos por mais tempo na propriedade até conseguir comprador” (EMBRAPA SUÍNOS E AVES, 2003, s.p.)

Outra a atividade que merece atenção é atividade leiteira. A partir do aumento no rebanho houve um crescimento na quantidade de vacas ordenhadas e na produção de leite. Dessa forma, em meados de 1970, a produção de leite no Oeste apresentou crescimento de 200% em relação a produção da década de 1960 (CENSO AGROPECUÁRIO, 1970). Este expressivo crescimento contribuiu para que Oeste Catarinense se tornasse a principal região produtora de leite do estado.

#### **2.4 O advento da reestruturação agroindustrial no Oeste Catarinense**

Além de permitir o desenvolvimento industrial, comercial e de serviços, tanto público como privado, conforme foi exposto anteriormente, o processo de modernização da agropecuária brasileira instaurou uma nova dinâmica no espaço rural à medida que intensificou as relações comerciais com agricultura e acentuou a dependência das unidades familiares aos recursos externos (ELIAS, 2003).

A partir da década de 1980, ocorreu o desmantelamento do aparato de intervenção do Estado, houve redução na oferta de crédito rural, com juros subsidiados (DELGADO, 2001). Entre as principais causas para esta mudança, podemos destacar a profunda crise fiscal que se instaura no país, impulsionada, sobretudo, pela crise do petróleo.

Esta crise econômica no país refletiu diretamente na suinocultura, pois a política de arrocho salarial adotada pelo governo reduziu o poder aquisitivo, especialmente da classe média, o que levou a uma redução no consumo de produtos industrializados (CAMPOS, 1987).

Diante disso, as agroindústrias foram forçadas a desenvolver estratégias e capacitações, tendo em vista à manutenção de seu desempenho competitivo (ESPÍNDOLA, 2002). Assim, o processo de reestruturação visava diminuir custos a partir da inserção de novos métodos organizacionais e gerenciais, para assim, ampliar a capacidade produtiva (MAZZALI, 2000; ESPÍNDOLA, 2002).

Para tanto, as agroindústrias catarinense adotaram duas estratégias para recuperar o preço do suíno: aumentar a produção própria e expandir o sistema de integração (CAMPOS, 1987). Na avicultura, houve a redução da participação das agroindústrias e um aumento da produção integrada. Segundo Mior (1992),

De 1983 a 1988, aumenta a participação no abate total do Oeste Catarinense da produção própria de suínos da agroindústria de 8,1 para 16,3% e também da produção integrada de 57,1 para 69,4%, enquanto diminuiu a participação da produção não integrada de 34,8 para 14,3%. Na avicultura, no mesmo período, diminui a produção própria de 2,7% para 0,6% e aumenta a produção integrada de 97 para 99,4% (MIOR, 1992, p.300).

Com a melhoria do preço do suíno houve um aumento considerável no número de integrados, enquanto que a produção não-integrada sofreu redução (MIOR, 2005; SILVESTRO, 1996). Diante da alta competitividade da produção familiar, as agroindústrias, aos poucos, deixaram de participar da produção (CAMPOS, 1987).

Através dos contratos de integração, as agroindústrias impuseram padrões técnicos e puderam selecionar os produtores familiares mais eficientes, ampliando seu domínio sobre a atividade (CAMPOS, 1987). Assim, nos anos 1980 a integração clássica de suinocultores de ciclo completo deu lugar a integrados especializados, isto é, as unidades produtoras de leitão (UPL) e as unidades de terminação de leitões (UTL) (CAMPOS, 1987; MIOR, 2005). Isto permitiu um aumento na produtividade do trabalho e, novos padrões de produção foram estabelecidos. Com isso, os contratos de integração tornaram-se mais rigorosos, à medida que exigiam maiores investimentos na atividade.

Com o término das políticas de incentivo, especialmente do crédito rural subsidiado, muitos produtores familiares foram impossibilitados de se adequar às novas exigências ou se de manter na cadeia produtiva. Dessa forma, as unidades familiares menos produtivas foram sendo, pouco a pouco, excluídas do sistema de integração.

Diante disso, o processo de “incorporação de produtores, típica do período anterior aos anos 80, dá lugar a um intenso processo de seleção/concentração/exclusão de suinoculturas familiares” (MIOR, 2005, p.87). Para se ter uma idéia do impacto desse processo, em 1970 a suinocultura era a principal atividade econômica para cerca de 60 mil produtores, no ano de 1990, restaram 40 mil produtores (MIOR, 1992).

Esta nova organização foi “componente básico da crise da agricultura familiar da região, em que um grande número de agricultores deixou de ter esta

opção de renda” (TESTA *et al.*,1996, p.47). Dessa forma, os agricultores excluídos tiveram que buscar novas formas/estratégias de inserção socioeconômica para se manterem no campo, seja por meio de outras atividades agrícolas ou não-agrícolas (MIOR,1992 e 2005; TESTA *et al.*,1996, MELLO, 1998).

Uma das atividades que emerge como alternativa neste contexto é a comercialização de leite *in natura*, que se tornou importante fonte de renda e de trabalho (MELLO, 1998). No próximo capítulo será abordado o processo de (re) organização da atividade leiteira no estado, onde buscamos explicar os fatores que contribuíram para a emergência do Oeste Catarinense como a principal bacia leiteira de Santa Catarina.

### **3 (RE) ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA ATIVIDADE LEITEIRA EM SANTA CATARINA E AS TRANSFORMAÇÕES PARA DENTRO DA PORTEIRA**

A produção de leite e derivados em Santa Catarina, até o início do século XIX, era insuficiente para atender as necessidades da população estadual, pois a atividade leiteira possuía um papel secundário nas unidades produtivas existentes na área litorânea, onde era praticada a agricultura de subsistência e a pesca. Deste modo, a demanda de produtos lácteos era suprimida por outros estados (COLI, 1992).

A partir de meados do século XIX, com advento da colonização européia não-portuguesa no Vale do Itajaí, a produção de leite ganhou impulso, visto que os imigrantes alemães possuíam tradição no ramo de lácteos. Com isso, o Vale do Itajaí se tornou a principal bacia leiteira do estado.

Cabe lembrar que, nesse período, a população catarinense concentrava-se principalmente na área litorânea e o Oeste Catarinense<sup>31</sup>, como foi mencionado no capítulo 1, era povoado essencialmente por grupos indígenas, os quais utilizavam o sistema de rotação de culturas e do solo.

---

<sup>31</sup> Cabe destacar que até 1985, esta mesorregião era composta por quatro microrregiões homogêneas: a Colonial do Rio do Peixe, a Colonial do Oeste Catarinense, a Campos de Lages e a Campos de Curitibanos. Neste trabalho, desconsideramos os dados destas últimas microrregiões, pois a partir do Censo Agropecuário de 1995/6, estas constituíram uma nova mesorregião no estado de Santa Catarina – Serrana. Além disso, as microrregiões homogêneas do Oeste Catarinense deram lugar para as microrregiões de Chapecó, Concórdia, Joaçaba, São Miguel d'Oeste e Xanxerê.

A medida que o Oeste foi sendo colonizado, esta região se consagrou pelo desenvolvimento de atividade agropecuárias, inicialmente, com destaque para o binômio milho-suíno. Somente na década de 1960 que a atividade leiteira do Oeste Catarinense passou a se destacar no cenário estadual, quando sua produção ultrapassou a do Vale do Itajaí, tornando-se a principal região produtora de leite.

O surgimento de novos grupos empresariais no Oeste Catarinense e o fechamento de grupos tradicionais do Vale do Itajaí (SOUZA, 2009), causou a (re)organização da atividade leiteira catarinense a partir da década de 1970 e 1980, quando o Oeste consolidou-se como a principal bacia leiteira do estado.

Durante o período da modernização da agropecuária brasileira, o Estado buscava gerar divisas por meio de exportações agrícolas, por isso, algumas cadeias<sup>32</sup> produtivas, com valor mais expressivo no mercado externo, receberam maior atenção, como por exemplo, o complexo agroindustrial de carnes (suínos e aves). Nesse período, o leite era tido como subproduto da pecuária de corte e se destinava exclusivamente ao mercado interno. Por isso, o setor de lácteo não foi considerado prioritário pelas políticas do Estado.

Como a produção de leite era insuficiente para atender a demanda do mercado interno, o Estado, desde 1945, controlava o preço do leite, com o objetivo de controlar a inflação. Entretanto, esta política de tabelamento “não incentivava melhorias e ganhos de produtividade” (CLEMENTE, 2006, p.103).

Deste modo, pode-se afirmar que a modernização da atividade leiteira foi mais lenta e periférica, quando comparada com outras atividades. Mas, a partir da década de 1990, a liberação do preço do leite e a constituição do MERCOSUL criaram um ambiente altamente competitivo, o que promoveu a reestruturação do setor no país.

Neste capítulo, buscamos analisar o processo de (re)organização da atividade leiteira em Santa Catarina, dando ênfase para a emergência do Oeste Catarinense, como principal bacia leiteira do estado. Para tanto, foram utilizados, principalmente, os trabalhos de Coli (1992), Mello (1998) e Souza (2009).

---

<sup>32</sup> Noção que se aplica a um conjunto de etapas consecutivas pelas quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos (DANTAS, KERTSNETZKY e PROCHNIK, 2002, p. 36-37)



### 3.1 A emergência da bacia leiteira no Oeste

No decorrer do trabalho, viu-se que durante o desenvolvimento das atividades agropecuárias no Oeste Catarinense, surgiram várias atividades industriais, as quais se voltaram à industrialização/comercialização dos produtos gerados, como por exemplo, a erva-mate, alfafa, milho e suínos.

Enquanto que, a atividade leiteira, inicialmente, tinha como função atender as necessidades da família, sendo o excedente transformado em produtos derivados (como queijo e manteiga) e comercializado nas casas comerciais (RECENSEAMENTO, 1920).

A comercialização de leite *in natura* era somente possível para mercados próximos dos núcleos de produção, devido à inexistência de tecnologia para a conservação deste produto, altamente perecível. Dessa forma, o surgimento e o desenvolvimento de uma bacia leiteira estava diretamente associado à localização de núcleos urbanos.

Assim, as bacias leiteiras estavam distribuídas geograficamente em todo o território catarinense (CENSO AGROPECUÁRIO, 1950). Neste trabalho, destacou-se apenas, as duas mais importantes no cenário estadual: o Vale do Itajaí e Oeste Catarinense.

Até final dos anos 1950, a região do Vale do Itajaí era a principal bacia leiteira de Santa Catarina, visto que possuía a maior produção de leite do estado (gráfico 01). Isto porque, desde o século XIX, o Vale do Itajaí possuía uma estrutura industrial e comercial consolidada (SOUZA, 2009).

Além disso, era nesta região que se concentrava o maior número de laticínios do estado, 15 dos 30 estabelecimentos localizados em Santa Catarina, enquanto que o Oeste possuía apenas dois laticínios (WEGNER, 1968; ACARESC, 1971; COLI, 1992).

Entretanto, a partir da década de 1960, com a expansão da fronteira agrícola no Oeste Catarinense e o surgimento dos primeiros laticínios, esta região apresentou aumento de 182% na produção, ultrapassando a quantidade produzida pelo Vale do Itajaí (COLI, 1992), conforme ilustrado no gráfico 04.

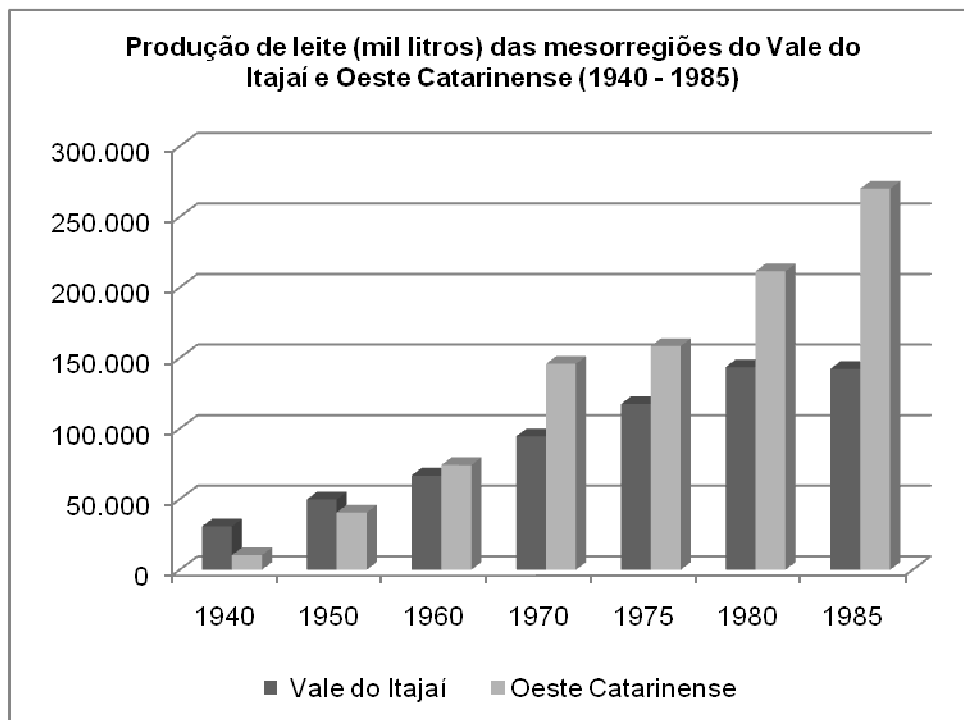


Gráfico 04: Produção de leite nas regiões do Vale do Itajaí e Oeste Catarinense: 1970 – 1985

Fonte: Censo Agropecuário 1940 – 1985.

Organizado por: Joice Konrad, 2010

Observa-se ainda neste gráfico que nos anos 1970, ambas as bacias leiteiras apresentaram expressivo crescimento na produção de leite. Entretanto, o Oeste apresentou aumento de aproximadamente 200% contra 141% do Vale do Itajaí, emergindo como principal região produtora de leite de Santa Catarina.

O acentuado crescimento da produção de leite destas duas bacias leiteiras está relacionado, sobretudo, ao aumento da quantidade de vacas ordenhadas nas duas regiões, conforme foi ilustrado no gráfico 05.

Ao analisar gráfico 05 pode-se observar que a quantidade de vacas ordenhadas no Vale do Itajaí e no Oeste Catarinense apresentou maior variação entre 1960 e 1970. Enquanto que no Oeste a quantidade cresceu significativamente até 1985, o Vale do Itajaí apresentou a partir de 1970 pouca variação, inclusive com queda de 4% em 1985.

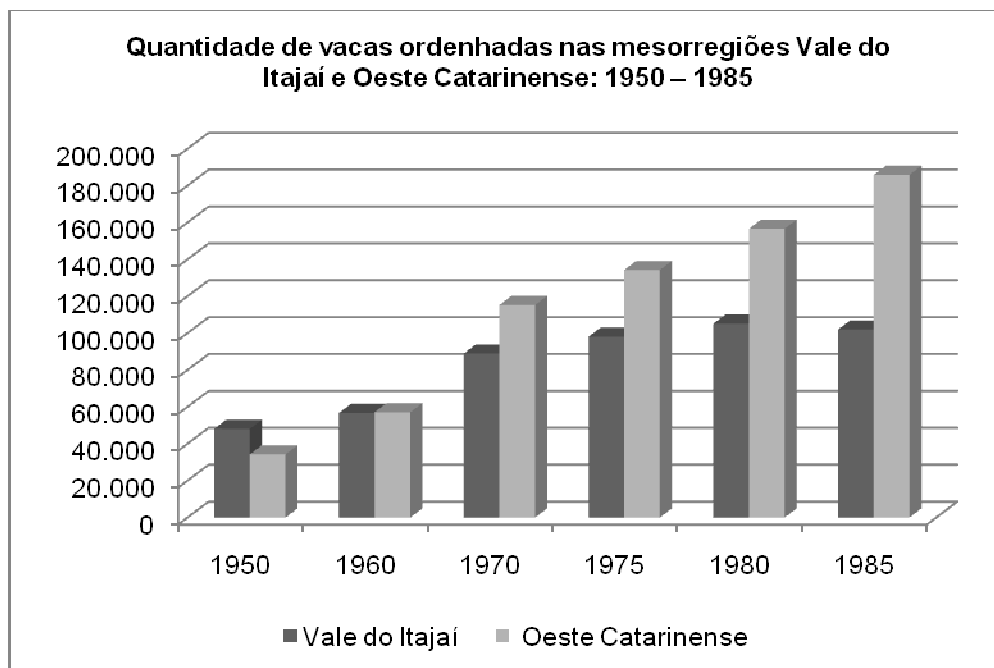


Gráfico 05: Quantidade de vacas ordenhadas nas mesorregiões Vale do Itajaí e Oeste Catarinense: 1950 – 1985

Fonte: Censo Agropecuário 1950 – 2006

Organizado por: Joice Konrad, 2010

Mesmo com o crescimento da produção no Oeste, apenas 13,8% era comercializada (CENSO AGROPECUÁRIO, 1970 e 1975). O baixo percentual comercializado se deve, principalmente, ao fato de que atividade leiteira era ainda espacialmente dispersa.

Assim, as indústrias precisavam percorrer um longo trajeto pra recolher um pequeno volume de leite em cada propriedade. A precariedade das estradas e a inexistência de caminhões-tanque dificultavam a captação e o transporte do leite, o que limitava a circulação deste ao consumo local e regional (COLI, 1992).

Com o crescimento populacional e a expansão urbana, a demanda por alimentos aumentou. Embora, a produção nacional de leite apresentava um crescimento anual satisfatório ainda não era suficiente para atender o mercado nacional. Dessa forma, o Estado realizava importações de produtos lácteos para regular o abastecimento doméstico, evitando assim a inflação na cesta básica (JANK e GALAN, 1999).

Para garantir produtos de qualidade à população, em 1976, o Estado aperfeiçoou o sistema de inspeção existente para as empresas que trabalhavam

com produtos de origem animal como carnes, leite, mel, ovos e peixe, entre outros.

A partir disso, ocorreram importantes mudanças na organização espacial da atividade leiteira em Santa Catarina. O elevado custo para modernizar as plantas mais antigas às novas exigências levou laticínios tradicionais do Vale do Itajaí e do litoral a encerrar suas atividades, ou então, a clandestinidade (COLI, 1992). Além disso, a crescente urbanização e industrialização da produção do Vale do Itajaí contribuíram para o arrefecimento da produção de leite (SOUZA, 2009).

Com a melhoria da infraestrutura, o surgimento de novos laticínios e postos de resfriamento de leite, a produção no Oeste teve expressivo aumento (SOUZA, 2009). Entre outras coisas, o crescimento deveu-se a utilização de terrenos que até então não eram utilizados pelos agricultores; absorção da mão de obra em épocas ociosas da lavoura e baixo investimento inicial na implantação da atividade, pois os agricultores já possuíam algumas cabeças de gado (ROVER e LAZARIN, 2008).

Esta conjuntura corroborou para a emergência do Oeste Catarinense como principal bacia leiteira de Santa Catarina em finais de 1970 e promoveu a reorganização espacial da atividade leiteira no estado (COLI, 1992; PAULILO e SCHMIDT, 2003; SOUZA, 2009). Nesse período, as principais indústrias de laticínios já estavam localizadas no Oeste. Assim, em 1986, havia 38 empresas com SIF no estado, 19 atuavam no Oeste e, eram responsáveis por 42,7% da captação e industrialização de leite (COLI, 1992).

Esta década ainda foi marcada pela entrada de cooperativas no setor lácteo. A grande capilaridade das cooperativas no território catarinense permitiu expansão das linhas<sup>33</sup> de captação de leite, atingindo quase todas as localidades da região.

A incorporação de novos produtores no período ocorria sem restrições, visto que não havia um contrato formal entre laticínio e agricultor. Assim, o aumento na produção de leite no Oeste, até os anos 1990, estava atrelado à expansão horizontal, e não necessariamente ao aumento da produtividade.

---

<sup>33</sup> O termo *linha* é herança do período da colonização. Refere-se a via principal de acesso as colônias. A *linha de leite* seria o caminho que o leiteiro percorre para captar leite nas unidades produtivas.

A comercialização da produção de leite não exigiu maiores investimentos, porque os meios de produção (estábulo, animais etc) já estavam presentes nas unidades produtivas. Além disso, a maior parte dos insumos utilizados na atividade era produzida dentro da própria unidade produtiva.

Assim, a atividade leiteira era realizada em estruturas antigas e pouco modernas; além disso, os animais, geralmente, eram mestiços e apresentavam baixa produtividade de leite (GRANDO, 2000). Segundo Mello, Testa e Silvestro,

ao permitir diferentes trajetórias, viabilizam, a adoção de sistema pouco intensivo, com o uso de mão-de-obra e de terras marginais, que a tornam ao mesmo tempo competitiva em preços e uma opção atrativa para os pequenos produtores familiares (MELLO, TESTA e SILVESTRO, 2009, p. 03).

Além do mais, os agricultores continuavam desenvolvendo um sistema diversificado, produzindo para autoconsumo, isto é, plantando para o gado (GRISA e SCHNEIDER, 2008). Este sistema proporcionava “um diferencial de competitividade” nas unidades familiares (MELLO; TESTA; E SILVESTRO, 2009, p.03), e auxiliava efetivamente “na melhoria das condições de vida, na segurança alimentar e no combate a pobreza rural” (GRISA e SCHNEIDER, 2008, p.483).

Apesar do preço pago aos agricultores ser baixo, estes encontraram na atividade “semi-extrativista” amparo econômico e a possibilidade de permanecer no campo, já que permitia a entrada de uma renda mensal no estabelecimento agropecuário (MELLO, 1998).

Assim, “a produção de leite se transformou e se consolidou como atividade estratégica para agricultura familiar e para o desenvolvimento local/regional” (MELLO, TESTA E SILVESTRO, 2009, p.02), principalmente, para as famílias marginalizadas do sistema de integração da suinocultura.

### **3.2 A reestruturação e a expansão da atividade leiteira no Oeste Catarinense a partir da década de 1990**

A partir de 1990, o setor lácteo do país sofreu profundas transformações estruturais, as quais são decorrentes, sobretudo, da desregulamentação do

mercado, da abertura econômica - através da constituição do MERCOSUL<sup>34</sup> e, da estabilização da economia provocada pelo Plano Real (JANK e GALAN, 1999).

Após mais de quatro décadas de controle estatal, a liberação do preço dos produtos lácteos, no início do Governo Collor, constitui um novo ambiente institucional, onde a negociação do preço passou a ser realizada pelos diferentes segmentos do setor (FIGUEIRA e BELIK, 1999). O fim da política de tabelamento<sup>35</sup> do preço do leite revelou a defasagem e a fragilidade do setor nacional, já que ele não foi capaz de atrair muitos investimentos (CLEMENTE, 2005).

Outro fato que estimulou a cadeia produtiva foi à implantação do Plano Real em 1994. Este foi responsável pela estabilização da economia e pela recuperação do poder aquisitivo das classes mais desfavorecidas, o que possibilitou um aumento no consumo de leite e derivados (JANK e GALAN, 1999).

De acordo com Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009, cada brasileiro consome o equivalente a 75,6 litros de leite por ano em sua residência. Este consumo médio de lácteos apresenta-se, aquém dos níveis recomendados pelo Ministério da Saúde, de 200 litros por ano (CENTRO DE INTELIGENCIA DO LEITE, 2011).

O gráfico 06 apresenta os dados referente a produção nacional de leite e o volume importado no período de 1990 a 1999. Observa-se que a produção nacional de leite crescia lentamente, não conseguindo responder imediatamente as demandas do mercado.

Para atender o crescente mercado interno, o Estado recorria à importação. Entretanto, a partir da abertura comercial, as importações de derivados lácteos ficaram, exclusivamente, a critério dos laticínios (FIGUEIRA e BELIK, 1999).

---

<sup>34</sup> O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foi instituído pelos países Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai em 1991, através do Tratado de Assunção (FIGUEIRA e BELIK, 1999).

<sup>35</sup> O leite tipo C tinha seu preço tabelado, nos estados da região Sul, Sudeste e parte do Nordeste (Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco) e Centro-Oeste (Goiás e Tocantins); e a região Norte e os demais estados tinham a venda liberada; o leite em pó tinha seu preço controlado pela relação consumo X custo de produção; e o leite tipo A e B, os preços eram liberados (MEIRELES, 1996).

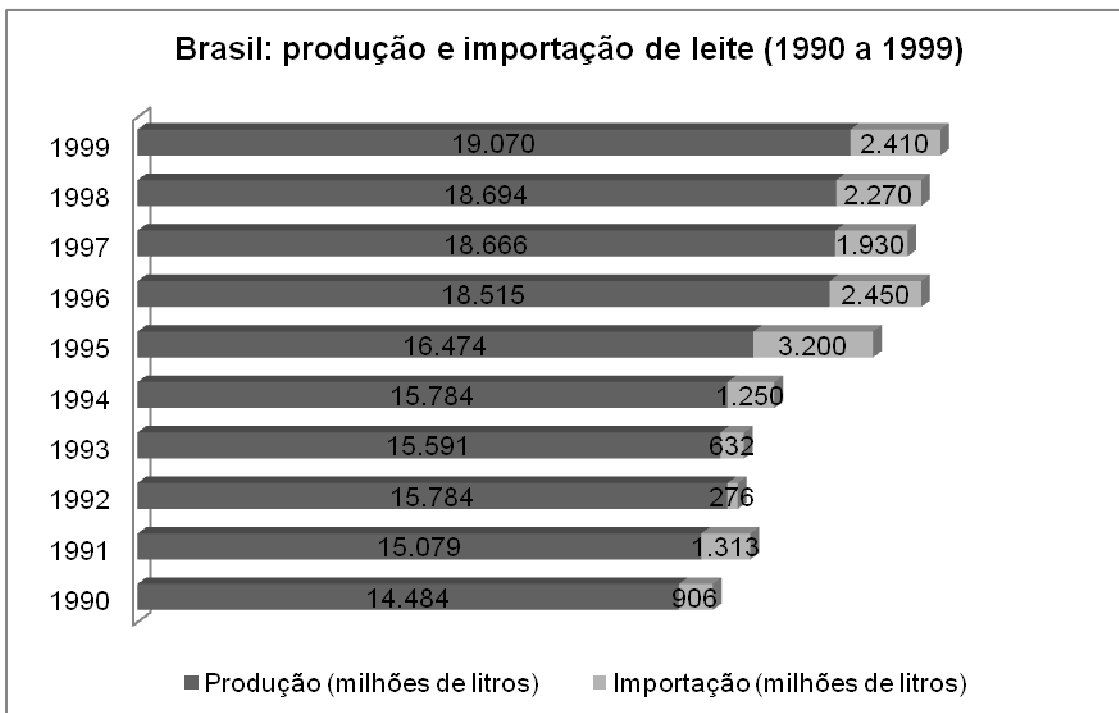


Gráfico 06: Brasil: Produção, importação, exportação e consumo de leite

\*Estimativa

Fonte: IBGE, MAA, MF, SECED/MDIC

Elaboração: CNA, OCB/CBCL, Leite Brasil e Embrapa Gado de Leite

Dessa forma, nos anos 1994, as importações de produtos lácteos se intensificaram substancialmente, como pode ser constatado no gráfico 6. Este aumento significativo se deve a consolidação do MERCOSUL, que implicou na redução das barreiras tarifárias das importações de derivados lácteos dos países membros do bloco, contribuindo para a entrada de produtos importados, que possuíam preços subsidiados ou resultantes de *dumping*<sup>36</sup>, especialmente argentinos e uruguaios (CLEMENTE, 2005). Clemente baseado em Jank e Galan (1998) dá mais detalhes desse processo, onde

muitos agentes oportunistas denominados de “sem fábrica”, passaram a se aproveitar das assimetrias e distorções das políticas públicas no mercado de lácteos para obterem lucros a partir de práticas comerciais espúrias. Tais agentes passaram a “jogar” com as taxas de juros diferenciadas internamente e no exterior, para importar leite em pó a baixo custo e comercializá-lo no mercado interno a preços que desestabilizaram toda a cadeia (CLEMENTE, 2005, p.88).

<sup>36</sup> De acordo com Sandroni (1994, p.106) dumping, é “a venda de produtos a preços mais baixos que os custos, com a finalidade de eliminar os concorrentes e conquistar fatias maiores de mercado”.

Os preços altamente competitivos desestabilizaram a cadeia produtiva nacional, sendo os produtores os maiores prejudicados, pois, geralmente, o preço pago era insuficiente para remunerar o custo médio de produção (CLEMENTE, 2005).

Outro fator que tem implicações, sobretudo, na remuneração dos produtores rurais e no funcionamento das empresas processadoras deste produto e de seus derivados, é a sazonalidade da produção no país. Para amenizar este problema, o preço do leite passou a ser amparado pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

Em 1996, o volume importado apresentou leve queda. Mesmo assim, continuou elevado se compararmos aos valores no início da década 1990. No ano seguinte, com intuito de proteger o mercado interno o Brasil elevou-se a tarifa para a importação de leite em pó, de 27% para 33%, contribuindo para outra queda. No entanto, esta medida não teve muito efeito duradouro, pois nos anos seguintes, as importações continuaram crescendo.

Nesse período, intensificou-se o processo de fusões e aquisições de indústrias, levando a concentração econômica no setor e a desnacionalização da atividade, o qual foi conduzido por grandes empresas multinacionais (MARTINELLI, 2000).

Este ambiente competitivo fez com que algumas empresas e cooperativas recorressem a financiamentos bancários a fim modernizar seu parque industrial e, conseguir concorrer no mercado (MELLO, 1998). A principal mudança ocorrida no processo industrial foi a introdução das embalagens UHT<sup>37</sup>, que aumentou o prazo de validade do leite envasado e possibilitou a comercialização para a mercados distantes (SOUZA, 2009).

Diante disso, percebe-se que foram as mudanças macroeconômicas que redefiniram a dinâmica da atividade leiteira no país, à medida que se intensificou a concorrência (FIGUEIRA e BELIK, 1999) e surgiram profundas transformações deste setor.

---

<sup>37</sup> O tratamento UHT (Ultra High Temperature) é um processo térmico para preservar o leite líquido, onde os microorganismos são eliminados pelo aquecimento a 137 - 140 graus C por um período curto de tempo (2-10 s). Se o leite for envasado sob condições assépticas ele pode ser armazenado em temperatura ambiente por meses.



Assim, a reestruturação do sistema agroindustrial do leite foi uma resposta interna às pressões externas, diferentemente do processo ocorrido na suinocultura, onde o mercado interno promoveu as transformações para se tornar competitiva no mercado externo.

Tendo em vista a inserção no mercado internacional, o Estado passou a interferir, em meados de 1995, na organização e normatização da cadeia produtiva no país. Para tanto, foram criadas programas para aumentar a produtividade e melhorar a qualidade do leite produzido.

Em Santa Catarina, o governo estadual criou o “*Programa de Incremento da Pecuária Leiteira 1991/95*”, com intuito de melhorar a produtividade da bovinocultura leiteira. Assim, disponibilizou aos agricultores recursos para realizar investimentos na atividade leiteira, como a compra de vacas ou novilhas especializadas na produção de leite (MELLO, 1998).

Entretanto, o programa restringiu-se apenas aos agricultores melhores estruturados. Outro problema identificado, foi que as matrizes por serem de outras regiões ou de outros países, tiveram dificuldades para se adaptar às condições ambientais e climáticas da região (MELLO, 1998).

A introdução de novas raças especializadas na produção de leite permitiu um aumento de 180% no volume produzido, quando comparados os dados de 1985 e 1995. No ano de 1995, a quantidade de vacas ordenhadas também foi cerca de 170% maior, conforme ilustrado no gráfico 7.

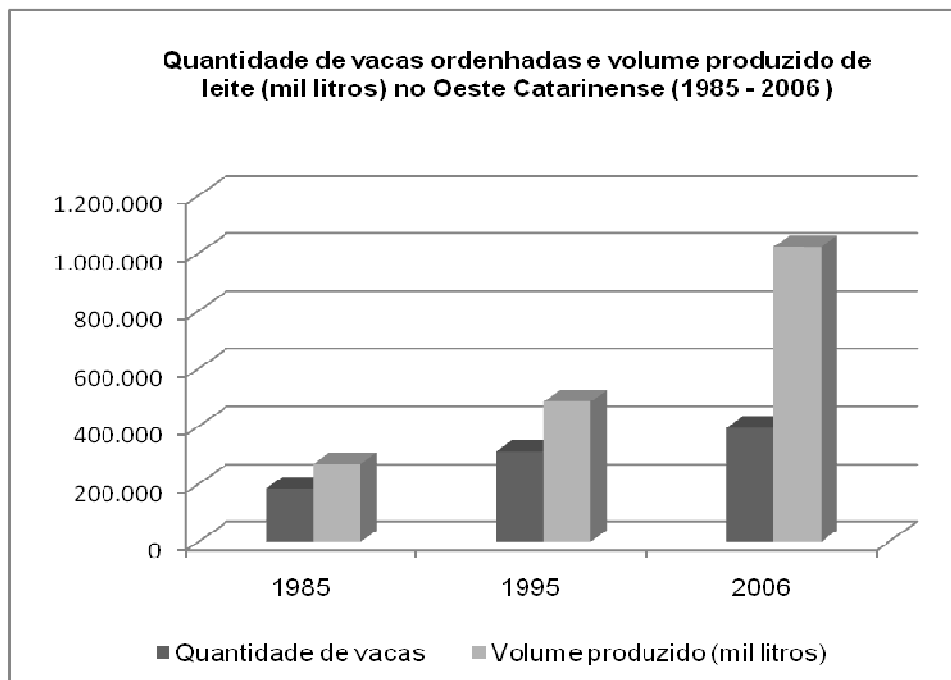


Gráfico 07: Quantidade de vacas ordenhadas e volume produzido de leite (mil litros) no Oeste Catarinense (1985 - 2006)

Fonte: Censo Agropecuário 1985 – 2006.

Organizado por: Joice Konrad, 2010

Em 1996, o governo federal implantou o Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL), que estabeleceu um conjunto de medidas que objetivavam a melhoria gradativa da qualidade do leite produzido, de forma a ter somente um único tipo de leite, com padrão internacional de qualidade (PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA DA QUALIDADE DE LEITE, 2009).

No ano de 2000, o Brasil se inseriu no mercado internacional de lácteos. No gráfico 08, ilustramos os dados referentes às exportações brasileiras de leite (milhões de litros), que ocorreram no período de 2000 a 2005.

Pode-se observar que as exportações cresceram expressivamente e que, em 2004, este crescimento atingiu cerca de 200%, registrando o primeiro superávit na balança comercial de lácteos na história do país. Sem dúvida, o aumento da produção nacional é resultante dos investimentos realizados em pesquisa, manejo animal e melhoramento genético que contribuíram para substituir as importações e, ao mesmo tempo, exportar leite.



Gráfico 08. Exportação de leite no Brasil (2000-2005)

\*Estimativa

Fonte: IBGE, MAA, MF, SECED/MDIC

Elaboração: CNA, OCB/CBCL, Leite Brasil e Embrapa Gado de Leite

A regulamentação do Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite se deu através da Instrução Normativa N<sup>o</sup>51 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), de 18 de setembro de 2002, que instituiu regras para a produção, identidade e qualidade para os diferentes tipos de leite, além de exigir alterações na refrigeração na propriedade rural e no transporte do leite até a indústria (MAPA, 2009).

Para tanto, em 2005, o MAPA criou a Rede Brasileira de Laboratórios Centralizados de Qualidade do Leite (RBQL), com a finalidade de dar suporte analítico, no que diz respeito a contagem de células somáticas, bacteriana, detecção de resíduos, para o leite cru refrigerado das empresas que trabalham de acordo com o SIF (MAPA, 2009).

Estes conjuntos de laboratórios encontram-se distribuídos em áreas geográficas de abrangência estratégica. Assim, a rede conta com laboratórios de controle da qualidade do leite em Passo Fundo (RS), Curitiba (PR), Piracicaba (SP), Juiz de Fora e Belo Horizonte (MG), Goiânia (GO), Recife (PE), e inclusive, um está localizado em Concórdia, no Oeste de Santa Catarina (MAPA, 2009).

Para controlar a qualidade da matéria prima, de acordo com esta norma, passaram a ser recolhidas amostras mensais de todas as propriedades, as quais

eram analisadas em laboratórios credenciados e licenciados pelo MAPA (WINCK *et al*, 2010).

Por meio destes, algumas empresas adotaram o sistema de pagamento por qualidade, que estabelece parâmetros e valores para a bonificação da produção pela qualidade, e que substituiu, em parte, o sistema que bonificava a produção conforme o volume, ou seja, beneficiava aquele produtor que entregasse maior quantia de leite (SBRISSIA e BARROS, 2010)

O sistema de pagamento por qualidade implicou em mudanças no sistema de produção dos produtores, já que o conceito desta normativa estava associado à visão industrial. Segundo Mello,

a qualidade industrial de leite cru terá que ser melhorada, por meio do controle da saúde animal e da higiene no trato do produto, e terá de ser feita a refrigeração imediata do leite, através de resfriadores de expansão, no próprio estabelecimento agrícola. Dentre outras medidas estão o transporte em caminhão tanque isotérmico, melhoramento zootécnico, sanidade dos rebanhos (MELLO, 1998, p.80)

Estas exigências de adequação do sistema produtivo poderiam limitar o desenvolvimento da atividade, resultando em processo inevitável de seleção e exclusão dos produtores não especializados, pois o novo sistema era seletista, em face aos custos de investimentos e de manutenção deste.

No entanto, ao aumentar a escala da produção há também um aumento dos custos de produção e de manutenção, uma vez que o sistema torna-se altamente dependente de insumos externos a unidade produtiva (PLOEG, 2006).

Dessa forma, a especialização nem sempre será capaz de resolver todos os problemas dos produtores:

A maior especialização não representa garantia de maior produtividade ou maior renda. Portanto, a não especialização da atividade leiteira não implica a exclusão dos produtores. Um sistema que produza em menor escala de produção, com poucos investimentos, sejam eles em tecnologia, instalações, genética de matrizes, rações..., poderá oferecer um patamar de renda satisfatório para a família rural. Produções com menor incorporação de tecnologia podem ser mais produtivas e terem resultados mais favoráveis em comparação à produção mais tecnificada. Tal situação ocorre quando, ao analisar a produtividade obtida com a tecnologia mais avançada, percebe-se que não houve uma resposta de aumento capaz de compensar os custos mais elevados das práticas novas adotadas (PEDROSO, 2001,p.82).

Nesse sentido, Mello acredita que “a seleção e o desaparecimento [...] dos produtores de leite brasileiro pode ser impedido, [...] desde que haja políticas e arranjos institucionais de apoio” (1998, p.82). A partir destas políticas, a produção familiar poderia se adequar as exigências, melhorando as instalações, as condições higiênicas da ordenha, da coleta e da sanidade animal.

Para tanto, os produtores familiares dependiam da “obtenção de recursos via crédito rural ou transferência de outras atividades” (MELLO; TESTA; E SILVESTRO, 2010, p.14). Estes agricultores encontraram apoio financeiro no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar<sup>38</sup>, (PRONAF) criado durante a década 1990, o qual proporciona crédito com juros acessível para custear ou investir na atividade leiteira.

Outro programa implantado foi *Incentivo à Mecanização, Resfriamento e Transporte Granelizado da Produção de Leite* – PROLEITE, criado em 1999, pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). Este tinha como objetivo financiar a aquisição de máquinas e equipamentos necessários à modernização da pecuária leiteira (MAPA, 2009).

Com auxílio destas políticas de financiamento, os produtores familiares têm buscado novos sistemas de produção e de inserção no mercado, possibilitando aumentar seu poder de negociação perante as indústrias, aumentando sua renda.

Diante disso, algumas instituições do Estado tiveram que se adequar às novas demandas. Em nível federal, pode-se destacar a Embrapa Gado de Leite, com sede em Minas Gerais, que inicialmente, baseava-se na oferta de tecnologias, onde prevalecia a visão do pesquisador sobre a do setor produtivo.

Atualmente, ela está voltada para a pesquisa, desenvolvimento e inovação (P, D & I), com objetivo de transferir diretamente para o setor produtivo, dessa forma, ampliando a competitividade do país. Para atender outras regiões produtoras de leite foram criados os Núcleos Regionais Sul, Sudeste e Centro-Oeste (EMBRAPA, 2009).

---

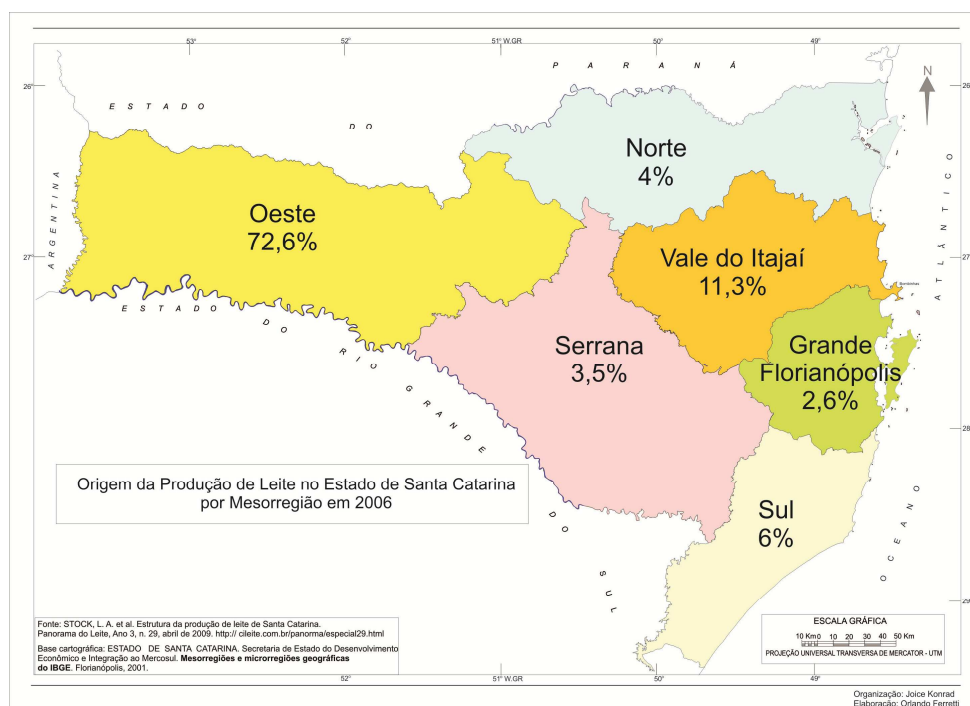
<sup>38</sup> Até então, o segmento familiar pouco se beneficiava das políticas públicas voltadas para o setor agrícola. O programa possui várias linhas de crédito, voltadas para os diferentes grupos e demandas da agricultura familiar. Apesar da importância deste programa para a reprodução da agricultura familiar, este possui alguns problemas que impedem seu melhor funcionamento. A fim de melhorar e ampliar sua área de atuação, este tem sofrido ajustes constante. Ver mais em Sacco do Anjos (2003).

Na esfera estadual, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EPAGRI), tem identificado as principais dificuldades da atividade leiteira catarinense. Para tanto, tem oferecido cursos de capacitação e treinamento para produtores, além de fornecer assistência técnica aos produtores rurais juntamente com as secretarias municipais de Agricultura.

As empresas e cooperativas que atuam na região Oeste Catarinense, também desenvolvem palestras, seminários e debates com o objetivo de difundir novas idéias, técnicas de produção, bem como, comercializar produtos agropecuários.

Através destes agentes institucionais, novas técnicas de produção foram difundidas. Assim se tornou comum o uso de raças especializadas, da inseminação, do melhoramento genético, os quais permitiram o aumento da produtividade. Em relação à qualidade, as unidades produtivas melhoraram as instalações e adotaram o uso da ordenhadeira mecânica e do resfriador a granel.

Deste modo, o Oeste Catarinense apresentou um crescimento de 210% na produção de leite entre os anos 1995 e 2006 (CENSO AGROPECUÁRIO, 1995/6 e 2006). Do total de leite produzido no estado de Santa Catarina, 72,6% é produzido no Oeste Catarinense, enquanto que o Vale do Itajaí é responsável por 11,3% (CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO LEITE, 2009), conforme representado no mapa da figura 05.



Em 2009, a bacia leiteira do Oeste foi considerada a terceira maior do país, ficando atrás somente das mesorregiões Noroeste Rio-Grandense – RS e Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba – MG, respectivamente, com a produção estimada em 1.618.968 mil litros. Na tabela 05, pode-se observar que dentre as mesorregiões listadas, o Oeste Catarinense apresentou a maior variação do volume produzido, quase 589% entre os 1990 e 2009 (EMBRAPA GADO DE LEITE, 2010)

Mesorregião		Produção de leite (mil Litros)		
		1990	2009	Variação (%)
1	Noroeste Rio-Grandense –RS	610.548	2.219.385	364%
2	Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba – MG	941.388	2.057.477	218%
3	Oeste Catarinense – SC	274.798	1.618.968	589%
4	Sul Goiano – GO	544.618	1.535.963	282%
5	Sul/Sudoeste de Minas – MG	812.158	1.330.926	164%

Tabela 05. As cinco principais mesorregiões produtoras de leite no Brasil - 1990 e 2009 (mil litros)  
 Fonte: IBGE/Pesquisa da Pecuária Municipal  
 Elaboração: R. ZOCCAL- Embrapa Gado de Leite

Mesmo com a reestruturação da atividade, a produção de leite no Oeste ainda é caracterizada pelo sistema de produção à base de pasto e por possuir tecnologia intermediária. O tamanho das unidades familiares acaba impondo limite na escala de produção de leite da unidade (MELLO; TESTA; E SILVESTRO, 2010).

Entretanto, esta região concentra o principal plantel leiteiro, com 68% do rebanho estadual, o qual possui uma produtividade média de 2,58 mil litros/vaca/ano, superior a produtividade de Santa Catarina e do Brasil, respectivamente de 2,40 e 1,59 mil litros/vaca/ano.

Além disso, a atividade é desenvolvida por mais de 50 mil produtores, por isso, tem grande importância econômica e social para população rural do Oeste Catarinense. Vale destacar que, 89% do leite produzido na mesorregião é oriunda

da agricultura familiar<sup>39</sup> e 57% do total dos estabelecimentos possuem até 20 cabeças de bovinos (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

Nesta perspectiva, pretende-se analisar a dinâmica territorial da bovinocultura de leite no município de Arabutã/SC, de forma a identificar os agentes territoriais que promovem as transformações técnicas e espaciais ocorridas para dentro da porteira das unidades produtivas, a partir da expansão da economia leiteira no Oeste Catarinense.

---

<sup>39</sup> Ao pesquisar sobre agricultura familiar, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística se ampara a lei n. 11.326, a qual considera agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm))



#### **4 AGRICULTURA FAMILIAR E A DINÂMICA PRODUTIVA DA BOVINOCULTURA DE LEITE DO MUNICÍPIO DE ARABUTÃ-SC**

A história de Arabutã está diretamente associada ao processo de ocupação e colonização do Oeste Catarinense, a qual foi retratada brevemente no capítulo 1. Trata-se de um pequeno município que até 1991 estava atrelado, política e administrativamente, ao município de Concórdia (DRIEMEIER,2002)

O município de Arabutã localiza-se na microrregião geográfica de Concórdia. Delimita-se ao sul com os municípios de Concórdia e Itá; ao norte e ao leste com Ipumirim; a leste com Concórdia e a Oeste com Seara, conforme figura 06.

Com uma área territorial de aproximadamente 132km<sup>2</sup> e uma população estimada em um pouco mais quatro mil habitantes, Arabutã é um município essencialmente rural<sup>40</sup>, pois aproximadamente 70% de seus habitantes vivem no espaço rural (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

---

<sup>40</sup> Ver mais sobre o assunto VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas, SP: Autores Associados, 2003. 304p.

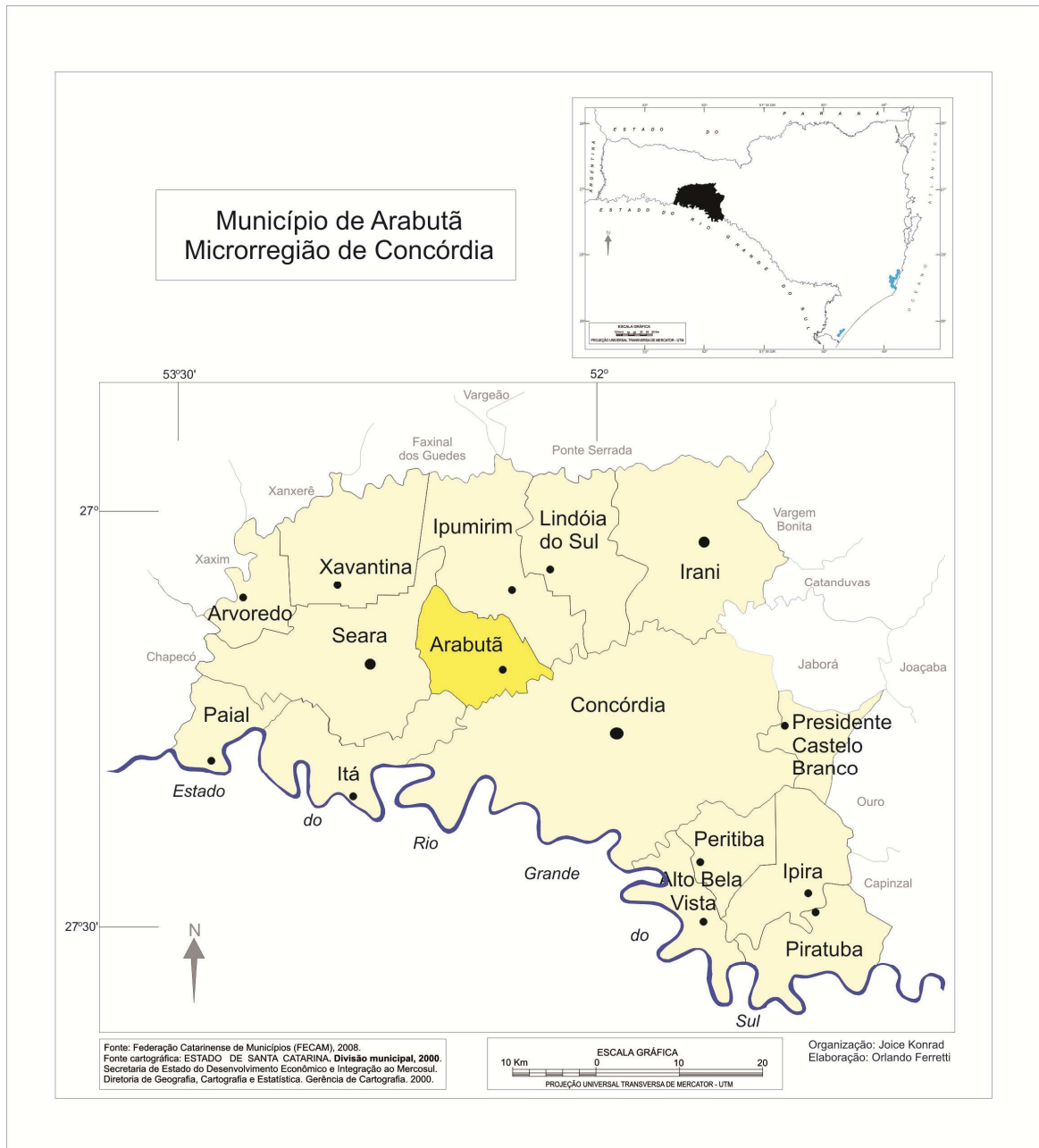


Figura 06: Mapa de localização do Município de Arabutã.  
Organizado por: Joice Konrad, 2010.  
Elaborado por: Orlando Ferreti.

Atualmente, o município está organizado em quatorze comunidades<sup>41</sup> ou localidades rurais: Canhada Grande, Linha<sup>42</sup> Iracema, Lajeado Guaraipo, Linha Juriti, Linha Castro Filho, Linha Beira Rio, Linha Presidente Artur da Costa e Silva, Linha Fazendinha, Linha Aurora, Linha Pelotas, Linha Paraíso, Linha Capitão, Linha Progresso e Lajeado Quirino, além de possuir um distrito: Nova Estrela (KONRAD, 2008)

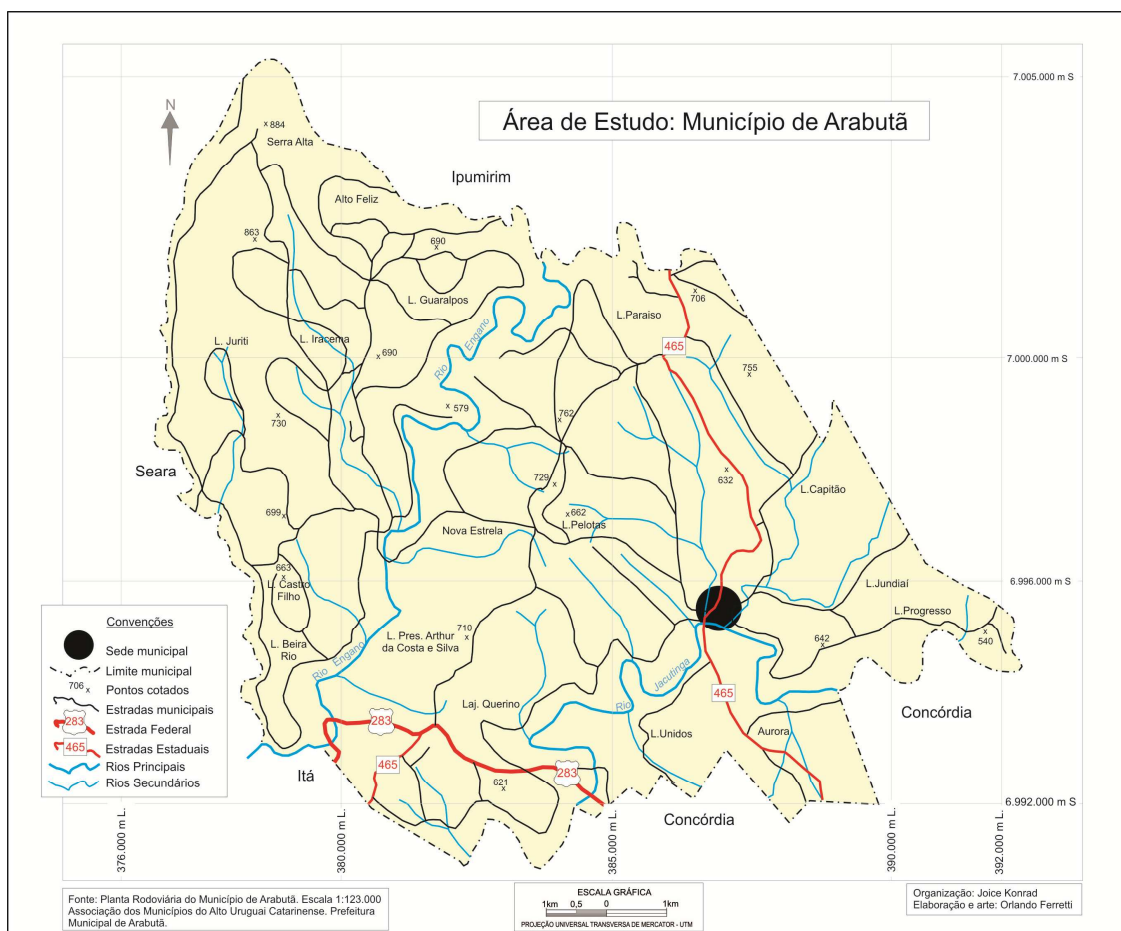


Figura 07: Mapa das principais linhas e comunidades de Arabutã.  
Organizado por: Joice Konrad, 2010.  
Elaborado por: Orlando Ferreti.

<sup>41</sup> As comunidades se formaram ao longo das linhas coloniais, geralmente, tem como sede a igreja e o centro comunitário.

<sup>42</sup> O termo linha é herança do período da colonização, pois refere-se a via principal de acessos as colônias. No caso de Arabutã, nem todas as linhas possuem uma “sede”, uma sociedade organizada, isto é, uma comunidade.

O município de Arabutã possui, no total, 775 estabelecimentos rurais e sua estrutura fundiária é constituída de pequenas propriedades. Isso fica evidente ao se constatar que 76,5% dos estabelecimentos possuem uma área inferior a 20 ha, 21% possuem menos de 50 ha e cerca de 1,5% possuem área inferior a 100 ha (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

A principal forma social de produção encontrada no município é agricultura familiar, cujas raízes históricas apresentam características do modo de vida colonial, descritas no capítulo 1. Nesta pesquisa, a agricultura familiar “corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família” (LAMARCHE, 1993, p. 15).

Mesmo estando fortemente modernizada e inserida no mercado, devido a proximidade geográfica com importantes agroindústrias, as unidades familiares de produção arabutenses apresentam grande heterogeneidade, isto é, se diferenciam quanto ao uso do solo, ao tipo de atividade desenvolvida, forma de organização produtiva, forma de comercialização, uso de tecnologia, bem como, ao grau de capitalização.

É importante destacar que as combinações de diferentes características da agricultura familiar, no tempo e no espaço, contribuíram para que esta categoria se apresentasse bastante genérica, isto é, com uma grande diversidade de formas sociais (WANDERLEY, 2001). Esta diversidade foi provocada pelo avanço do capitalismo no espaço rural, que levou os muitos agricultores a buscar outras estratégias, a fim de assegurar sua reprodução, entre elas pode-se destacar, no caso de Arabutã, a modernização e articulação das unidades com as agroindústrias ou ainda o desenvolvimento de atividades não-agrícolas.

A economia de Arabutã está estreitamente vinculada ao desenvolvimento das atividades agropecuárias, especialmente aves, suínos e leite. De acordo com o Censo Agropecuário (2006), encontramos distribuídos no município 333 integrados à avicultura, 381 integrados à suinocultura e 548 estabelecimentos agropecuários produzem leite, seja para o consumo ou para a comercialização.

A produção de leite é economicamente importante para o município de Arabutã. Na maioria das unidades produtivas, a renda gerada pela atividade leiteira é inferior àquela oriunda da produção de suínos e aves. Entretanto, o fato

desta atividade proporcionar renda mensal e exigir menor investimento em insumos faz com que ela esteja em expansão no município (gráfico 09).



**Gráfico 09.** Produção de leite (mil litros) no município de Arabutã: 1993-2010  
Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal

Assim, a renda mensal da produção de leite permitiu que os agricultores se tornassem também consumidores de bens de consumo duráveis, melhorando sua qualidade de vida. Portanto, “a produção de leite se transformou e se consolidou como atividade estratégica para agricultura família e para o desenvolvimento local/regional” (MELLO, TESTA e SILVESTRO, 2010, p.02)

Antes de analisar a organização e a dinâmica produtiva da bovinocultura de leite no município de Arabutã, vamos apresentar os aspectos metodológicos que guiaram a pesquisa de campo.

#### 4.1 Aspectos metodológicos da pesquisa de campo

A escolha de Arabutã como *lócus* para o desenvolvimento da pesquisa se deve por três razões: primeiramente, por motivos pessoais, visto que a autora nasceu e viveu neste município até o ingresso na universidade. No entanto, os laços afetivos continuaram estreitos com o lugar, pois sua família continuou residindo em Arabutã. Inclusive, seu trabalho de conclusão de curso, realizado na

Universidade Federal de Pelotas – RS teve como objetivo caracterizar a produção familiar integrada no município.

A segunda razão possui um caráter social, pois a bovinocultura de leite está presente em quase 70% dos estabelecimentos agropecuários do município. Dessa forma, esta atividade desempenha importante papel na distribuição de renda entre os agricultores familiares.

E, a outra razão, de cunho científico, se deve que durante a realização do estado da arte notou-se que esta temática não estava totalmente esgotada e que havia muito por estudar. Além disso, este município está localizado em uma região emblemática, principalmente, no que diz respeito às transformações sociais, econômicas e ambientais decorrentes da modernização da agricultura familiar.

A partir da definição dos objetivos e da delimitação da área de estudo, buscou-se o método mais apropriado para o desenvolvimento da pesquisa. A definição do método é fundamental, pois ele norteia o processo de investigação, o qual não se restringe a absorção e aplicação de técnicas, pelo contrário, as técnicas “devem estar sintonizadas com aquilo que se propõe” (OLIVEIRA, 1998, p.21), ou seja, dar base para a reflexão.

Quanto ao tipo de método, procurou-se trabalhar com o *pluralismo metodológico*, de forma que as abordagens qualitativas e quantitativas se complementassem, pois a abordagem quantitativa não é suficiente para exprimir as relações que caracterizam a organização do espaço, uma vez que “trabalha-se com resultados, mas os processos são omitidos” (SANTOS, 1996, p.53).

Assim, optou-se pela utilização de uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados (BAUER e GASKELL, 2003). Esta diversidade possibilitou uma maior cobertura dos fatos. Entretanto, ressalta-se que é “impossível prever todas as etapas” (GOLDENBERG, 2005, p.13).

Dessa forma, a presente pesquisa está alicerçada metodologicamente na pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso, tendo como recorte espacial o município de Arabutã-SC. Este tipo de estudo tem como objetivo “apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto” (GOLDENBERG, 2005, p.33-34).

Diante disso, os resultados obtidos não possam ser transpostos para outras pesquisas, por estes serem únicos, próprios da realidade estudada. No entanto, as reflexões propostas nessa pesquisa não se esgotam na escala local, não impedem de tecer considerações sobre o contexto regional, nacional ou global. Dessa forma, “os trabalhos resultantes de pesquisas em campo tem uma grande parte de universalidade e uma parte importante de local, de particular” (SANTOS, 1978, p.13).

O desenvolvimento da pesquisa pode ser dividido em duas fases: a primeira, que se refere a caracterização prévia do *lócus* do estudo, e a segunda, que corresponde ao trabalho de campo e suas relações com a revisão teórica. Na primeira fase foi realizada revisão da literatura, a qual “tem por objetivo iluminar o caminho a ser trilhado pelo pesquisador, desde a definição do problema até a interpretação dos resultados” (ALVES, 1992, p.54).

Cabe ressaltar que antes da elaboração desse projeto, fez-se uma primeira garimpagem de trabalhos e materiais sobre a produção do leite no Oeste Catarinense, com finalidade de não produzi-los. Por meio desse levantamento extensivo, pode-se definir a problemática, os objetivos e método da pesquisa.

Durante a exploração, foram consultados os acervos das bibliotecas da Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade do Estado de Santa Catarina, Universidade do Contestado - campus Concórdia e, a Biblioteca Pública Municipal Júlio da Costa Neves.

Os principais trabalhos sobre atividade leiteira em Santa Catarina e o Oeste Catarinense abordavam a questão da organização da cadeia produtiva e sua gênese (COLI, 1992; DUARTE, 2002; SOUZA, 2009; MELLO, 1998). A partir da leitura destas referências, constatou-se que a temática não estava totalmente esgotada e que novos estudos poderiam ser desenvolvidos.

Ainda, foram pesquisados e consultados documentos históricos, livros, artigos de periódicos, revistas especializadas, anais de congresso sobre a produção de leite, tanto no cenário nacional como estadual. Realizou-se visita a sites como do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola do estado de Santa Catarina (ICEPA), entre outros.

Durante a caracterização utilizou-se dados secundários do Censo Agropecuário e da Pesquisa Pecuária Municipal, ambos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A (EPAGRI), da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente; bancos de dados da Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia (COPÉRDIA), e dados sobre financiamentos do Banco do Brasil e da SICOOB/CREDIAUC<sup>43</sup>.

Nessa fase, também foram identificadas as empresas que atuam no município e posteriormente, entrou-se em contato com estas para realizar visita e entrevista de cunho exploratório, com os responsáveis, de maneira a analisar o papel das agroindústrias/cooperativas no processo de reestruturação da atividade leiteira, a organização do cenário atual da produção leiteira no Oeste e os elementos que compõem a bacia leiteira, além de definir os fixos e fluxos da cadeia produtiva. No entanto, poucas empresas disponibilizaram informações, o que dificultou o desenvolvimento do trabalho.

Após a sistematização do referencial bibliográfico, tem-se a segunda fase, que contempla a pesquisa de campo com aplicação de entrevistas<sup>44</sup>, baseadas em questionários estruturados e semi-estruturados<sup>45</sup>, com os produtores de leite do município de Arabutã-SC, e informantes qualificados, como leiteiros, representantes da cooperativa (ver apêndice), e conversas informais com pessoas ligadas a órgãos de extensão rural e a Secretaria Municipal da Agricultura.

Cabe destacar que a pesquisa de campo possibilitou um contato maior com os atores sociais, o que permitiu uma maior autenticidade dos fatos. “É uma espécie de volta ao significado em seu estado puro, ao discurso ‘real’, que deve permitir descobrir novos sentidos não previstos pelas análises macroestruturais” (CARDOSO, 1997).

---

<sup>43</sup> Integra ao Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil, e atua no Oeste Catarinense nos municípios de Alto Bela Vista, Arabutã, Arvoredo, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Ita, Lindoias do Sul, Paial, Peritiba, Piratuba, Presidente Castelo Branco, Seara e Xavantina.

<sup>44</sup> Técnica onde o investigador apresenta-se frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obter os dados que interessam à pesquisa, sendo esta uma das técnicas mais utilizadas no âmbito das ciências sociais (GIL, 1999).

<sup>45</sup> Parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas dos informantes (TRIVIÑOS, 1987).



#### 4.1.1 A amostragem

Esta pesquisa, inicialmente, tinha como objetivo geral identificar e delimitar a bacia leiteira<sup>46</sup> em que o município de Arabutã está inserido, a partir de seus agentes territoriais (produtores, cooperativas, indústrias) para, posteriormente, analisar a organização interna das unidades produtivas de leite no município, bem como, suas transformações diante da modernização da atividade.

Dessa forma, identificamos e entramos em contato com as cooperativas e indústrias que atuavam no município a fim de obter informações para o desenvolvimento da pesquisa. Devido à dificuldade de obter informações, o objetivo inicial foi abandonando e estabeleceu-se um novo objetivo: *analisar a dinâmica da bovinocultura de leite na agricultura familiar do município de Arabutã – SC*, isto é, para dentro da porteira, diante da expansão da economia leiteira no Oeste Catarinense.

Para selecionar os entrevistados recorreu-se ao banco de dados da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, o qual possuía cadastrados 325 produtores de leite em 2009. A partir deste cadastro, buscou-se entrevistar 32 produtores, os quais foram sorteados aleatoriamente de acordo com a empresa que comercializavam sua produção.

Visando respeitar a representatividade de cada empresa, cooperativa ou laticínio, foram entrevistados treze produtores familiares que comercializavam sua produção de leite para a Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia (Copérdia), sete produtores que comercializavam para o Laticínio Muller, seis que comercializavam para a Tirol, três para Laticínios Lindóia do Sul, dois para o Laticínio Walter Indústria e 01 produtor vinculado ao Comércio de Alimentos e Cooperativa Rio do Peixe (Coperio).

---

<sup>46</sup> O conceito teórico-metodológico de bacia leiteira contempla tanto a área de produção de matéria-prima, os canais coletores, postos de resfriamento, a indústria processadora quanto o centro de consumo. Assim, uma bacia leiteira pode ultrapassar os limites geográficos de um município ou de um estado (ORMOND, 2006). Devido a esta amplitude, neste trabalho, considerou-se o limite territorial de uma bacia leiteira a mesorregião, visto que a maioria dos dados encontram-se agrupados conforme a divisão política-administrativa.

No entanto, durante o trabalho de campo, este parâmetro não foi rigorosamente seguido, pois deparamos-nos com diferentes situações: desde produtores que não desenvolviam mais a atividade, ou que mudaram de empresa/laticínio, seja por motivos pessoais ou devido ao encerramento das atividades da empresa.

Diante da fluidez da atividade leiteira, foram entrevistados trinta e um produtores familiares, sendo que doze produtores comercializavam sua produção de leite para a Copérdia; oito produtores que trabalhavam com o Laticínio Muller; sete que comercializavam para a Tirol e quatro para Laticínios Lindóia do Sul.

Além dos trinta e um agricultores familiares, foram entrevistados alguns informantes qualificados a fim de complementar e dar mais subsídios às análises, como um leiteiro<sup>47</sup> de Arabutã, o gerente de fomento de leite da Copérdia, conversas informais com pesquisadores da EPAGRI, da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

A pesquisa de campo foi realizada nos meses de maio e julho de 2009, julho de 2010 e fevereiro de 2011, sendo que os agricultores familiares foram entrevistados no ano de 2010. É importante destacar que no decorrer das entrevistas alguns entrevistados recorriam ao uso do dialeto alemão *Hunsrück*<sup>48</sup> para relatar ações ou expressar suas idéias. As falas foram traduzidas pela autora, com o cuidado de manter seu significado mais próximo daquilo que os interlocutores queriam expressar. Além disso, este dialeto não possuiu uma escrita oficial, é considerada apenas uma língua falada, a qual se distingue do alemão padrão.

---

<sup>47</sup> Pessoa responsável pela captação do leite nas unidades produtivas e pelo transporte da matéria-prima para o laticínio.

<sup>48</sup> Os primeiros imigrantes alemães, que se estabeleceram nos vales do Sinos e Caí nos anos de 1824 a 1830 eram, na sua maioria, provenientes da região do Hunsrück, sudoeste da Alemanha. Ao longo de décadas, com a migração dos descendentes desses colonos, essa língua foi sendo levada a outras regiões do país como, no Vales do Taquari e Pardo, ao noroeste do Rio Grande do Sul, depois ao oeste de Santa Catarina e Paraná, Mato Grosso etc.

## 4.2 Organização espacial da atividade leiteira no município de Arabutã-SC

Ao analisar o espaço geográfico é importante ter como premissa de que ele é fruto da relação dialética de distintos agentes, ao longo do tempo. E, que estes, por sua vez, possuem diferentes interesses, os quais estão manifestados na organização no espaço (SANCHEZ, 1991).

Por isso, encontramos no espaço geográfico várias formas de produção materializadas, isto é, fixos e fluxos, resultante do uso específico de cada espaço por uma determinada sociedade, ou seja, a sua *formação socioespacial* (SANTOS, 1979). Dessa forma, cada organização espacial guarda elementos específicos de sua história (SANTOS, 2008).

Ao analisar a dinâmica da bovinocultura de leite no município de Arabutã, identificou-se como principais agentes produtores deste território: a) as instituições do Estado, seja de nível municipal, estadual ou federal, que prestam serviços de pesquisa, extensão e financiamento; b) as indústrias/empresas e cooperativas, responsáveis pela captação, beneficiamento da matéria-prima e sua comercialização no mercado; c) os agricultores, agente que produz, comercializa a produção de leite às cooperativas e indústrias, e em alguns casos, beneficia ou industrializa a produção.

Estes agentes possuem a capacidade de mobilizar os fluxos no território, seja por meio da produção, distribuição e consumo, de informação, capital e tecnologia. Ressalta-se que a capacidade de mobilizar estes fluxos no espaço é determinada, especialmente, pelo poder econômico, político ou social, que estes agentes possuem.

Para mobilizar os fluxos, os agentes necessitam de um conjunto de fixos, que “são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens [...]” (SANTOS, 2008, p.86). Estes, por sua vez, realimentam, intensificam os fluxos nas diversas escalas, além de criar outros fixos, conforme sua demanda.

Assim, a dinamização da bovinocultura de leite dentro da unidade produtiva é decorrente de diferentes fatores, sejam internos ou externos a esta. Os fatores internos são aqueles que referentes às questões ligadas ao grupo social, às

condições físicas, geomorfológicas, econômicas e tecnológicas da unidade produtiva.

Já os fatores externos, são gerados, emitidos de fora da unidade produtiva. Aqui, pode-se destacar a ação de instituições do Estado, ligada a políticas e projetos de desenvolvimento agrícola, órgãos de pesquisa e extensão rural ou financiamentos, e ainda as ações de empresas, laticínios e cooperativas.

#### **4.2.1 A organização e dinâmica interna das unidades produtivas**

Neste primeiro momento será apresentado o resultado das entrevistas com os produtores familiares de leite, sobretudo no que diz respeito aos fatores internos da unidade produtiva que interferem diretamente na dinâmica da bovinocultura de leite do município de Arabutã. Entre os elementos internos analisados estão: o tamanho do estabelecimento e suas condições geomorfológicas, o uso da terra, quantidade e a faixa etária dos membros da família, tipo de mão de obra utilizada, as atividades desenvolvidas pela família dentro e fora de seu estabelecimento agropecuário e a tecnologia utilizada.

O tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários dos entrevistados é de 18 ha. Foram encontrados nove estabelecimentos que possuíam de 0 a 10 ha; quinze estabelecimentos possuem de 11 a 20 ha; cinco apresentaram de 21 a 30 ha; dois estabelecimentos afirmaram ter área de 41 a 50 ha, e outros dois apresentam área superior de 50 ha.

No gráfico 10, podem ser visualizadas as duas formas de aquisição das terras pelos agricultores: a herança e a compra. Dos trinta e um entrevistados, 15 agricultores informaram que haviam herdado suas terras, 07 haviam comprado e, outros 09 agricultores, herdaram uma parte e compraram outra.

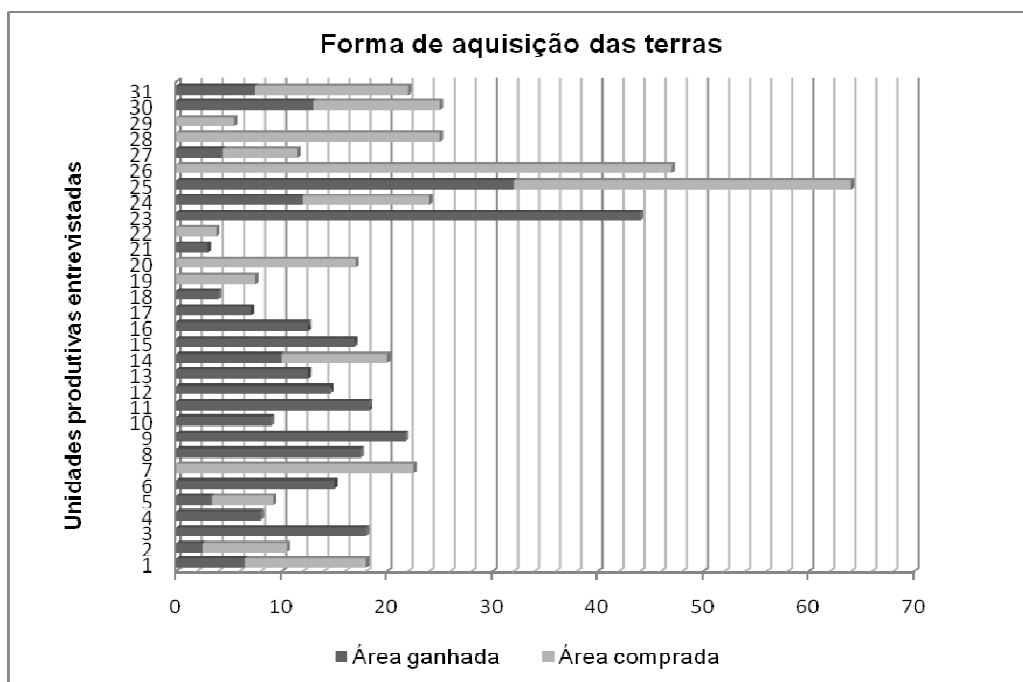


Gráfico 10. Formas de aquisição das terras: herança e compra.  
 Fonte: pesquisa de campo, 2010. Organizado por: Joice Konrad, 2010.

O tamanho *relativamente* pequeno é, sobretudo, resultante do fechamento da fronteira agrícola, o qual conduziu o compartilhamento das terras entre os herdeiros, como foi descrito nos primeiros capítulos. Embora, possuam pequenas áreas, o arrendamento de terras é pouco comum, apenas cinco entrevistados afirmaram recorrer a esta prática para ampliar sua área produtiva.

As famílias entrevistadas são compostas por mais de 04 integrantes em 35% dos casos, 23% são constituídas por 03 integrantes, 23% por 04 pessoas e 19% possui até 02 pessoas. As famílias com mais de quatro integrantes são, geralmente, resultante da aglutinação de mais de uma geração em um mesmo estabelecimento agropecuários.



Figura 08. Produtores familiares de leite do município de Arabutã-SC.

Fonte: pesquisa de campo, 2010.

Organizado por: Jóice Konrad, 2010.

Os membros do grupo familiar estão distribuídos em distintas faixas etárias, apresentada na tabela 06. É importante observar que, cerca de 40% dos membros das famílias concentram-se na faixa etária de 35 a 59 anos. Seguindo com 24%, encontram-se os agricultores com idade entre 19 e 34 anos. Estas famílias, por sua vez, apresentam um número significativo de pessoas com 60 anos ou mais, em torno de 14%, superior aos 11% de crianças de até 10 anos e dos 11% da faixa de 11 a 18 anos.

FAIXA ETÁRIA	Membros das famílias entrevistados	
	Número	%
Até 10 anos	14	11
11 a 18 anos	15	11
19 a 34 anos	31	24
35 a 59 anos	52	40
60 anos ou mais	18	14
<b>Total de pessoas da amostra</b>	130	100%

Tabela 06. Faixa etária dos membros das famílias entrevistadas

Fonte: pesquisa de campo, 2010. Organizado por: Jóice Konrad, 2010.

Os dados sobre o grupo familiar, parecem seguir a tendência do envelhecimento da população rural e da falta de sucessores, questões discutida por Sacco dos Anjos (2003), Abramovay (1999), e que são fundamentais para (in)viabilizar a produção, conseqüentemente, a manutenção destas famílias no campo.

Apesar de predominar famílias com mais de quatro integrantes, em 52% dos casos são apenas duas pessoas que trabalham na produção, conforme ilustrado no gráfico 11. No entanto, apenas dois produtores afirmaram utilizar empregados durante o período em que há mais trabalho no estabelecimento, e um produtor possuiu um “agregado” em sua propriedade, o qual recebe “a meia” pelo trabalho prestado, isto é, recebe parte da renda obtida da comercialização de leite e de suínos.

Esta situação confirma que o processo de modernização foi eficiente, no sentido de que, a crescente mecanização permitiu o aumento da produtividade através da liberação da mão de obra, não sendo necessárias muitas pessoas para trabalhar na produção – resultando no processo de êxodo rural.

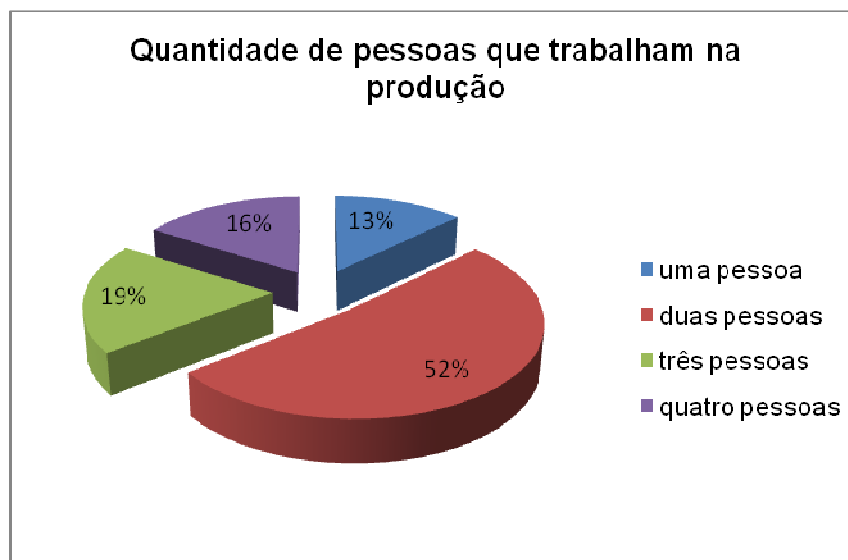


Gráfico 11. Quantidade de pessoas que trabalham na produção.

Fonte: pesquisa de campo, 2010.

Organizado por: Joice Konrad, 2010.

Outro fenômeno observado durante a pesquisa de campo foi a *pluriatividade* – a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, em uma mesma família que reside em uma propriedade rural (SCHNEIDER, 2003). Em

dezessete unidades familiares existe algum membro da família desenvolvendo alguma atividade não agrícola.

As atividades desenvolvidas pelos membros são variadas, podendo ser diárias ou eventuais. Destacam-se as atividades de motorista, doméstica, operador de produção, pedreiro e músico. Mais da metade da mão de obra pluriativa é composta por homens. Mas se observou que as mulheres também se deslocam diariamente para as cidades vizinhas para trabalhar na indústria, especialmente do setor alimentício. Este movimento pendular de trabalhadores que vivem no meio rural, mas trabalham na cidade, tem sido cada vez mais comum no Oeste Catarinense.

Quando questionados por que buscam atividades fora da unidade de produção obteve-se distintas respostas, porém, todas seguiam uma lógica: garantir a reprodução social, seja do grupo social ou do indivíduo, que constitui a unidade doméstica (SCHNEIDER, 2001).

Dessa forma, a atividade não agrícola representa, nas palavras dos produtores, *“a entrada de um dinheiro a mais”*, e que *“a terra é pouca para trabalhar com vacas”* (ENTREVISTADO 17, 2010). Inclusive, o entrevistado 08 (2010) afirmou que esta atividade lhe proporcionou *“mais renda”*, sem a qual *“passaríamos fome”*.

De modo geral, as famílias pluriativas trabalham fora da unidade por necessidade. Justificam que trabalhar *“só na roça não dá mais”* (ENTREVISTADO 19, 2010); que *“[...] o preço tá lá embaixo, não conseguimos dar aquilo que eles [filhos] querem”* (ENTREVISTADO 09, 2010); ou ainda porque *“os três trabalhar no aviário não adianta. Vai ganhar um pouco...”* (ENTREVISTADO 24, 2010).

Entretanto, dos dezessete entrevistados que afirmaram ter algum membro trabalhando fora da propriedade, apenas três citaram as atividades não-agrícolas como principal fonte de renda. As principais fontes de renda apontadas pelos entrevistados foram a bovinocultura de leite (14), a suinocultura (09), avicultura (09) e a aposentadoria (04). Além destas, os produtores pesquisados se dedicam a outras atividades como gado de corte, a comercialização de milho, de laranja, o reflorestamento e a venda de terneiros.

Em relação aos produtos cultivados, mesmo com a intensificação das relações de integração, todas as unidades familiares apresentaram conjugação



das atividades pecuárias com agrícolas, seja para o autoconsumo para alimentação dos animais, ou ainda, para comercialização. Destacam-se o milho, mandioca, feijão, arroz, batata inglesa e batata doce, além disso, a produção de hortifruti (Figura 09).

O milho merece uma atenção especial, pois sempre foi o principal cultivo agrícola nas unidades produtivas – ele cria tudo: “porcos, as vacas leiteiras, o gado de corte, as galinhas e os animais de tração, além de fornecer a farinha com que se faz pão e outros alimentos para a família” (PAULILO, 1990, p.112).



Figura 09. Produção agrícola diversificada  
Fonte: pesquisa de campo, 2010.  
Organizado por: Joice Konrad, 2010.

Além das atividades citadas anteriormente, encontrou-se na amostragem, a presença da ovinocultura em dois estabelecimentos, e da piscicultura e apicultura em outros dois estabelecimentos. Ressalta-se que, ainda há algumas unidades, onde a criação de suínos e galinhas estão voltadas para a alimentação das famílias, não sendo atividades integradas.

Particularmente, quanto às produções agropecuárias, pode-se identificar diferentes perfis de produtores familiares: suinocultor; avicultor, suinocultor e

avicultor; avicultor e produtor de leite; suinocultura e produtor de leite ou ainda somente produtor de leite. Vale lembrar que estas atividades, em alguns casos, podem ser desenvolvidas simultaneamente.

A bovinocultura de leite está presente nas unidades produtivas do Oeste desde o início da colonização. Por isso, em Arabutã, não é diferente, o rebanho bovino sempre possuiu dupla função na unidade produtiva – fornecer carne e leite, além de ser utilizado como força de tração, nas atividades agrícolas.

Entretanto, devido ao tamanho reduzido das unidades produtivas e as condições do relevo<sup>49</sup> encontradas na região, a quantidade de bovinos varia de 11 a 20 cabeças em 42% dos estabelecimentos; 29% dos estabelecimentos possuem mais de 30 cabeças bovinas; 23% dos estabelecimentos possuem de 21 a 30 cabeças e em 6% existem até 10 cabeças.

Nestas unidades predominam as raças Jersey, Holandesa e a Gir Leiteiro. Durante o período da pesquisa de campo, quase 70% das unidades produtivas entrevistadas possuíam até 10 vacas em lactação. Conforme gráfico 12, a produção de leite destes concentrava-se, principalmente, na faixa de até 100 litros por dia.

De acordo com os entrevistados, o volume estava um pouco abaixo do normal, por se tratar de um período de entressafra<sup>50</sup>. Mesmo não sendo um volume expressivo, a comercialização do leite proporcionava mensalmente a entrada de renda na unidade.

---

<sup>49</sup> Segundo Mello e Ferrari (2003, p.20) “em geral, o relevo se apresenta ondulado a fortemente ondulado e os solos são pedregosos, o que contribui para diminuir, ainda mais, a área que cada estabelecimento dispõe para cultivos anuais”.

<sup>50</sup> Nesse período do ano, as condições climáticas (geada e excesso de chuvas), elevam os custos da produção devido a escassez de pasto. Por isso, o preço do leite *in natura* no mercado tende a subir, tanto para o consumidor como para o produtor, que passa a receber mais, mas gastar mais na alimentação animal.

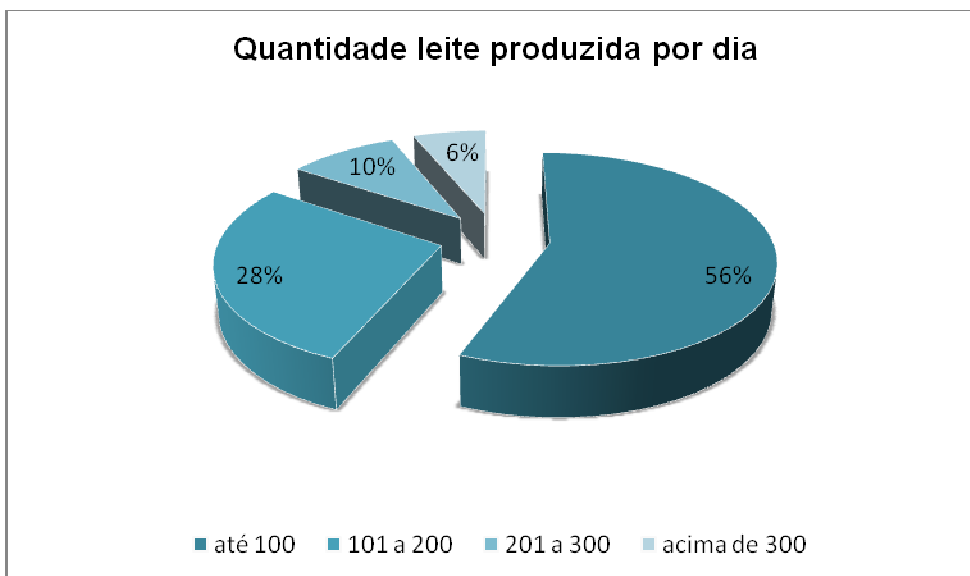


Gráfico 12. Quantidade leite(l) produzida por dia nas unidades visitadas.

Fonte: pesquisa de campo, 2010.

Organizado por: Jóice Konrad, 2010.

Tradicionalmente, a produção de leite nessas unidades era destinada ao consumo e à produção de derivados, especialmente de queijo. O queijo tinha um grande valor comercial. De acordo com a sogra da entrevistada 8 (2010) “*Antigamente, se vendia ovos e queijos, e fazia rancho, [...]. Com esse dinheiro, compramos a geladeira e ainda pagava a luz*”.

Atualmente, a venda de produtos derivados no município é reduzida, devido as exigências da fiscalização sanitária. Por isso, nos casos pesquisados, não foi encontrado nenhum produtor que vendesse algum tipo de produto colonial. A explicação para isso, é que “*as coisas ficaram cada vez mais difícil para o produtor produzir em casa e vender, assim, ficou mais exigente as coisas, não pode mais vender mais pra cá nem pra lá*” (ENTREVISTADO 02, 2010).

No entanto, dezoito entrevistados afirmaram que produzem derivados para o seu consumo, especialmente a manteiga, nata e requeijão. Os demais entrevistados informaram que não produzem nenhum produto. Em depoimento a entrevistada 08 (2010) afirma que:

*quando eu tem tempo, se faz queijo [...] aqueles dias, cheguei em casa de tarde, fui para o fogão e fiz queijo. Comemos tudo [...]. A nata para comer, nós vende para os outros comer e nós ter comprar essas coisas caras [produtos industrializados], que nem sabemos o que tem dentro* (ENTREVISTADA 08, 2010).

Nesta fala, percebe-se que a produção de derivados é uma atividade trabalhosa, que requer tempo das agricultoras, pois são elas que possuem o domínio da técnica, do *saber fazer* destes produtos. Mas, o tempo “gasto” para produzir em casa compensa, pois como apontou a entrevistada, daquilo comprado não se conhece a procedência e a qualidade.

A praticidade de vender o leite *in natura* tem conquistado muitas agricultoras, já que “*é mais fácil colocar o leite no resfriador e o leiteiro pegar ele*” (ENTREVISTADO 01, 2010). Além disso, a *comercialização de leite in natura* se apresentou como alternativa econômica diante das dificuldades de comercializar os produtos artesanais ou de se manter em atividades integradas.

A renda obtida a partir da comercialização do leite é geralmente utilizada para “fazer rancho” e “pagar a luz” (ENTREVISTADO 01, 2010). Além disso, a renda pode ser reinvestida na própria atividade, visto que “*é um trabalho que [...] tem que investi muito para tirar um pouco. Mas, tudo compensa*” (ENTREVISTADO 30, 2010). Ou ainda, pode ser aplicada em outras atividades agrícolas, como afirmou o entrevistado 25 (2010) que “*se não fosse ter leite eu não teria plantado eucalipto. Consegui agregar mais valor do que fazer plantio de milho, ou criar suíno também por conta*”.

Ressalta-se que, é intrínseca à atividade leiteira a conjugação de diferentes atividades agropecuárias, que em parte atendem as necessidades familiares. Esta razão, “confere um diferencial de competitividade proporcionado pelo sinergismo econômico e ecológico dos sistemas diversificados” (MELLO; TESTA; E SILVESTRO, 2010, p.03).

Para Testa *et al* (1996), a produção de leite é “uma atividade âncora” na unidade produtiva, isto porque compõe importante renda aos agricultores, além disso, tem grande alcance social. Para alguns entrevistados, a atividade leiteira representa a única fonte de renda da unidade produtiva, como afirmou o entrevistado 29 (2010), “*é o único meio para sobreviver*” visto que possuem “*muita pouca terra*”. Para outros, o leite “*é uma fonte de renda a mais*” (ENTREVISTADO 04, 2010). De acordo com o entrevistado 23,

*Só os frangos não dá, e só com as vacas também não, tem outra atividade, tem que ter duas atividades para dar dinheiro. Tem que ter duas atividades para manter. O milho não dá mais nada. Porque na*

*colônia não é mais fácil e todo mundo na cidade, não pode ir.*  
(ENTREVISTADO 23, 2010).

Assim, a atividade leiteira proporciona uma renda que “*sempre é uma ajuda. [...], dá um pouco, mas cada mês tá aqui*” (ENTREVISTADO 26, 2010). Além disso, quando associada a outras integradas proporciona uma segurança ao agricultor, à medida que não está dependente de um único produto, como afirmou o entrevistado 08 (2010) que trabalha com leite para “*não depender só da suinocultura*”. Dessa forma, fica claro o caráter estratégico para a maioria das famílias: complementar e assegurar renda.

### **4.3 Estado, Cooperativas e Laticínios: agentes dinamizadores da bovinocultura de leite**

O setor agroindustrial - representado pelas empresas, cooperativas e laticínios que captam e industrializam o leite - e o Estado (tanto na esfera municipal, estadual ou federal) são importantes agentes dinamizadores da bovinocultura leiteira. O Estado é o principal responsável pela realização de pesquisas e extensão, criação de políticas públicas, financiamentos e normatização da cadeia produtiva, como já foi demonstrado no capítulo anterior. Estes agentes, mesmo agindo fora da porteira, exercem grande interferência na organização e na dinâmica interna das unidades produtivas.

#### **4.3.1 A ação do Estado: o “cimento” da cadeia produtiva**

No capítulo anterior, destacamos o papel do Estado na normatização e organização da reestruturação da cadeia produtiva do leite, a partir da criação de normas e políticas, tendo em vista a melhoria da qualidade do produto produzido no Brasil.

Para auxiliar no processo de reestruturação da cadeia produtiva, o Estado disponibilizou recursos financeiros em diferentes programas, alguns com juros acessíveis como o PRONAF para que, os agricultores, pudessem se adequar às novas exigências. Vejamos a seguir, os reflexos da ação de instituições do Estado na dinamização da bovinocultura de leite no município de Arabutã.

A tabela 07 apresenta os principais segmentos financiados pelos agricultores de Arabutã no Banco do Brasil entre as safras de 2005/06 e 2010/11<sup>51</sup>.

Como se pode perceber, o milho é o principal item financiado pelos agricultores do município de Arabutã. Na safra 2005/06, foram realizados 272 contratos no valor total de R\$1.114.530,00. No ano seguinte, o número de contratos caiu significativamente para 178 e, o valor total chegou a R\$ 758.625,00 sendo o menor valor desse intervalo de tempo. Em 2007/08, houve um pequeno aumento no número de contratos firmados, mas em compensação, o valor sofreu um expressivo aumento com relação ao ano anterior, cerca de 150%. Nos anos seguintes, o número de contratos tem uma pequena redução (6%) e depois se mantém em 2009, enquanto que os valores liberados seguem crescentes.

Observa-se ainda que, os investimentos na avicultura apresentaram uma pequena queda no valor financiado de 2005/06 a 2006/07, mas a partir de 2007/08, houve um aumento significativo, assim como, a quantidade de contratos também aumentou de quatro em 2005/06 para treze na safra 2009/10.

Já a suinocultura, apresentou um contínuo aumento no valor total dos financiamentos até a safra de 2008/09, sofrendo forte queda na safra de 2009/10, em torno de 45%. Entre a safra de 2005/06 e 2009/10, o número de contratos caiu de 10 para 06.

No que diz respeito ao segmento de bovinos de leite e laticínios – os investimentos intensificam nos anos 2006/07. A quantidade de contratos em 2009/10 cresceu mais de 800% em relação à safra de 2005/6. Os valores disponibilizados também cresceram de R\$ 79.162,00 para R\$ 649.353,00.

---

<sup>51</sup> Os dados referentes à safra 2010/11 foram desprezados da análise, por se tratarem de dados parciais.

	Safr a 2005/06		Safr a 2006/07		Safr a 2007/08		Safr a 2008/09		Safr a 2009/10		Safr a 2010/11*	
	Contratos	Valor	Contratos	Valor	Contratos	Valor	Contratos	Valor	Contratos	Valor	Contratos	Valor
<b>Avicultura</b>	4	80.908	4	46.152	8	302.720	8	360.851	13	546.030	-	-
<b>Bovinos de leite e laticínios</b>	7	79.162	29	190.431	40	323.152	30	613.934	61	649.353	4	123.037
<b>Bovino - misto</b>	-	-	-	-	-	-	32	237.325	61	529.359	23	226.178
<b>Eucalipto/pinus/ reflorestamento/ florestamento</b>	-	-	2	12.000	-	-	-	-	1	17.852	-	-
<b>Milho</b>	272	1.114.530	178	758.625	192	1.103.321	181	1.405.464	183	1.699.331	118	833.297
<b>Suinocultura</b>	10	275.266	7	342.608	14	464.818	7	588.876	7	320.286	6	145.372

Tabela 07. Principais segmentos financiados pelo do Banco do Brasil, através do crédito Rural.

Fonte: Banco do Brasil

\* Dados parciais.

Outra instituição que realiza operações de crédito em Arabutã é a SICOOB-CREDIAUC. Entre os anos 2006 e 2009, esta instituição financeira proporcionou aos seus cooperados mais de um bilhão de reais para a atividade leiteira, conforme ilustrado na tabela 08.

	2006		2007		2008		2009	
	Cont.	Val. (R\$)	Cont.	Val. (R\$)	Cont.	Val. (R\$)	Cont.	Val. (R\$)
<b>Custeio</b>	22	95.172,16	27	97.000,00	19	102.099,47	38	200.948,21
<b>Investi- mento</b>	14	93.050,00	21	126.899,00	16	234.635,00	17	176.860,00
<b>Total</b>	36	188.222,16	48	223.899,00	35	336.734,47	55	377.808,21

Tabela 08. Total de contratos e valores destinados a atividade leiteira.  
Fonte: SICOOB-CREDIAUC

Observa-se que nesse período, o total de contratos firmados apresentou um crescimento de 152%. Além disso, a maioria dos contratos tem como finalidade custear a produção de leite. Os valores disponibilizados tem aumentado anualmente.

Apesar do aumento do número financiamentos no município, 68% dos entrevistados não tem acessado estes recurso para investir na atividade leiteira, e justificam que *“o preço [do leite] é barato e não compensa comprar muita coisa”* (ENTREVISTADO 01, 2010). Outros 32% dos entrevistados afirmaram que tem acessado a financiamento para investir ou custear a produção de leite.

Outro fator indutor de mudanças na dinâmica da atividade leiteira é a extensão rural municipal realizada pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a qual presta o serviço de inseminação aos produtores, com custos bem inferiores ao do mercado. Este permite melhorar a genética do rebanho, conseqüentemente, aumentar a produtividade do produtor rural.

No ano de 2010, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, foi responsável por repassar aos produtores do município oito toneladas de



azevém e dez toneladas de aveia (preta e branca), com objetivo de assegurar o desenvolvimento de pastagens.

Para a Isolde Ruppenthal, diretora da Secretaria Municipal Agricultura e Meio Ambiente, “a produção de leite é uma alternativa de renda aos produtores do município e durante alguns períodos do ano a garantia de uma boa pastagem também é resultado de lucro no final do mês” (RÁDIO ALIANÇA, 2010).

#### **4.3.2 Influências das cooperativas e indústrias de lácteos na dinâmica produtiva de leite no município de Arabutã/SC**

Com base no cadastro<sup>52</sup> da Prefeitura Municipal, em 2009, seis empresas atuaram no município: Coperio, Copérdia, Laticínio Lindóia do Sul, Laticínios Muller, Laticínios Tirol e Walter Indústria e Comércio de Alimentos. Ressalta-se que, as duas primeiras cooperativas não industrializam o leite, apenas são responsáveis por intermediar a relação agricultor e laticínio, ambas participam da Coopercentral Aurora, responsável pelo beneficiamento e comercialização de leite no varejo.

A principal empresa que atuava no território arabutanense, nesse período, era a Copérdia, a qual captava leite de cerca de 148 produtores. Em seguida destaca-se o empresa de capital local, Laticínio Muller com 82 produtores; Tirol com 70; Laticínio Lindóia do Sul com 16; 08 produtores comercializavam para a Walter Indústria e Comércio de Alimentos e apenas 01 produtor comercializava para Cooperativa Rio do Peixe, conforme foi ilustrado no gráfico 13.

---

<sup>52</sup> Vale lembrar, que estes números são relativos, já que trata-se de uma atividade sazonal e além disto, o cadastro estava sendo construído em 2010.

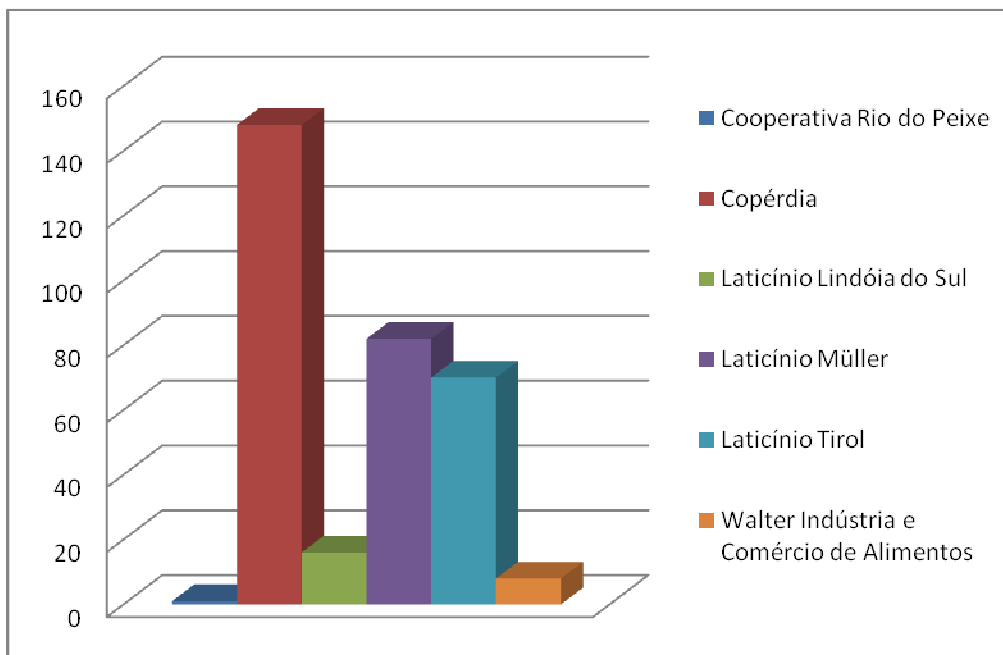
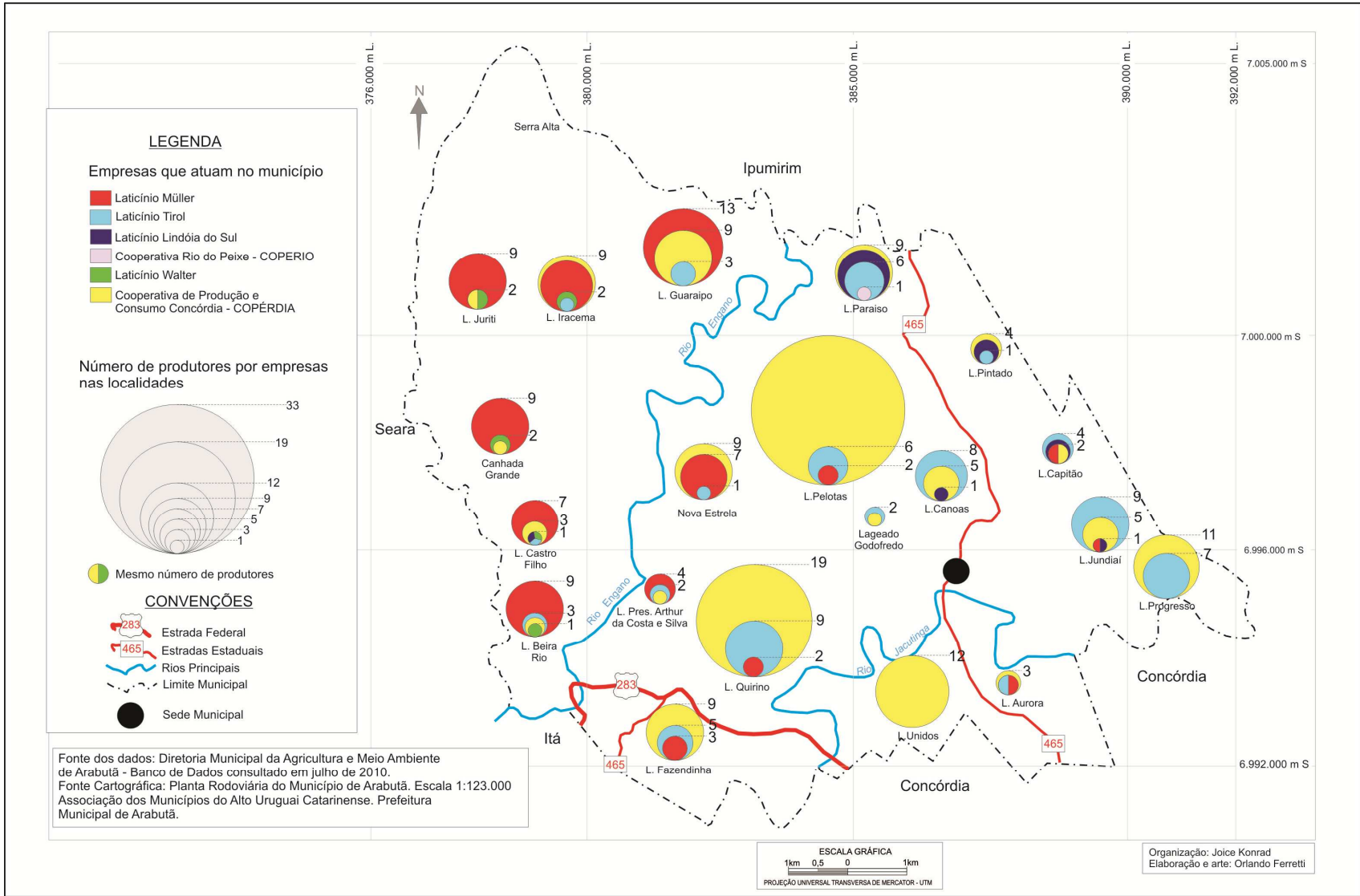


Gráfico 13. Representatividade das empresas que atuam no município de Arabutã.  
 Fonte: Cadastro da Prefeitura Municipal de Arabutã (2010).  
 Organizado por: Jóice Konrad, 2010.

A partir da análise da organização desta atividade no território foi possível identificar as principais linhas produtoras de leite do município. No mapa da figura 10, pode se ver que há uma sobreposição da área de atuação das empresas, cooperativas e laticínios nas diferentes linhas e comunidades.

Devido às dificuldades de obter informações junto às empresas e por não ser objetivo deste trabalho, não se aprofundou na investigação as estratégias para aumentar a quantidade de leite captado por cada empresa.

Entretanto, buscou-se através do entrevistado informações que permitissem analisar a relação entre laticínios e produtores. A partir da visão do agricultor, buscamos identificar os meios como estes interferem no desenvolvimento da bovinocultura de leite no interior da unidade produtiva.



#### 4.3.2.1 A relação dos agricultores familiares com as cooperativas e laticínios

Por não ser considerado setor prioritário, a atividade leiteira não sofreu intensa modernização durante a década de 1960. Dessa forma, o processo de modernização da cadeia produtiva do leite foi lento e periférico em relação ao processo de modernização da agropecuária brasileira.

Com base no depoimento de um leiteiro que trabalhou no Laticínio Estrela (primeiro laticínio de Arabutã) entre 1966 e 1971, constatou-se que a coleta de leite no município era realizada diariamente de *pick-up*. O leite era armazenado em tarros de 50 litros, e posteriormente, era encaminhado para o laticínio localizado no atual distrito de Nova Estrela.

Nos dias atuais, a coleta é realizada por caminhões-tanques e ocorre a cada dois dias, mas pode variar, dependendo da proximidade com o laticínio. A utilização de resfriadores nas unidades produtivas permitiu que os laticínios e cooperativas reorganizassem sua logística, reduzindo custos e melhorando a qualidade do leite.

Durante pesquisa de campo, notou-se que a ausência de um contrato formal entre produtor e laticínio, favorece uma relação dotada de grande fluidez, revelando ser bastante heterogênea entre as partes. Devido a essa peculiaridade, o produtor de leite possui maior autonomia para organizar seu sistema de produção e decidir para qual empresa será vendida.

No que diz respeito a comercialização da produção, o entrevistado qualificado 01(2009) afirma que inicialmente não há critérios para selecionar os fornecedores (produtores) de matéria-prima. No entanto, no final de sua fala aponta elementos que a cooperativa leva em consideração antes que começar a captar o leite: *a logística e a qualidade*. Quando questionado sobre a existência de critérios para selecionar os agricultores o entrevistado afirma que,

**Não existe critério.** Hoje é o interesse de comercializar. Se você vai ver o comércio de suínos, criação de leitão, parceria, o que mais tem, ciclo completo, existem critérios para o produtor participar. **O leite é um produto muito disputado e existem muitas empresas na região**, são mais de 20, aqui onde nós atuamos. São mais de 20 empresas que atuam e é um negócio muito disputado pelas

empresas. Então, com essa disputa não tem critério. **O produtor tem interesse de vender para a cooperativa e a cooperativa vai lá e compra o leite deles. Desde que [...] seja favorável para nós coletar o leite, que esteja com qualidade, que atinja os padrões que a indústria exige. Então tendo uma logística adequada e padrão de qualidade adequado, ele pode ser um fornecedor, nosso hoje.** Então, o leite é um produto que tem uma característica totalmente diferente das demais, mesmo em época de crise, em época do mercado mais favorável, ele é um produto muito disputado na região. **Isso faz com que você não tenha nenhum critério mais rígido para que o produtor venha entregar a produção para nós ou para qualquer outra empresa. Basicamente a logística e a qualidade que se avalia hoje** (ENTREVISTADO QUALIFICADO 01, 2009)

Para incentivar a produção, uma das estratégias utilizadas pelas empresas e cooperativas, é o pagamento de bonificações para os agricultores, isto é, paga-se um valor a mais para aqueles que vendem maior volume de leite. Para Mello, Testa e Silvestro (2010, p.06), “este ‘prêmio’ é obtido através do achatamento do preço daqueles que vendem volume menor”.

Segundo o entrevistado 30 (2010) *“no começo eles falavam, que o preço pago pelo leite vinha a ser pela quantidade e agora um tempo atrás, dizem não, vai ser pela qualidade”*. Dessa forma, os valores pagos aos produtores se distingue no que diz respeito a gordura e células somáticas, bem como, para aqueles que utilizam equipamentos como resfriador a granel e ordenhadeira.

Entretanto, este sistema de bonificação prioriza o volume produzido do que a qualidade. Esta situação é clara na fala do agricultor, o qual se mostra indignado com essa atitude:

Hoje está em 0,56 centavos [...] Eles dizem que a quantia é muita baixa né, então se tu tem uma certa quantia, então tu recebe mais, ai tu tem que ser 6 mil, 9 mil, 12 mil pra cima, por mês né. Então, conforme isso eles pagam. Aí eu já muitas vezes reclamei, **o leite que é bom, não quer dizer se é menos ou mais. O leite que tá bom tem que pagar um preço bom**, não quer dizer. Diz que ai o freteiro, então, vai sofrer demais, para entrar para pegar pouco deve para pagar mais e tudo mais. Isso é o problema que o freteiro tem que resolver, mas não a Copédia, a firma [...] **Esse incentivo eles pagam conforme o que quê tu tem na propriedade e como é que tu cuida ne, entao é sobre o resfriador e como tu resfia o leite**, e tudo mais. **Geralmente eles pagam uma certa quantia, para alguns eles pagam um centavo a mais, nós estamos ganhando dois e meio, hoje** (ENTREVISTADO 02, 2010).

Visando aperfeiçoar a atividade leiteira nas unidades produtivas e torná-la competitiva, as empresas e cooperativas, assim como, a Secretaria

Municipal de Agricultura, juntamente com órgão de extensão estadual - a EPAGRI - oferecem aos produtores cursos, palestras e assistência técnica, com intuito de difundir novos conhecimentos, que podem ser aplicados nas unidades produtivas.

Dos 31 entrevistados, 87% confirmaram que recebem assistência técnica das empresas e o restante, afirmou não receber. Ressalta-se que, no entanto, todas as quatro empresas que atuam em Arabutã oferecem assistência a seus produtores.

Ainda sobre a assistência técnica, 90% afirmaram que este serviço prestado pelas empresas e cooperativas, é importante no processo produtivo, enquanto que outros 10% não responderam. Este serviço, na opinião dos agricultores é muito importante porque *“sempre tem umas coisas novas, que a gente não sabe, eles explicam”* (ENTREVISTADO 23,2010) e, reconhecem que *“senão tivesse teria que procurar outros recursos”* (ENTREVISTADO 25, 2010).

No que se refere a participação em cursos e palestras, 68% dos entrevistados afirmaram que costumam participar. Destes, no último ano, 53% participaram de um, 41% de dois a cinco; e 6% em mais de cinco. Sobre a importância destes, um dos entrevistados afirmou que

O cara tem que fazer, em fiz curso em gado de leite, apicultura, piscicultura, suinocultura não fiz porque ali é o cara que manda mesmo, e não tem o que fazer com eles. Não adianta nem fazer, porque a firma, parceria, nem adianta. Isso é o principal, **a propriedade que o cara não se atualiza, tipo faz curso, não adianta.** Tu fica batendo em cima da mesma tecla, muitas vez, tu trabalha toda vida errado. **Com os curso, a gente tira as cortinas da frente dos olhos** (ENTREVISTADO 30, 2010).

De acordo com os agricultores, os principais assuntos abordados nos cursos e palestras foram: a organização e gerenciamento da propriedade; manejo de pastagens, do rebanho e da ordenha; produção de derivados; questões sobre a qualidade e a instrução normativa nº51.

Além da realização de cursos de formação, a cooperativa busca estimular a adoção de novas tecnologias pelos agricultores. Este objetivo ficou evidente na fala do entrevistado qualificado 01, quando afirma que,

[...] O grande papel da cooperativa, como nós, não trabalhamos na parte da industrialização, nosso grande foco é na parte de **viabilidade do produtor**. Este é o grande trabalho que a cooperativa desenvolve. **Nesta área que a cooperativa participa muito ativamente, para que o produtor vá adotando tecnologia, melhorando a produção, melhorando a produtividade, melhorando a genética, e conseqüentemente, melhorando também a renda. O foco principal é melhoria da renda do cooperado.** Hoje muitas famílias, os jovens deixam o meio rural pela falta de renda e **nos tentamos focar nosso trabalho num sistema de produção que visa o aumento da produção, da produtividade, a redução de mão de obra e a melhoria da renda** (ENTREVISTADO QUALIFICADO 01, 2009)

O uso de novas tecnologias na produção de leite foi influenciado pela implantação da Instrução Normativa nº 51, sobretudo em relação a conservação do leite e as novas normas sanitárias. Quando questionados se houve alguma exigência no sistema de produção vinte unidades de produção afirmaram que a empresa, laticínio ou cooperativa para quem comercializavam exigiu alguma mudança, e as outras onze, afirmaram que não.

As principais exigências referem-se a melhoria das instalações, como estrebarias; aumento na quantidade e, principalmente, melhoria na qualidade de leite. O cumprimento destas são essenciais para se manter na cadeia produtiva, pois *“hoje você tem que se adequar, se não se adéqua, com o tempo você cai fora né [...]”* (ENTREVISTADO 25, 2010).

Assim, a preocupação com a produção de leite de qualidade, é nítida na fala da agricultora 1, *“[...] a gente tem chegar num limite no leite limpo, assim sem bactérias. Quanto mais leite assim a gente tem, mais eles pagam também por litro”* (ENTREVISTADO 1, 2010).

A implementação de legislação mais rígida, no que diz respeito a células somáticas e bactérias, tem contribuído para o aprofundamento da heterogeneidade entre os agricultores, visto que alguns produtores têm se modernizado enquanto que outros, enfrentam dificuldade de se adaptar às novas exigências, dando origem a um processo de seleção e exclusão.

O processo de reestruturação da cadeia produtiva do leite está em andamento, por isso é difícil prever suas conseqüências, mesmo assim pode-se diagnosticar que algumas importantes transformações estão em curso. A seguir serão apresentadas as mudanças, principalmente técnicas, ocasionadas

a partir de ações dos diversos agentes envolvidos na cadeia produtiva do leite que vem reorganizando e dinamizando a produção no interior das unidades.

#### **4.4 As transformações nas unidades de produção familiar de leite**

A reestruturação da cadeia produtiva do leite, iniciada na década 1990, e a crescente exigência das novas normas sanitárias, provocaram transformações técnicas, especialmente no sistema produtivo das unidades de produção em todo o país. No entanto, a intensidade das transformações nos estabelecimentos agropecuários varia no tempo e no espaço.

Em Arabutã, de acordo com os resultados da pesquisa, a atividade leiteira é desenvolvida tanto por sistemas de produção mais simples, menos capitalizados, voltados quase que exclusivamente a subsistência do grupo familiar; como por sistemas mais sofisticados e altamente capitalizados, especializados na produção de leite; há também sistemas intermediários. Aqui, distinguimos, de forma geral, dois sistemas de produção: o pasto e o semi-confinamento.

O sistema de produção a pasto é predominante em trinta estabelecimentos agropecuários. Isto se deve ao fato do pasto ser considerado o alimento mais barato para se produzir e utilizar, o que torna o sistema competitivo. Além disso, apresenta menor impacto sobre o meio ambiente quando comparado ao sistema confinado, já que menos dependente de máquinas e implementos, logo, de energia e combustíveis (MATOS, 2001).

Entretanto, o aumento da quantidade do rebanho no sistema extensivo, em pequenas áreas de terras, pode causar sérios problemas ambientais a unidade produtiva, segundo o entrevistado 25,

A terra não suporta por causa do pisoteio tu acaba acabando com a terra. Em 10 anos aqui só vai ter pedra ainda. As condições ambientais, tu não vê logo, mas quem tá junto... Nós anos antes, nós tinha invernada, 13 anos agora que temos aberto, onde, eu nunca lavrei e nunca passei o pé de pato tem lugar ainda, nesses 13 anos que estou plantando, onde as pedras estavam rasas, agora percebo que tem pedra de 10, 15 cm, de pedra firme que não tentei tirar ainda. A nossa terra é diferente, a terra de bragatinga tem bastante pedra em baixo (ENTREVISTADO 25, 2010).



Apenas um estabelecimento utiliza o semi-confinamento, o qual foi inspirado no sistema de *free-stall*<sup>53</sup> - pioneiro no município (figura11). Antes de implantar este sistema, o entrevistado 31 viajou para vários lugares, inclusive para Argentina, a fim de conhecer melhor o funcionamento deste sistema. Além disso, algumas idéias foram trazidas por seu filho, que estudou na Alemanha.

Para tornar este sistema viável em sua propriedade, ele conta que substituiu os materiais utilizados nos modernos *free-stall*, onde a estrutura é metálica, galvanizada, com piso e azulejo, por outros mais acessíveis, como a madeira. Segundo ele,

Existe hoje, essas grandes fazendas tem esses free-stall tudo galvanizada, chão e azulejo. Azulejo, para nós não compensa. Isso aqui [*estrutura, as vigas*] é tudo com ferro, aí sai caro e fizemos de madeira. Mas isso aqui [*estrutura, as vigas*] tem que ser forte senão arrancam tudo fora, elas têm uma força. [...] Concreto quebram tudo e empurram os de madeiras, mas esses duram mais (ENTREVISTADO 31, 2010).

A construção galpão levou em consideração as condições climáticas da região. Enquanto que *“lá [na Alemanha] ficam tudo fechado sempre, por causa do frio. [...] Aqui a estrutura, o pé direito é três metros tem que ser, abertura tem ser obrigatória para circular o ar se não dá doença nos animais”* (ENTREVISTADO 31, 2010).

Junto ao galpão, encontra-se a “sala de ordenha”, onde está instalado um medidor, o que permite controlar a produção de cada animal. O leite extraído pela ordenhadeira segue por canais até o resfriador a granel.

Após a ordenha, as vacas recebem a complementação da alimentação e descansam em um lugar apropriado, que agricultor denomina de “box” – espécie de baias individuais, constituídas de cal e serragem. Segundo o entrevistado, *“a vaca tem que deitar doze horas por dia, obrigatoriamente ela se deita, tem que descansar senão a vida útil dela de produção cai”* (ENTREVISTADO 31, 2010). Sobre o manejo animal, descreve que:

Até meio dia elas [vacas] ficam aqui [galpão], depois do meio-dia são alimentadas, com um pouco de silagem e ração, depois elas vão para o pasto. Ali pelas quatro horas, elas voltam de novo para a ordenha.

<sup>53</sup> É constituído de um galpão, destinado ao descanso das vacas em produção, no qual são adaptadas baias de contenção com dispositivos para o controle da deposição de dejetos (SOUZA *et al*, 2004,).

Depois da ordenha comem de novo, ai é conforme a produção (ENTREVISTADO 31, 2010).



Figura 11. Estabelecimento agropecuário que tem como sistema de produção o semi-confinamento.

Fonte: pesquisa de campo, 2010.

Organizado por: Jóice Konrad, 2010.

Em dias de chuvas, as vacas ficam no galpão, evitando assim, estragar a pastagem com o pisoteio. O entrevistado 31 comenta que: *“E ela [vaca] gosta, ela não quer ficar lá [pasto] em dia de chuva”* (ENTREVISTADO 31, 2010). E no verão, *“isso aqui [galpão] funciona como abrigo do sol né, aqui dentro tem sombra e ar fresco, por isso que tem que tá tudo aberto”* (ENTREVISTADO 31, 2010).

Para manter a produtividade nos dias de chuva é necessário *“aumentar a proteína no cocho, aumentar o farelo”* (ENTREVISTADO 31, 2010). Dessa forma, o semi-confinamento é mais dependente de capital e de insumo. Este entrevistado explica ainda que cada animal tem uma dieta diferenciada, conforme sua produtividade. Assim,

A cada três litros acima da capacidade da produção a vaca recebe um quilo de ração. Aveia e azevém seria doze litros. Se dá quinze litros, tem que dar um quilo de ração; se dá dezoito, dois; se dá vinte e um, três, assim vai indo. Tem uma que recebe oito quilos (ENTREVISTADO 31, 2010).

Entretanto, tanto o sistema de produção a pastou ou semi-confinado dependem de pastagens para alimentar o rebanho. É importante ressaltar que,

a produção de leite está condicionada, sobretudo, ao valor nutritivo das pastagens, a qual “está diretamente ligada à fertilização do solo e ao seu manejo” (CECATO *et al*, 2011, p.02). Como foi expresso pelo entrevistado 31 (2010) “*não adianta começar com a vaca, é necessário ter uma boa pastagem [...] leite vem da terra, se a terra tá bem, vai dar uma boa produção*”.

No gráfico 14, foram representadas as áreas de pastagens das unidades produtivas cujos proprietários foram entrevistados. Como pode-se observar, a área de pastagem plantada é superior a área de pastagem natural. Entre as principais pastagem e forrageiras cultivadas encontra-se: o azevém, milho, milheto, zorto, capim-elefante, aveia, pioneiro, capim sudão; capim camerão, hermatria, tifo, braquiaria, papua e barjumba.

Os agricultores familiares ainda utilizam a rama de mandioca e cana de açúcar. Além destes, são utilizados outros alimentos, oriundos de fora da unidade, para suplementação da alimentação dos animais como os concentrados, o farelo de trigo e de soja e, o sal mineral.

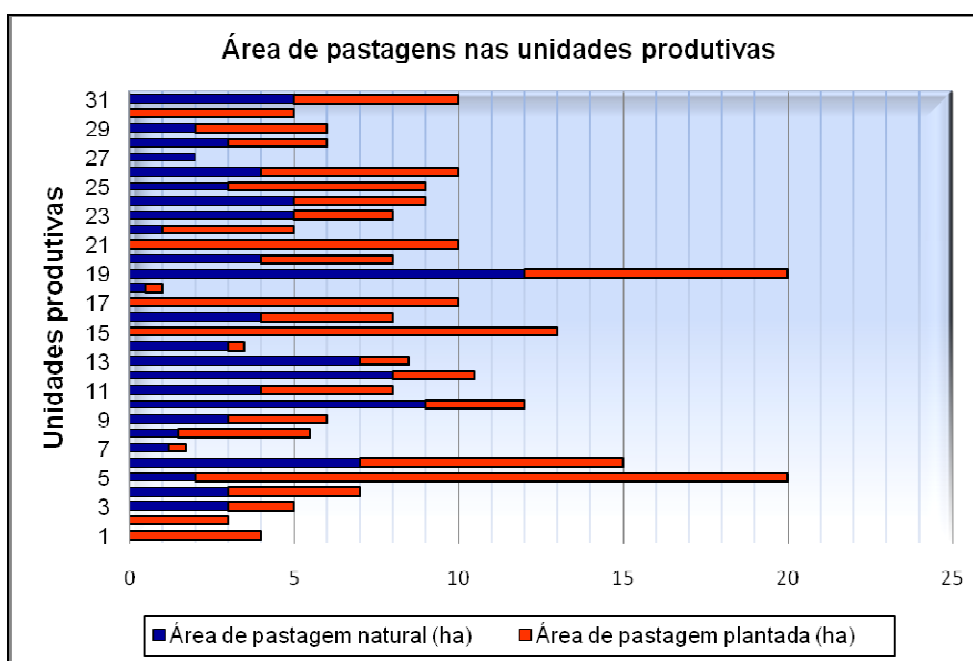


Gráfico 14. Área de pastagens nas unidades produtivas

Fonte: pesquisa de campo, 2010.

Organizado por: Joice Konrad, 2010.

Em relação ao milho, percebe-se que ele deixou de ser um cultivo comercial na maioria das unidades pesquisadas, entretanto, ainda encontra-se

presente em todos os estabelecimentos, desempenhando papel importante na alimentação dos animais, seja na forma de silagem, quirela etc. Em alguns casos, a produção na unidade produtiva não é suficiente, sendo necessário complementá-la.

No caso de Arabutã, a área plantada de milho tem apresentado decréscimo entre os anos de 1994 e 2009, o qual foi ilustrado no gráfico 14. Apesar da diminuição da área plantada, a quantidade produzida teve um significativo aumento, isto se deve ao melhoramento das sementes e do uso de adubos e fertilizantes. Assim, no ano 2009 foram produzidas 10.080 toneladas, quase a mesma quantidade que 1994, no entanto, em uma área muito menor - cerca de 2.800 hectares, contra 4.000 em 1994.

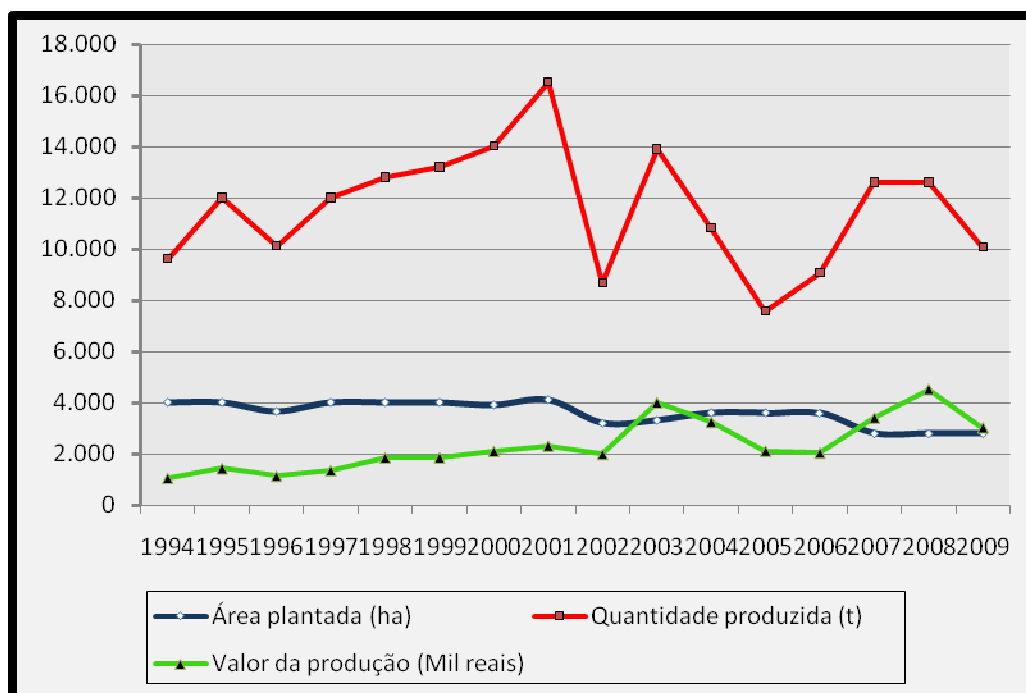


Gráfico 14. Evolução da área plantada, quantidade produzida e valor da produção de milho em Arabutã.

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Acredita-se que a redução da área plantada está relacionada, sobretudo, às instabilidades do preço pago ao milho e aos elevados custos de produção. Muitos dos entrevistados têm destinado parte dessa área ao cultivo de pastagens, pois seria mais vantajoso comprar ao invés de produzi-lo (ENTREVISTADO 31, 2010).

A diversificação de pastagens e forrageiras permite maior autonomia da unidade produtiva, pois acabam reduzindo o uso de insumos externos. Os entrevistados justificam essa prática afirmando que plantar “*sai mais barato do que comprar tudo*” (ENTREVISTADO 01, 2010). O entrevistado 30 destaca a importância da unidade produtiva ser autossuficiente na bovinocultura de leite, ele afirma que,

**o principal é tu ser autossuficiente, senão tu pode desistir né. Se tu que comprar coisas de fora, o sal mineral é uma coisa que não pode faltar né. Isso não tem como ter essas coisas. Tipo alimento tu tem que produzir na propriedade, senão tu tá morto** (ENTREVISTADO 30, 2010).



Figura 12. Alimentação animal: a pasto e silagem.

Fonte: pesquisa de campo, 2010.

Organizado por: Joice Konrad, 2010.

As transformações nas unidades produtivas são decorrentes dos investimentos feitos pelos agricultores para modernizarem as condições de produção. Em relação aos principais investimentos e melhorias pode-se destacar a ampliação das instalações, alguns casos, a estrebaria de madeira foi substituída pela “estrebaria de material” (ENTREVISTADO 02, 2010); aquisição de equipamentos e implementos, como a ordenhadeira mecânica e o

resfriador, e de animais de raças e pastagens (Figura 15). Abaixo segue o relato do entrevistado 16, sobre os investimentos realizados nos últimos anos,

Tenho investido direto nisso. Primeiro lugar, uma vez a gente trabalhava, digamos assim, nos não tinha **resfriador**, não tinha nada, começou com isso. Ai foi mudando, daí **ordenhadeira**, daí higiene na estrebaria, né. Outra coisa, to trabalhando com **sais minerais**, uma vez eu não trabalhava muito com isso, nos últimos cinco anos comecei a trabalhar com sal mineral né, todos os tipos de produtos que são sais minerais, mudou muito. Em primeiro lugar, [...] novilhas hoje com um ano e dois, três meses entra em cio, você já pode **inseminar** né, tudo isso mudou com aquilo (ENTREVISTADO 16, 2010).



Figura 15. Investimentos na produção de leite.  
 Fonte: pesquisa de campo, 2010.  
 Organizado por: Joice Konrad, 2010.

Sintetizando os principais investimentos realizados pelos agricultores no município, o Entrevistado Qualificado 01 faz a seguinte afirmação,

houve um investimento muito grande em instalações, salas de ordenha, em silos, dalpontos de alimentação, cocho, água enfim tudo isso. Outro investimento importante forma em equipamentos, hoje nós temos 75% do nosso leite, que a cooperativa compra, resfriado em refrigerador de instalação, aqueles a granel, então houve um investimento muito grande em equipamentos de resfriamento para melhoria da qualidade, houve investimento em ordenhadeiras, salas de ordenhas, transferidores de leite, houve

grande investimento nessa área para a melhoria da qualidade do leite (ENTREVISTADO QUALIFICADO 01, 2009).

É importante salientar que um dos entrevistados adquiriu algumas novilhas uruguaias, através do Programa de Incremento da Pecuária Leiteira 1991/95. Foram estas novilhas que deram origem a seu atual plantel. Segundo o próprio agricultor,

[...] comprei um animal puro, paguei caro aquela vez [...] eu comprei **12 vacas uruguaias**, de 93 pra 95, financiei elas tudo. Na última remessa eu comprei sete, **financiei pelo PRONAF** [...]. Eu ganhei os meus[animais] e consegui pagar, isso **é o plantel hoje**. É de origem uruguaia, por isso que ele se adapta bem (ENTREVISTADO 31, 2010).

Os avanços da ciência, especialmente no melhoramento genético, têm popularizado o uso da inseminação artificial entre os produtores. Em 85% das unidades entrevistadas, a reprodução do rebanho bovino ocorre por meio da inseminação artificial. Esta opção tem-se mostrado *“mais prática”* (ENTREVISTADO 04, 2010) e eficiente, quando se busca melhorar a produção. Além disso, justificam que *“segurar touro não vale a pena, não compensa”* (ENTREVISTADO 03, 2010), ainda mais quando se *“tem poucas vacas”* (ENTREVISTADO 10, 2010).

Um dos exemplos da importância da ciência no melhoramento genético do rebanho leiteiro ocorre pela possibilidade dos agricultores poderem sanar eventuais problemas que o gado venha a desenvolver. A partir de um banco de dados sobre os animais o produtor pode selecionar as características que ele quer melhorar em seus animais. Isso foi evidenciado por um dos entrevistados quando ele afirma:

**cada vaca é feito no programa** e é corrigido todo ano porque o animal ele tem os pontos que **tu analisa e aquilo de melhorar aquilo que ta ruim, casco, por exemplo, perna, úbere, garupas, pescoço, tudo isso dá para melhorar**. Tu vai anotando como animal é, joga no sistema e a SENEX [representante de empresa canadense] faz isso tudo para mim, ela vem sempre. É o **melhoramento genético**, que se chama isso (ENTREVISTADO 31, 2010)

Os outros 15% dos entrevistados preferem a monta natural, alegam que este sistema é vantajoso, pois *“a inseminação falha”* (ENTREVISTADO 02,

2010), “*tem repetido o cio*” (ENTREVISTADO 30, 2010) e também “*não dá tanto trabalho e sabe o que tem em casa*” (ENTREVISTADO 02, 2010).

#### 4.5 Dificuldades e perspectivas para a produção leiteira

Mesmo com a expansão dos investimentos na atividade, o produtor tem sofrido com a entrada de leite importado do Mercosul, principalmente do Uruguai e Argentina, pois isto acaba interferindo no preço recebido pelo produto, logo, no planejamento da unidade produtiva. O entrevistado 30 explica que,

Hoje nós **estamos incertos** com essas importações ali, não sei como isso vai ficar isso aí. **Porque planeja durante o ano inteiro, ta eu vou investi, investi porque lá no inverno vou ganhar bem, aí o governo vai lá e importa um monte, daí não dá. O problema é o Mercosul, tem que ter, mas pra nós ali, é prejuízo.** Porque tu investe um monte como ali, eu fiz o financiamento, peguei seis mil para investir em pastagem, pensei vou tirar bem agora, mas agora o leite ta abaixando, to levando só prejuízo (ENTREVISTADO 30, 2010).

A queda do preço do litro do leite se deve tanto às importações como também ao período da entressafra, época em que o produtor geralmente recebe mais pela produção. Entretanto, a diminuição no preço do leite neste período preocupou os produtores, segundo o entrevistado, “*não devia ter baixado agora, devia que nem lá por outubro*” (ENTREVISTADO 25, 2010). Ele justifica os motivos para a queda do preço,

Agora tá entrando o leite da Argentina e a maioria do Uruguai, sai por 0,36 centavos, que o produtor ganha, e o preço final, aqui tá 0,56 centavos. Esses dias, Durante falou, que ele chega aqui por 0,50 para por na prateleira. Não compensa competir (ENTREVISTADO 25, 2010).

O baixo custo do leite dos países vizinhos se deve ao diferenciado sistema de produção, além do relevo e solo favoráveis para o desenvolvimento da bovinocultura de leite, dificultando a competição. Um entrevistado descreve que,

[...] na Argentina, é dois metros de terreno fértil. [...] Alfafa e o trevo, só dá em terra boa né. E lá a camada de terra fértil é dois metros. Aqui é só 10 cm, 20 cm de terra fértil [...] dá para corrigir [...] (ENTREVISTADO 25, 2010).



Esta variação elevada no preço leva alguns produtores a não investir na atividade. Para tentar um preço melhor, a entrevistada 25 buscou negociar com a cooperativa, mas como não obteve sucesso, passou a comercializar para outra, onde conseguiu R\$ 0,10 a mais por litro. Comercializou para esta por mais de um ano, depois voltou a vender para primeira.

Este fato é interessante ressaltar, pois nem todos os produtores possuem “poder”, isto é, uma significativa quantidade de produção, para negociar desta forma. A maioria dos entrevistados, como vimos, possui uma produção estimada em até 100 litros por dia.

Para estes pequenos produtores de leite, entre as possíveis formas de conseguir um preço melhor estão: a constituição de associações de produtores, a aquisição de tanques comunitários ou a industrialização da matéria-prima. Algumas destas idéias foram semeadas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, entretanto, devido à resistência e “desconfiança” dos agricultores, elas não foram colocadas em prática.

Os agricultores mostraram-se conscientes da existência de um processo de seleção dos melhores produtores de leite, bem como, a tendência do esvaziamento do campo. Um agricultor ilustra a situação ao afirmar: “*a expectativa é menos produtores no campo, produzindo mais*” (ENTREVISTADO 31, 2010) ou ainda, “*quem tem poucas vacas vai cair fora, é com tudo isso*” (ENTREVISTADO 10, 2010). Outra dificuldade apontada está relacionada as exigências no sistema de produção de leite:

Um pouco que complica na área de leite, é muita aquela exigência, [...] qualidade para tu conseguir do jeito que eles querem é um pouco difícil. Não é fácil. Enquanto que a gente consegue levar, assim vai. Se a gente não consegue mais acompanhar como eles querem. É difícil. (ENTREVISTADO 30, 2010).

Apesar destas dificuldades, quando questionados sobre quais as perspectivas futuras da atividade leiteira, observou-se que há um movimento, uma preocupação em melhorar a produtividade por vaca, sem aumentar o rebanho, até mesmo pelas limitações/condições físicas da unidade produtiva. Segundo o Entrevistado 17, ele pretende “*continuar assim... Mais que 10 [vacas de leite] não vamos ter, a terra é muito morro*”.

O entrevistado 02 (2010) afirmou que pretende parar, pois já estão aposentados e possuem dificuldades em continuar trabalhando, visto que é uma atividade que exige muito tempo, cuidado com os animais e tem a necessidade de fazer pastagens. Outro quer *“trabalhar menos, ficar com três ou quatro vacas para ficar com os terneiros, não temo tempo para fazer pastagens”* (ENTREVISTADO 15, 2010).

Entretanto, alguns entrevistados apontam estratégias para continuar na atividade, como *“manter um plantel jovem e com uma quantia. Aumentar a produção, reduzir custos”* (ENTREVISTA 30, 2010). Outro pretende *“melhorar mais a produção”* (ENTREVISTADO 06, 2010) e *“fazer o que está ao nosso alcance”* (ENTREVISTADO 09, 2010).

Com base no exposto, percebe-se que a atividade leiteira do município vem passando por transformações técnicas, o que tem contribuído para a reorganização da bovinocultura de leite no interior da unidade produtiva. Com isso, esta atividade tem ganhado importância para os agricultores familiares, à medida que permite sua maior autonomia. Além disso, a atividade leiteira possibilitou o desenvolvimento de outras atividades agropecuárias, integradas ou não, atuando como fonte principal ou como complemento da renda dos agricultores familiares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da atividade leiteira no Oeste Catarinense ocorreu juntamente com o processo de colonização dessa região, iniciado no século XX. Inicialmente, a produção estava voltada à subsistência do grupo familiar contribuindo, sobretudo, para a consolidação do modo de vida colonial.

Com a modernização da agropecuária brasileira, tanto as atividades agropecuárias como o modo de vida colonial, passaram por transformações. Entre elas, pode citar a diminuição da importância da indústria doméstica frente aos produtos industrializados e a emergência de novos hábitos de consumo.

Entretanto, mesmo com a crescente integração da agricultura familiar ao complexo agroindustrial, o segmento familiar ainda apresenta traços do modo de vida colonial que, em diferentes situações, ainda se reproduzem. Em Arabutã estes traços se fazem presentes na reprodução do dialeto Hunsrück, na tradição de fazer o queijo (embora este não seja mais destinado a comercialização) e nas relações de reciprocidade e sociabilidade, evidenciada no “ritual” de carnear o gado.

Em depoimento, muitos agricultores relataram que as vacas, quando envelhecem ou tornam-se improdutivas, são carneadas na própria unidade familiar, tendo a carne destinada ao consumo da família. O “ritual” de carnear, geralmente dura o dia todo e envolve a participação de parentes e vizinhos que ajudam o dono do animal nas atividades. Nestas situações, as relações de sociabilidade e reciprocidade são fortalecidas, visto que o proprietário do animal retribue o favor dividindo parte da carne e derivados, além de ir auxiliar o vizinho quando este for carnear.

A produção leiteira adquiriu grande importância econômica no contexto regional nos últimos vinte anos, deixando de ser uma atividade secundária, para tornar-se uma espécie de atividade âncora nas unidades excluídas do sistema de integração. Em alguns casos, tornou-se a principal atividade econômica destas unidades produtivas.

Dessa forma, a renda mensal obtida pela comercialização da produção de leite *in natura* é importante para viabilizar a reprodução de diversas famílias e, ao mesmo tempo, reforçar sua autonomia.

Merece destaque a importância do Estado e de suas instituições na reestruturação da cadeia produtiva do leite no país. Este agente foi responsável pela organização da cadeia, a partir criação de normas mais rígidas, como da Instrução Normativa nº51, com objetivo de assegurar alimentos de qualidade ao consumidor. Entretanto, a elaboração desta normativa poderia limitar o desenvolvimento da atividade, já que muitos produtores não teriam como se adequar, em curto prazo, às exigências impostas.

Por outro lado, esta normativa teve como consequência a crescente diferenciação social entre os produtores. Dessa forma, vários autores (JANK e GALAN,1999; VILELLA, BRESSAN e CUNHA, 1999) afirmam que haveria basicamente dois caminhos ao produtor de leite: a modernização - especialização na produção leiteira - ou o abandono da atividade, já que os agricultores seriam excluídos, caso não cumprissem as novas exigências.

No entanto, a existência de apenas duas possibilidades pode facilmente ser contestada, à medida que “identifica-se uma realidade complexa, com inúmeras fragilidades, necessidades e diferenças, mas também, percebe-se um desejo de superação e de muita determinação” (PEDROSO, 2001, p.106).

Assim, o processo de exclusão dos produtores de leite não é inevitável. Mas, para se manter na atividade, é fundamental que os produtores busquem formas de se organizar e se fortalecer, a fim de superar as dificuldades impostas.

Ao analisar o resultado deste processo nos dias hoje, se percebe que a seleção ou exclusão dos agricultores foi amortizada pelo próprio Estado, à medida que este ofereceu condições - por meio de crédito, de extensão ou pesquisa - ao agricultor familiar. Cabe destacar, entretanto, que estas condições ainda são restritas para uma pequena parcela de agricultores.

Esta situação se confirmou no estudo de caso, onde se constatou um aumento considerável de recursos disponibilizados para a atividade leiteira, entretanto, poucos agricultores têm acessado estes recursos. Mesmo assim, diante das dificuldades, as unidades têm buscado atender as exigências em andamento.

Ressalta-se também, que a instrução normativa está sendo implantada gradativamente desde 2005, tendo sofrido ajustes ao longo desses anos e não foi severa, como se previa. Proporcionando assim, um tempo para as adequações.

Embora, a cadeia produtiva do leite seja menos criteriosa quando comparada a da suinocultura e avicultura, para obter maiores lucros, as cooperativas e laticínios tem levado em consideração questões como a logística e a qualidade do leite no momento de incorporar novos agricultores.

Em Arabutã, a dinamização desta atividade tem sido conduzida por diferentes agentes como laticínios, cooperativas e Estado, os quais têm disseminado novas técnicas para o desenvolvimento da bovinocultura de leite, visando aumentar a produtividade. Ressalta-se que, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, tem desempenhado papel importante no desenvolvimento de políticas municipais de apoio a atividade leiteira, oferecendo serviços de inseminação e repasse de sementes de pastagens.

Através da ação destes agentes, as unidades produtivas passaram por importantes transformações técnicas, sobretudo, na alteração do sistema de produção, melhoramento de pastagens, melhoramento genético do rebanho, e o uso da ordenhadeira mecânica. No entanto, as transformações não ocorreram uniformemente em todas as unidades produtivas, visto que os agricultores absorveram de diferentes formas as inovações.

Diante isso, percebe-se que a atividade leiteira apresenta-se ainda bastante heterogênea. Em síntese, Van der Ploeg (2008, p.34) afirma que “a maioria grupos agrários de hoje são constituídos por uma ‘mistura’ confusa e altamente diversificada de diferentes modos de fazer agricultura”.

Assim, durante a pesquisa de campo, encontramos unidades produtivas com diferentes níveis de modernização. Algumas desenvolvem as atividades de forma bastante rudimentar, até mesmo sem o uso de resfriador de leite. Outras apresentam interesse em aumentar/dinamizar a atividade, mas dependem do apoio e atenção especial dos órgãos de assistência técnica. Enquanto que outras, apresentaram sistemas mais modernos e especializados, com uma lógica de atuação semelhante aos “grandes” produtores do setor.

Embora as unidades produtivas tenham sofrido transformações técnicas observou-se que, de modo geral, estas não se encontram especializadas, pois a maioria dos agricultores continua tendo como estratégia o desenvolvimento atividades diversificadas.

É importante ressaltar que muitos agricultores familiares de Arabutã dedicam-se também a atividades integradas, como a suinocultura e avicultura, ou ainda, são pluriativos, trabalhando principalmente nas agroindústrias, localizadas nos municípios vizinhos.

Quanto aos desafios da comercialização de leite *in natura*, buscou-se evidenciar os problemas que afligem os agricultores familiares, bem como, as contradições encontradas no processo. A crescente exigência no que diz respeito a qualidade do leite, a insegurança quanto ao futuro da atividade e a instabilidade dos preços, devido às importações, deixa muitos agricultores apreensivos e cautelosos, o que acaba evitando a realização de investimentos, justamente por não saber se terão condições de continuar na atividade leiteira.

Diante do processo de reestruturação da cadeia produtiva, a constituição de associações de produtores familiares locais, contribuiria para o fortalecimento deste segmento e asseguraria sua manutenção no setor. Entretanto, mesmo já tendo existido algumas discussões para a criação destas iniciativas, atualmente não encontramos no município de Arabutã nenhuma organização que agregue os interesses dos agricultores.

Dessa forma, resta aos agricultores familiares seguir as exigências das indústrias e cooperativas, individualmente, sem ter poder de barganha. A forma encontrada foi adotar estratégias na produção de leite, de forma a minimizar os custos de produção e manter sua produtividade, a duras custas.

Outro elemento que influencia na expansão da produção leiteira no município são as condições geomorfológicas, já que restringem o desenvolvimento da bovinocultura de leite de forma extensiva. Assim, para aumentar a produção o agricultor é obrigado a investir na incorporação de técnicas, especialmente de melhoramento genético e de pastagens, ou então, aderir ao semi-confinamento. Diante disso, apesar das limitações de ordem natural a atividade leiteira ainda encontra possibilidades de expansão.

Por fim, a dinâmica da bovinocultura de leite no município de Arabutã tem apresentado duas tendências distintas diante da expansão da economia leiteira, o investimento em sistemas mais intensivos (semi-confinamento) e sistemas mais competitivos, a base de pasto, onde as condições físicas permitem o seu cultivo.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: EDUSP, 2007. 294p.

ABRAMOVAY, R; SILVESTRO, M.L.; CORTIN, N.; BALDISSERA, I.T; FERRARI, D.L; TESTA, V.M. **Juventude e agricultura familiar: Desafio dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998, 104p.

ALBA, Rosa Saete (Org.). **Estudos de Geografia Agrária do Oeste Catarinense**. Chapecó, Argos, 2008. 173p.

ALVES, Alda Judith. A "Revisão da Bibliografia" em Teses e Dissertações: Meus Tipos Inesquecíveis. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 81, p. 53-60, maio 1992.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Paisagens e Problemas do Brasil: aspectos da vida rural brasileira frente à industrialização e ao crescimento econômico**. SP: Editora brasiliense, 1977. 288p.

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA – ACARESC. **Relatório do levantamento realizado nas indústrias de laticínios no estado de Santa Catarina**. Florianópolis, set, 1971. s.p

BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, Quantidade e Interesses do Conhecimento – Evitando Confusões. In. BAUER, M. W. e GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 17-36.

BAVARESCO, Paulo Ricardo. **Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste catarinense**. Chapecó-SC: Argos, 2005. 250p.

BORDIGNON, Gilberto Alves. **Municípios Catarinenses**. [S.l.: s.n.] 1968. 58p.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. Florianópolis- SC: Lunardelli, 1987. 504p.

CAMPOS, I. **Os colonos do Rio Uruguai: relações entre a pequena produção e agroindústrias no Oeste Catarinense**. (Dissertação) Universidade Federal da Paraíba. 1987. 370p.

CARDOSO, Ruth C. L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In. \_\_\_ *A aventura antropológica – teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1986. p.95-105.

CAUME, David José. Agricultura familiar e agronegócio: falsas antinomias. *Redes*. Santa Cruz do Sul/RS, v. 14, n. 1, 2009, p. 26-44.



CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO LEITE. Disponível em: <<http://www.cileite.com.br/panorama/edicao29.html>>. Acesso em 30 abr. 2009

CLEMENTE, E. C. **Formação, dinâmica e a reestruturação da cadeia produtiva do leite na Região de Jales-SP**. 2006. 196 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP / Presidente Prudente, 2006.

CLEMENTE, E. C ; HESPANHOL, N.A. **REESTRUTURAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE: a especialização do produtor é a solução?** *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, v.4, n.8, p.180-211, ago. 2009.

COLI, Luiz Eurico Junqueira. **Análise da dinâmica do sistema produtivo de leite do estado de Santa Catarina**. 1992. 287p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

COMASSETTO, Carlos Fernando. A história oral, as companhias colonizadoras e a colônia Rio Uruguay [1920-50]. Disponível em <<http://www.upf.br/ppgh/download/Carlos%20Fernando%20Comassetto.prn.pdf>>. Acesso em: 24/02/2008.

\_\_\_\_\_. Colônia Rio Uruguay: o espaço da família colonial-camponesa entre 1920-50. Disponível em <<http://apps.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/viewFile/561/383>> Acesso em: 24/02/2008.

COMASSETTO, Carlos F. et al. História de Concórdia do período anterior a sua emancipação. In: ZOTTI, Solange Aparecida (org.). **História faz história: contribuições ao estudo da História Regional**. Concórdia: Universidade do Contestado – UnC; HISED, 2006.

DELGADO, Guilherme C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. *Estudos Avançados*. São Paulo: USP, v.15 (43), 2001. p. 157-172.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS-DESER. **Fortalecimento da Agricultura Familiar – Estudo exploratório**, 2004. 24p. Disponível em: <[http://www.deser.org.br/pub\\_list.asp](http://www.deser.org.br/pub_list.asp)>. Acesso em 10 set. 2008

DRIEMEIER, Almita Anita. **Arabutã: uma comunidade construindo história**. Porto Alegre: EST edições, 2002. 429p.

DUARTE, Vilmar Nogueira. **Caracterização dos principais segmentos da cadeia produtiva do leite em Santa Catarina**. 2002. 117f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura Sustentável: Origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996. 178p.

ELIAS, Denise. Globalização e Agricultura no Brasil. *Revista Geo UERJ*. Rio de Janeiro, n. 12, 2002, p. 23-32.

\_\_\_\_\_. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007, p. 49-66.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Disponível em: <<http://www.cnpsa.embrapa.br/?ids=Sn4r807z>>. Acesso em 05. out. 2010

ESPÍNDOLA, Carlos J. **Agroindústrias do Oeste Catarinense: o caso da Sadia**. Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, 1996. 310p.

ESPÍNDOLA, Carlos José. As agroindústrias de carne do sul do Brasil. (tese) Universidade de São Paulo. São Paulo. 2002. 261p.

#### **FARINA E ZYLBERSTAJN, 1992.**

FERRARI, D. L.; MELLO, M. A. de; TESTA, V. M.; SILVESTRO, M. L. Agricultura familiar, produção de leite e desenvolvimento territorial: os desafios para a inserção econômica. <<http://www.sober.org.br/palestra/12/12O508.pdf>>, acessado 29/11/2010.

FIGUEIRA, Sérgio Rangel; BELIK Walter. Transformações no Elo Industrial da Cadeia Produtiva do Leite. **Revista Cadernos de Debate**, Vol. VII, 1999. p.31-44 Disponível em <[http://www.unicamp.br/nepa/arquivo\\_san/Transformacoes\\_no\\_Elo\\_Industrial\\_da\\_Cadeia\\_Produtiva\\_do\\_Leite.pdf](http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/Transformacoes_no_Elo_Industrial_da_Cadeia_Produtiva_do_Leite.pdf)> Acesso em 30 abr. 2009

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997, p.141-225.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2007. 473p.

#### **GRANDO, 2000.**

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas/SP: UNICAMP, 1998, 211p.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São PAULO: ed. Hucitec, 1981. 210p.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio . "Plantar pro gasto": importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 46, p. 481-515, 2008. <http://www.scielo.br/pdf/resr/v46n2/v46n2a08.pdf>

#### **HASS, 1993.**

HEINSFIELD, Adelar. **Fronteira Brasil/Argentina: a Questão de Palmas (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco)**. Passo fundo: Méritos, 2007.235p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa da Pecuária Municipal**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em 28 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_. **Censo Agrícola 1940**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso: 30 abr. 2009

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 1950**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso: 30 abr. 2009

\_\_\_\_\_. **Censo Agrícola 1960**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso: 30 abr. 2009

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 1970**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso: 30 abr. 2009

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 1975**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso: 30 abr. 2009

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 1980**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso: 30 abr. 2009

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 1985**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso: 30 abr. 2009

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 1995/6**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso: 30 abr. 2009

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso: 30 abr. 2009

JANK, M. S.; GALAN, V. B. **Competitividade do Sistema Agroindustrial do Leite**. São Paulo: USP-PENSA, 1999.

KAGEYAMA, Ângela et al. (Org.) **O novo padrão agrícola brasileiro: do Complexo Rural aos complexos Agroindustriais**. 1987, 121p. (mimeografado)

LAGO, Paulo Fernando. Santa Catarina: dimensões e perspectivas. Florianópolis: ED. UFSC, 1978. 349p.

LAMARCHE, Hugues (coord.) **A Agricultura Familiar: comparação internacional - Uma realidade multiforme**. Campinas: editora UNICAMP, 1993, v. 1. 336p.

**Martinelli, 2000.**

MATOS, Leovegildo Lopes de. Sistemas de produção de leite a pasto no Brasil. In: MADALENA, Fernando Enrique; MATOS, Leovegildo Lopes de; HOLANDA JR., Evandro Vasconcelos (Orgs.). **Produção de leite e Sociedade: uma análise crítica da cadeia do leite no Brasil**. Belo Horizonte: FEPMVZ, 2001.538p.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: editora UNESP, 2000. 175p.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Sistema de Legislação Agrícola Federal. Disponível em <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=1695>> Acesso em: 30 abr. 2009

MELLO, M. A. **A trajetória da produção e transformação do leite no Oeste Catarinense e a busca de vias alternativas**. Florianópolis. 1998, 165p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

MELLO, Marcio A; FERRARI, Dilvan L. A base do Oeste Catarinense, a importância e o perfil da atividade leiteira. In: **A escolha da trajetória da produção de leite como estratégia de desenvolvimento do Oeste Catarinense**. Florianópolis: SAR, 2003.

MELLO, M. A. de; TESTA, V.M; SILVESTRO, M. L. **Agricultura familiar, produção de leite e desenvolvimento territorial: os desafios para inserção econômica**. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/12/12O508.pdf> Acesso em: 30 abr. 2009

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978. 265p.

MEIRELES, Almir José. **A des Razão Laticinista: a indústria de laticínios no último quartel do século XX**. 5. São Paulo: Cultura Editores, 1996.

MIELE, Marcelo. **Cadeia Produtiva da carne suína no Brasil**. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/97.pdf>>. Acesso: 30 out. 2008

MIOR, Luis Carlos. **Empresas Agroalimentares, Produção Agrícola Familiar e Competitividade no Complexo Carnes de Santa Catarina**. (Dissertação). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 1992. 400p.

\_\_\_\_\_. **Agricultores Familiares, Agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005. 338p.

MULLER, Geraldo. **O Complexo Agroindustrial Brasileiro**. Relatório de Pesquisa. Escola de Administração de Empresas de São Paulo – Fundação Getúlio Vargas, 1981. 115p.

\_\_\_\_\_. As relações indústria-agricultura e os padrões agrários no Brasil. **Rascunho**. Araraquara, n.2, 51p.,1989a.

\_\_\_\_\_. As relações micro-macro e indústria-agricultura, o poder econômico e a pesquisa em ciências sociais. **Rascunho**. Araraquara, n.1, 53p, 1989b.

MOREIRA, Roberto José. **Agricultura Familiar: processo sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad; Seropédica, RJ: UFRRJ, curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 1999. 204p.

ORMOND, José Geraldo Pacheco. **Glossário de termos usados em atividades agropecuárias, florestais e ciências ambientais**. Rio de Janeiro: BNDES, 2006. 316p.

PAULILO, M. I. S. **Leite: produção familiar, mercado e saúde pública**. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas. Disponível em <<http://www.cfh.ufsc.br/~naf/doc/Leite-prod.pdf>> Acesso em: 30 abr. 2009

\_\_\_\_\_. **Produtor e Agroindústria: Consensos e Dissensos**. Florianópolis/SC: Ed. da UFSC/ Secretaria de Estado da Cultura e do Desporto, 1990. 182 p.

PAULILO, M. I. S.; SCHMIDT, W. (orgs.) **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: ed. da UFSC, 2003. 311p.

PEDROSO, G. D. **Setor leiteiro: as percepções de produtores do RS sobre as transformações delineadas na década de 90**. 2001. 120 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PPGDR, UFRGS / Porto Alegre, 2001.

PERTILE, Noeli. **Formação do Espaço Agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes no Oeste Catarinense**. (Tese de doutorado) Florianópolis/UFSC, 2008. 317p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **RS: Agropecuária colonial e industrialização**. Porto Alegre: mercado aberto, 1983. 216p.

PIZZOLATTI, R. L. **Os pequenos produtores do oeste catarinense: integrados ou entregados?** (Tese) Universidade de São Paulo. São Paulo. 1996.343p.

PLEIN, Clério; SCHNEIDER, Sergio. Agricultura Familiar e Mercantilização. In: CASTILHO, M.L; RAMOS, J. M (org.) **Agronégocio e Desenvolvimento Sustentável**. Francisco Beltão – PR: 2003, p.45-69.

PLEIN, Clério. **A modernização da agricultura brasileira e seus efeitos sobre a agricultura familiar no Oeste Catarinense.** Revista Faz Ciência, 08,01 (2006) pp. 35-72

PLOEG, Jan Douwe Van Der. O Modo de Produção Camponês Revisitado. In: SCHNEIDER, Sérgio. (Org.). **A Diversidade da Agricultura Familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.13-53, 2006.

PLOEG, Jan Douwe Van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneiro e marginalização. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE. **Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEOM.** Chapecó: UNOESC, 1995. p.71-110.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA. **Informações gerais: turismo.** Joaçaba: [s.n.], 1985.

PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA DA QUALIDADE DE LEITE. Disponível em <  
[http://www.cbql.com.br/index.php?option=com\\_frontpage&Itemid=1](http://www.cbql.com.br/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1)> Acesso em: 30 abr. 2009

RENK, ARLENE. O conhecimento do território: a Bandeira de Konder. In: CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA. **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina.** Chapecó: Argos, 2005. p.109-127

RENK, Arlene Anélia. **Migrações: de ontem e de hoje.** Chapecó: Grifos, 1999. 88 p.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre-RS: Ed. Globo, 1969. 401p.

ROVER, Oscar José; LANZARIN, Alison. **O cooperativismo de leite do oeste de Santa Catarina/Brasil e a inclusão sócio-econômica de agricultores familiares em condições vulneráveis.** Anais do V Encontro de Pesquisadores Latino-americanos de Cooperativismo. Disponível em <  
[http://www.fundace.org.br/cooperativismo/arquivos\\_pesquisa\\_ica\\_la\\_2008/058-rover.pdf](http://www.fundace.org.br/cooperativismo/arquivos_pesquisa_ica_la_2008/058-rover.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2009

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **A Agricultura Familiar em Transformação: o caso dos Colonos-Operários de Massaranduba (SC).** Pelotas: Editora Universitária, 1995. 169p.

**SANCHEZ, 1991.**

\_\_\_\_\_. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil.** Pelotas: Editora e Gráfica da Universidade Federal de Pelotas, 2003. v. 01. 374 p.

SANDRONI, Paulo. Novo dicionário de economia. São Paulo: Ed. Best Seller, 1994. 375p.

SANTA CATARINA. *Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente*. Bacias hidrográficas de Santa Catarina: *diagnóstico geral*. Florianópolis, 1997.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1984.182p.

SANTOS, Milton. **O Papel ativo da geografia – o manifesto**. Revista Território, Rio de Janeiro, ano V, p.103-109, jul./dez.,2000. Disponível em < [http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09\\_7\\_santos.pdf](http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09_7_santos.pdf) > ,

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: editora HUCITEC, 1996. 332p.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2008.118p.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Espaço e Sociedade**. Petrópolis- RJ: Vozes, 1979. p.09-27.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril, n.16, p.164-184,2001.

\_\_\_\_\_ (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006. 295p.

SEYFERTH, Giralda. **O colono múltiplo: transformações sociais e (re)significação da identidade camponesa**. Anais do VIII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural – América Latina: realíneamientos políticos y proyectos em disputa, Porto de Galinhas, 2010.

SILVESTRO, Milton Luiz. **As transformações da agricultura família e estratégias de reprodução: o caso do Oeste**. (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro/UFRRJ, 1995. 349p.

SOCIEDADE TERRITORIAL MOSELE, EBERLE E AHRONS E CIA, 1933. COLONIA CONCORDIA – Município Cruzeiro-SC – Brasil. Mimeo. 22p.

SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.126p.

SORJ, Bernardo; POMPERMAYER, Malori J.; CORADINI, Odair Luiz. **Camponeses e Agroindústria: Transformação social e representação política na avicultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982. 119p.

SOUZA, Joel José de. **Gênese e Desenvolvimento da Indústria de Laticínios na região Oeste Catarinense**. 2009, 119f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. A agricultura familiar moderna. In: **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. p.113-169

SZMRECSÁNY, T. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo, Ed.Contexto, 1990.

TEDESCO, João Carlos. Contratualização e racionalidade familiar. In: TEDESCO, João Carlos (org). **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p.107-145

TEDESCO, João Carlos. O Produtor Familiar e a Agroindústria. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v.6, p.112-132,1994.

TERHORST, Karin Inês Lohmann; SCHMITZ, José Antonio Kroeff. **De porco a suíno: história da suinocultura e dos hábitos alimentares associados aos produtos dela derivados entre agricultores familiares do Vale do Taquari**. In: MENASCHE, Renata (org.) A agricultura vai à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007, P.100-119

TESTA, V. M; NADAL, R.; MIOR, L. C.; BALDISSERA, I. T.; CORTINA, N. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense: proposta de discussão**. Florianópolis: EPAGRI, 1996. 247p.

VILLELA, André. Dos “Anos Dourados” de JK à crise não resolvida (1956-1963) In: GIAMBIAGI, Fabio *et al.* **Economia Brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p.45-68.

VILELLA, D; BRESSAN, M; CUNHA, A. S. **Restrições técnicas, econômicas e institucionais ao desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Leite no Brasil**. Brasília: MCT/CNPq/PADCT, Juiz de Fora: EMBRAPA-CNPGL, 1999. 211p.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1949.328p.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato na Brasil. In. TEDESCO, J. C. (Org.) *Agricultura Familiar – realidades e perspectivas*. Passo Fundo/RS: UPF, 2001. p. 337-365.

WEGNER, Willi. **Relatório de Viagem de Visita realizada ao Vale do Itajaí a Convite da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina – ACARESC**. Out/1968.

WERLANG, Alceu Antonio. **A colonização do Oeste Catarinense**. Chapecó: Argos, 2002. 86p.

\_\_\_\_\_. **Disputas e Ocupação do espaço no Oeste Catarinense: A atuação da Companhia Territorial Sul Brasil**. Chapecó: Argos, 2006. 149p.



## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS PRODUTORES FAMILIARES DE LEITE DO MUNICÍPIO DE ARABUTÃ-SC

Nome do Agricultor: \_\_\_\_\_

Enderenço: \_\_\_\_\_

Fone: \_\_\_\_\_

### I – Característica do Estabelecimento Agropecuário

01. Área total da unidade produtiva (ha): (        )  
Área própria (ha) (        )                      Área arrendada (ha) (        )

02. Forma de aquisição das terras:

Compra ( n°ha): \_\_\_\_\_

Herança ( n°ha): \_\_\_\_\_

Outra: \_\_\_\_\_

### II - Grupo Familiar e a Organização do trabalho

03. Número de pessoas da família residentes na unidade (        )

04. Número de pessoas envolvidas na produção:

Da família (        )

Empregados(s) (        )      Temporário(s): (        ) Sim (        ) Não

05. Grau de instrução do grupo familiar (que reside na propriedade) e dos empregados:

	Idade	Instrução
Proprietário(a)		
Esposo(a)		
Filhos		
Empregados		

06. Algum membro da família desenvolve alguma atividade não agrícola?

(    ) Sim                      (    ) Não

Qual a ocupação? \_\_\_\_\_

O membro ainda mora no estabelecimento? ( ) Sim ( ) Não

07. Por que buscam atividades fora da unidade de produção? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

### III – Caracterização da Produção Agropecuária

08. Qual a fonte principal da renda da propriedade:

Suínocultura ( ) Avicultura ( ) Aposentadoria ( ) Produção de leite ( )

Outra(s): \_\_\_\_\_

09. **Produção Vegetal:** Que produzem? Quais as principais cultivos? Qual o destino da produção? O que consomem? O que aproveitam da produção no interior da unidade de produção?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

10. **Produção Animal:** Que produzem? Quais as principais criações? Qual o destino da produção? O que consomem? O que aproveitam da produção no interior da unidade de produção?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

11. Quantidade de bovinos: \_\_\_\_\_

12. Quantidade de vacas em lactação: \_\_\_\_\_

13. Raça das vacas: \_\_\_\_\_

14. Principais equipamentos utilizados na produção de leite:

( ) Trator ( ) Arado, Grade ( ) Ordenhadeira

( ) Pulverizador ( ) Refrigerador

Outros: \_\_\_\_\_

15. Qual o sistema de produção é utilizado:

( ) confinamento ( ) pasto

Outros: \_\_\_\_\_

16. Área de pastagens natural (ha): \_\_\_\_\_

Área de pastagens Plantada (ha): \_\_\_\_\_

17. Quais as forrageiras utilizadas na alimentação dos bovinos:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

18. Quais outros alimentos são utilizados na alimentação dos animais?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

19. Estes todos são produzidos na unidade de produção?

(     ) Sim    (     ) Não.

Por quê? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

20. Tipo de reprodução utilizado:

(     ) Inseminação artificial    (     ) Monta natural

Por que utiliza este tipo de reprodução? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

21. Renova seu rebanho de quanto em quantos anos? Qual o destino deste? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

22. Faz acompanhamento/controla do rebanho? \_\_\_\_\_

#### **IV – Destino da produção**

23. Número de anos dedicados à atividade leiteira (     )

Número de anos comercializando (     )

24. Para quais empresas comercializava? \_\_\_\_\_

Atualmente para quem comercializa? \_\_\_\_\_

25. Comercializa a produção: Diariamente (     )    Cada dois dias (     )

26. Média de produção por dia: \_\_\_\_\_

27. Produz algum derivado do leite? (     ) Sim    (     ) Não

Qual (is)? \_\_\_\_\_

Quais são para consumo? \_\_\_\_\_

Quais são para venda?\_\_\_\_\_

Para quem comercialização os produtos?\_\_\_\_\_

#### V - Crédito e Assistência Técnica

28. Utiliza financiamento para a produção do leite? Sim (     ) Não (     )

PRONAF (     )                                  Outro/qual?\_\_\_\_\_

Qual o destino do investimento? Por quê?\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

29. Recebe assistência técnica? (     ) Sim (     ) Não

De quem? \_\_\_\_\_

Considera importante?\_\_\_\_\_

30. Participou de quantos cursos, palestras/atualizações técnicas no último ano?

Nenhum (     )     Um (     )     Dois a cinco (     )     Mais de cinco (     )

31. Quem ofereceu esses cursos? E sobre o que era?\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

#### Questões Complementares

1. Qual a importância da atividade leiteira para o estabelecimento agropecuário?

2. Por que trabalha com a produção do leite?

3. Por que optou pela comercialização a produção in natura?

4. Tem investido na produção de leite? Quais são os investimentos?

5. Como é relação entre produtor e laticínio?

6. Como o preço é estipulado? Há bonificação? Como se dá o pagamento?

7. Como é feito o transporte do leite?

8. As empresas exigiram mudanças no sistema de produção? Quais? Quando?

9. Quais as perspectivas futuras da atividade leiteira? E do produtor familiar na produção de leite?
10. Participa de associações de produtores de leite ou alguma cooperativa leiteira? Por quê?